



Cristiana Souza Lago de Castro

Licenciada em Arquitetura e Urbanismo

O ordenamento de Base Ecológica como estratégia de Requalificação Urbana

Parque Urbano e Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade Vale Cavala

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território

Orientador: Professor Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira,
Professor Auxiliar do Departamento de Ciências e Engenharia
do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade Nova de Lisboa

Coorientadora: Mestre Ana Sofia Libreiro, Chefe de Divisão de
Desenvolvimento Económico e Emprego, Câmara Municipal de
Almada

Júri:

Presidente: Professor Doutor Tomás Augusto Barros Ramos, Professor Associado, FCT NOVA

Arguente(s): Professor Doutor Nuno Pires Soares, Professor Auxiliar, NOVA FCSH

Vogal(ais): Professor Doutor José Carlos Ferreira, Professor Auxiliar, FCT NOVA



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



NOVA FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Setembro 2019

Nota: Este documento foi escrito em Português do Brasil por opção da autora.

Ordenamento de Base Ecológica como estratégia de Requalificação Urbana

Parque Urbano e Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade
Vale Cavala

‘Copyright’ Cristiana Souza Lago de Castro, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade
Nova de Lisboa

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

A realização de uma tese de mestrado é uma longa viagem, em um curto espaço de tempo numa trajetória de inúmeros desafios, tristezas, inseguranças, alegrias e muitos percalços pelo caminho, mas que sem os contributos de várias pessoas, e instituições indispensáveis para encontrar o melhor rumo em cada momento da caminhada seria impossível chegar ao fim.

Todo apoio, energia e força vindo de várias pessoas, foram fundamentais para trilhar este longo caminho a quem agradeço especialmente.

Ao meu orientador Professor Doutor José Carlos Ferreira pelo sentido prático e apoio com que sempre me orientou ao longo das diversas fases deste trabalho e em todos aqueles que realizei durante os seminários do mestrado.

À minha co-orientadora Mestre Ana Sofia Libreiro, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Económico e Emprego, Câmara Municipal de Almada pela sua disponibilidade, incentivo, guiar-me durante todo o período de estágio na Câmara Municipal de Almada com contributos importantes para a elaboração e revisão desta dissertação.

À Câmara Municipal de Almada, pela oportunidade concedida, e o apoio e disponibilidade do corpo técnico na partilha de informações nada disto teria sido possível.

A todos os professores, que ao longo do curso ergueram pilares e bases para o resultado do projeto final.

À minha família por todo o apoio que me deu em cruzar o oceano em busca de novos desafios e que mesmo longe me mantém forte.

Especialmente ao meu pai (in memoriam), que deixou o plano terrestre durante este percurso, e que não tive a oportunidade de me despedir, mas que tenho a certeza que esta a me acompanhar, guiar e feliz por mais um objetivo alcançado na minha vida.

Ao Enzo, meu pequeno mestre, meu parceiro neste desafio que me propus, e que por vezes me acompanhou durante as aulas e me encorajou nas apresentações de trabalho, e que e por entender a minha falta de tempo nestes últimos tempos dedicado a tese.

Ao António que ao longo do último ano do mestrado tem sempre me apoiado, sempre com muita e paciência nos momentos de desânimo e de stress, por não me ter deixado desistir e sempre me fazer acreditar que eu era capaz.

A todos os colegas de mestrado que agregaram enorme enriquecimento de ideias e ideais, e aos mais próximos dos quais partilhei companheirismo e entreaajuda ao longo desta jornada, especialmente a Alexandra, Daniel, Elisabeth, Filipa, Freddy, João Paulo Isabel, Luana, Paula, Raquel.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

É no período de 1930 a 1966 que ocorre uma expansão territorial do concelho de Almada em direção a zona central mas é no decorrer do séc. XX, nas décadas de 60/70, e no final da década de 80 e início de 90 que o aumento das acessibilidades e o desenvolvimento do setor terciário, gera um aumento da população para outras zonas como: Laranjeiro, Feijó, Charneca da Caparica e Sobreda.

A Freguesia da charneca cresceu a base de um processo de ocupação mista ao longo da estrada (EN 377) com a implantação de residências e comércio, e de várias operações de gênese ilegal, de morfologia predominante de moradia isolada e ou geminada, carência de equipamentos, espaços públicos e de lazer qualificados.

O PDM de Almada encontra-se atualmente em revisão e um dos principais objetivos listados para o desenvolvimento do concelho é: A estratégia para alcançar estes objetivos assentará sobretudo **na requalificação dos espaços urbanos através da promoção de centralidades de segunda e terceira ordem de modo a criar oportunidade para atividades econômicas terciárias, tecnológicas), paralelo a valorização da componente ambiental do território, e a criação de espaço publico verde.**

A proposta de projeto para a implantação do **Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade (CMASCP)** como mediador de intervenção comunitária e catalisador de projetos inovadores e o **Parque Urbano Vale Cavala (PUV)** têm como base uma estratégia de ordenamento de base ecológica, respeitando a estrutura ecológica urbana (EEU) da área de intervenção e das características biofísicas, para a manutenção e recuperação dos ecossistemas locais, aliadas a promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Além disso devido à sua localização estratégica no conselho assumem papel de uma importante centralidade de nível médio pela sua oferta de, serviços e equipamentos.

Palavras chaves: Almada, biblioteca parque, centralidade urbana, intergeracional, ordenamento de base ecológica, parque urbano.

Abstract

In the period between 1930 to 1966 the city of Almada begins to expand to the county's central area but it is throughout the XX century, during the decades of 60/70, and in the late 80's early 90's that the increase in accessibility and the development of the tertiary sector led to an increase in population to other areas like: Laranjeiro, Feijó, Charneca da Caparica and Sobreda.

The Parish of Charneca grew on the basis of a mixed occupation process along the road (EN-377), with the expansion made at the expense of several operations of illegal genesis, of predominant morphology of detached and or semi-detached houses, lack of equipment, and adequate public and leisure spaces.

The City's Master Plan is currently under revision and one of the main goals listed for the development of the parish is: "Reinforce the role of Almada as a top level centrality of the Metropolitan Area of Lisbon, in the context of the "Cidade de Duas Margens"- the strategy to achieve these objectives will rely above all on the requalification of urban spaces through the promotion of second and third order centralities, in order to create opportunity for tertiary economic and technological activities, in parallel the valorization of the territory's environmental component, and the creation of green public space.

The project proposal for the implementation of the **Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade (CMASCP)** and **Parque Urbano Vale Cavala (PUV)** are based on an ecological planning strategy, respecting the urban ecological structure (UES) of the intervention area and its biophysical characteristics for the maintenance and restoration of local ecosystems, alongside a promotion of the improvement of the population's quality of life.

In addition, due to their strategic location on the parish, they assume the role of an important mid-level centrality for their offer of services and equipment.

Keywords: Almada, library park, urban centrality, intergenerational, ecological planning, urban park.

ÍNDICE

Capítulo I - INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Tema e o estágio na Câmara Municipal de Almada	21
1.2 Justificativa do tema	21
1.3 Objetivos.....	22
1.4 Metodologia	23
1.5 Estrutura da dissertação	24
Capítulo II – QUADRO CONCEITUAL	25
2.1 Planeamento e ordenamento do território	25
2.2 Políticas urbanísticas de uso do solo	27
2.3 Desenvolvimento sustentável e os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ...	29
2.3.1 Os ODS e o desenvolvimento sustentável no contexto europeu e português	38
2.4 Urbanismo Sustentável	40
2.5 Requalificação urbana no contexto de sustentabilidade (ou de base ecológica)	43
2.5.1 Serviços de ecossistemas.....	45
2.5.2 Infraestruturas verdes	47
2.6 A cidade criativa	52
Capítulo III – CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	55
3.1 Quadro legal - Instrumentos de Gestão Territorial com incidência na área de estudo	55
3.1.1 Âmbito nacional.....	56
3.1.2 Âmbito regional	57
3.1.3 Âmbito municipal e intermunicipal PU, PDM E PP	58
3.2 Servidões e restrições de utilidade públicas.....	60
3.2.1 Rede elétrica nacional.....	60
3.2.2 RAN – Reserva agrícola nacional	61
3.2.3 REN – Reserva ecológica nacional	62
3.3 Planos de urbanização	64
3.4 Quadro legal dos loteamentos	65
3.5 Lei das AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal	66

3.6 Fatores de crescimento de áreas urbanizadas em Almada	68
3.7 O Plano Diretor Municipal de Almada (PDMA).....	72
3.7.1 Objetivos de desenvolvimento revisão do PDM- Almada.....	72
3.8 A Charneca da Caparica e o Vale Cavala	73
3.8.1 Charneca da Caparica	73
3.8.2 Vale Cavala.....	75
CAPITULO IV – BREVE ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE VALE CAVALA	76
4.1 Análise biofísica da área de estudo.....	76
4.1.1 Altimetria e hipsometria.....	76
4.1.2 Declives	76
4.1.3 Hidrografia.....	76
4.2 Estrutura ecológica municipal (EEM)	77
4.3 Enquadramento Geográfico da área de estudo Vale Cavala – Quinta da Brieira	78
4.3.1 Caracterização da área de intervenção – Vale Cavala x Quinta da Brieira	78
4.3.2 Caracterização física, limites, estrutura viária, zona envolvente e edificado	79
4.3.3 Enquadramento face aos instrumentos de gestão territoriais em vigor.....	81
4.3.4 Análise Swot.....	83
Capitulo V – OBJETIVOS DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	85
5.1 Objetivo Geral da proposta.....	85
Figura 36- Sobreposição da REN (verde) e RAN (amarelo) na área de trabalho.....	
5.1.1 Área de intervenção I – Objetivos específicos Quinta da Brieira	88
5.1.2 Área de intervenção II - Objetivos específicos - Vale Cavala.....	91
CAPITULO VI - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO - Uma nova Centralidade na Charneca da Caparica – Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade Vale Cavala e Parque Urbano Vale Cavala.....	93
6.1 Proposta de Projeto Quinta da Brieira.....	95
6.2 Proposta de Projeto Zona Norte – Centro Multifuncional de Apoio social e Cultural de Proximidade (Zona Norte)	98
6.2.1 Biblioteca parque de 3ª geração	102
6.2.2 Referências de Inspiração – O caso da Colômbia.....	104
6.2.3 Espaços de “coworking”	109

6.2.4 Incubadoras de empresas culturais e de Inovação social – Incentivo ao empreendedorismo e a inovação social.....	110
6.2.5 Centro DIA intergeracional e Universidade Sênior	111
6.2.6 Creche e Escola do Jardim de Infância	115
6.3 Proposta de Projeto Zona Sul – Parque Urbano Vale Cavala	119
6.3.1 Túnel de passagem travessia pedonal e ciclável	122
6.3.2 Parque infantil Vale Cavala.....	123
6.3.3 Circuito de arvorismo Vale Cavala.....	126
6.3.4 Teatro de arena ou anfiteatro.....	128
6.3.5 Viveiro de Plantas Nativas da Arriba Fóssil e Centro de Educação Ambiental.....	130
CAPITULO VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

INDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema da sequência de investigação.	24
Figura 2- Escalas de Intervenção de Planos.....	28
Figura 3- Cronologia de Eventos para a Sustentabilidade.....	30
Figura 4- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)	34
Figura 5-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	36
Figura 6-Os 5 P para o Desenvolvimento Sustentável	37
Figura 7 - Seis ODS prioritários Portugal.....	40
Figura 8 - Componentes da Regeneração(requalificação) Urbana	44
<i>Figura 9 - Diagrama dos serviços do ecossistemas</i>	<i>46</i>
Figura 10 - Central Park - Frederick Law Olmsted 1958.....	48
Figura 11- Prospect Park - Frederick Law Olmsted 1866	48
Figura 12- Benefícios da Infraestrutura Verde	50
Figura 13 - Componentes da Infraestrutura Verde	51
Figura 14 - Tipos de Infraestruturas Verde por escala de benefícios	51
Figura 15 - Atividades Urbanas	54
Figura 16- Instrumentos de gestão territorial âmbito nacional	57
Figura 17 - Instrumentos de Gestão Territorial âmbito Regional	57
Figura 18- Mapa PROT- AML	58
Figura 19 - Instrumentos de Gestão Territorial âmbito municipal e intermunicipal.....	59
Figura 20- Extrato da Carta de Condicionantes PDMA 1997	61
Figura 21-Extrato da Carta da Reserva Agrícola Municipal 1997 - Concelho de Almada.....	62
Figura 22- Extrato da Carta da Reserva Ecológica Agrícola Municipal 1997 - Concelho de Almada ..	64
Figura 23- Evolução do quadro legal de loteamentos.....	66
Figura 24- Causas da Urbanização Clandestina em Portugal	67
Figura 25- Divisão administrativa norte e sul da AML, 2014.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 26- Evolução etápica do tecido Urbano da cidade de Almada entre 1930-1966	69
Figura 27- Evolução etápica do tecido Urbano da cidade de Almada entre 1966-2011	70
Figura 28- Mapa das Freguesias de Almada	71
Figura 29- População Residente, Famílias, Alojamentos e Edifícios - Freguesias – 2011	71
Figura 30- Extrato do Plano Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca da Caparica.....	74
Figura 31- Mapa Síntese de diretrizes - Freguesia da Charneca da Caparica e Sobreira – Extrato área de projeto.....	75
Figura 32- Mapa de Declives.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 33- Mapa de Hidrografia e Declives.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 34- Enquadramento Geográfico da área de estudo.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 35- Enquadramento da Área de Projeto	79
Figura 36- Sobreposição da REN (verde) e RAN (amarelo) na área de trabalho ...	Erro! Marcador não definido.
Figura 37-Hierarquia da rede viária prevista e existente - extrato da área de estudo.....	80

Figura 38- Rede Ciclável Hierarquizada do Concelho de Almada - extrato da área de estudo	80
Figura 39- Rede Ciclável - Princípios de Planeamento e Desenho	81
Figura 40- Extrato da Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Almada – Concelho de Almada.....	82
Figura 41- Legenda da folga urbanizável do concelho de Almada.....	82
Figura 42- Mapa de folga urbanizável do concelho e estrato da área de intervenção.....	83
Figura 43 - Análise Swot	83
Figura 44-Serviços de Ecossistemas no Vale Cavala	85
Figura 45- Esquema do Ordenamento de Base ecológica	86
Figura 46- Área de projeto I e área de Projeto II.....	Erro! Marcador não definido.
Figura 47 - Implantação do loteamento Quinta a Brieira	88
Figura 48 – Escadarias de Acesso : a) e b) Acesso Rua a Brieira c) acesso Rua Graça Pina de Moraes	89
Figura 49- Área destinada ao parque infantil	89
Figura 50-Imagens do espaço público do interior da Quinta a Brieira	90
Figura 51- Relação do planeamento com acupuntura urbana	91
Figura 52- Mapa mental Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade	92
Figura 53- Delimitação das áreas de intervenção.....	93
Figura 54 - Implantação da proposta	94
Figura 55- Planta geral de propostas de acupuntura Urbana - Quinta da Brieira.....	95
Figura 56 - Representação das áreas de Acupuntura Urbana	96
Figura 57- Localização de aplicação de mural em arte urbana	96
Figura 58: Pinturas a ser aplicadas no pátio da brincadeira	97
Figura 59:Participação ativa para propostas da Quinta da Brieira	97
Figura 60: Etapas para a participação e elaboração das propostas da Quinta da Brieira	98
Figura 61- Imagens da área proposta para a implantação do CMASCP.....	99
Figura 62- Implantação da zona sul da área de estudo	99
Figura 63- Planta Pavimento Térreo – CMASP	100
Figura 64 - Planta Piso 1 – CMASCP	100
Figura 65 - Planta de Cobertura CMASCP	101
Figura 66- Representação do sistema de captação, armazenamento e distribuição de água da chuva para uso não potável.....	102
Figura 67- Conceito adotado para da biblioteca parque	104
Figura 68- Rede de Bibliotecas parque Bibliored.....	104
Figura 69- Programa da biblioteca Presbiteriano José Luis Arroyave Restrepo	105
Figura 70 - Programa da biblioteca León de Greiff - La Ladera.....	106
Figura 71- Imagem da planta baixa do piso 0 – Biblioteca, Auditório, Cowoking e incubadoras	108
Figura 72-Imagem da planta baixa piso 1 - Coworking incubadoras, biblioteca adulto e biblioteca infantil, ect.....	108
Figura 73- Espaços coworking	109

Figura 74- Tipos de Incubadoras	111
Figura 75- Diretrizes projetuais para o Centro intergeracional	112
Figura 76-Atividades intergeracionais	113
Figura 77- Plantas de estudo preliminar Centro DIA Intergeracional	114
Figura 78- Planta de estudo preliminar creche (pisos 0)	117
Figura 79- Plantas de estudo preliminar e Escola Jardim de Infância (pisos 1)	118
Figura 80- Funções dos espaços verdes e pilares para o desenvolvimento sustentável	119
Figura 81-Síntese de funções desempenhadas pelos espaços verdes urbanos	120
Figura 82- Implantação da proposta para zona sul.....	121
Figura 83- Imagens da área prevista para a implantação do parque urbano Vale Cavala	121
Figura 84 - Exemplo de passagem pedonal subterrânea	122
Figura 85- Exemplos de parque de Destino - Nova Zelândia	124
Figura 86- Parque Infantil Margaret Mahy – Nova Zelândia	124
Figura 87 - Parque infantil Margaret Mahy - Nova Zelândia	125
Figura 88 - Implantação do parque infantil Vale Cavala	125
Figura 89 - Piso de Borracha de pneu reciclado	126
Figura 90- Imagem de percurso de arborismo	126
Figura 91- Exemplos de percursos de arborismo	127
Figura 92- Modelo esquemático de circuito de arborismo	127
Figura 93- Área indicada para a instalação do circuito de arborismo	128
Figura 94 - Formas projetuais de anfiteatro	128
Figura 95- Exemplos de anfiteatros	129
Figura 96 - Imagens da área proposta para a localização do anfiteatro	129

LISTA DE ABREVIATURAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal

CMASCP - Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade

CE – Código de Expropriações

CMA – Câmara Municipal de Almada

EEM – Estrutura Ecológica Municipal

IGTs, - Instrumentos de Gestão Territorial

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PDM – Plano Diretor Municipal

PDMA - Plano Diretor Municipal de Almada

PPNCTCC- Plano Pormenor do Novo Centro terciário da Charneca da Caparica

PU - Plano de Urbanização

PP – Plano Pormenor

PROT- AML – Plano Regional Ordenamento do território da Área Metropolitana de Lisboa

POGPPAFCC -Plano de Ordenamento e Gestão da Arriba Fóssil da Costa da Caparica

PUV- Parque Urbano Vale Cavala

QPO – Quadro Prévio do Ordenamento

SRUP – (Servidões e Restrições de Utilidade Pública)

OED - Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento

ODS – Objetivos de desenvolvimento Sustentável

REM – Rede Ecológica Metropolitana

REN – Reserva Ecológica Nacional

RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

IV Infraestrutura Verde

Capítulo I - INTRODUÇÃO

1.1 Tema e o estágio na Câmara Municipal de Almada

No âmbito da elaboração da Tese do Mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território (MUSOT), trata o tema “O ordenamento de Base Ecológica como estratégia de Requalificação Urbana: Uma nova Centralidade na Charneca da Caparica - Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade incide nas componentes social, económica e ambiental da sustentabilidade, para a promoção da equidade da qualidade de vida nos territórios.

Neste âmbito a proposta de implantação de um equipamento estruturante, com um ordenamento de base ecológica para a área de estudo, no Vale Cavala - Charneca da Caparica, concelho Almada, tem como objetivo principal potenciar a melhoria das condições sociais e economias, promover a atratividade local, e consequentemente gerando uma nova centralidade no concelho, desta forma diminuído o carácter periférico e de isolamento da comunidade envolvente.

1.2 Justificativa do tema

Em 1965 dá-se início à regulamentação dos loteamentos urbanos coincidindo assim com a abertura da faculdade de urbanizar à iniciativa privada. Com isso era importante conseguir assegurar a defesa do interesse público e o respeito pela legislação em vigor, porém este regulamento acaba por “favorecer” a dispersão do tecido urbano que associado ao aumento da mobilidade e fatores históricos causadores do deficit habitacional causaram muitas implicações negativas na gestão do território.

O poder público sem a capacidade de resposta proporcional a expansão territorial para a ampliação da rede de infraestruturas e equipamentos, fez com que estas áreas periféricas legais ou ilegais da cidade fossem o resultado de um **território desestruturado**, com uma malha urbana desordenada, com grande perda das características naturais ecológicas e graves problemas sociais económicos.

Apesar dos resultados do alargamento das cidades nas últimas décadas, atualmente tem ocorrido um aumento da conscientização e esforços para a qualificação dos territórios degradados como uma resposta para os problemas sociais económicos e territoriais.

A área inicialmente delimitada para caso de estudo é uma operação de loteamento chamada Quinta da Brieira, aprovada em 1984, foi indicada pela Câmara Municipal de Almada (CMA) como zona de interesse para uma futura intervenção de qualificação deste território, e foi e apresentada como tema para estágio supervisionado com o objetivo de desenvolver uma proposta de estudo para a zona e elaboração de uma tese e projeto.

Após a análise da área de estudo apresentada pela CMA, houve uma estratégia de alargamento da área de trabalho para uma área adjacente a urbanização que devido a sua localização central e por está inserida em uma área de significativo valor ecológico para o concelho de Almada, enquadrada em

área da Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva agrícola Nacional (RAN) deve ser gerido de modo a preservar, e potencializar os valores ecológicos em questão.

Diante disso houve uma divisão da área total em duas áreas de intervenção: Quinta da Brieira e área natural de Vale Cavala.

Na área de intervenção da Quinta da Brieira a proposta tem como objetivo a melhoria do espaço público do interior do loteamento.

Tendo em conta todos os fatores positivos e negativos causadores da situação atual que enquadram a área de estudo, após a contextualização teórica buscou-se elaborar uma proposta que promova a criação de uma nova centralidade na Charneca da Caparica atendendo as necessidades sociais e económicas, com a promoção de espaços públicos de qualidade fundamentados em um ordenamento de base ecológica que preserve e valorize o património natural, como um ambiente promotor da qualidade de vida da população e potencializador das questões de sustentabilidade.

1.3 Objetivos

Este trabalho de pesquisa tem em vista a elaboração de uma tese de mestrado e a elaboração de um projeto de intervenção no Vale Cavala – Charneca da Caparica no concelho de Almada, em que é registrado no último censo (INE -2011) o maior índice de crescimento populacional, gerando uma forte demanda de infraestruturas, equipamentos e serviços.

Para dar soluções e propostas para esta demanda o que se pretende é criar propostas de uso e ocupação do solo que promovam a necessária compatibilização entre a proteção e valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área de estudo.

A proposta de implantação do equipamento público Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural para o Vale Cavala (CMASC) tem como base a estratégia de ordenamento de base ecológica, respeitando a estrutura ecológica (EE) da área de intervenção e das características biofísicas para a manutenção e recuperação dos ecossistemas locais, aliadas a promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

A implantação do projeto é definida a partir do respeito as componentes de sustentabilidade, condicionantes do meio natural, e valorização dos serviços dos ecossistemas de modo que estes proporcionem a valorização e recuperação do território.

Naturalmente, essa sinergia coloca o equipamento público multifuncional num posicionamento de ator privilegiado que irá contribuir para uma nova dinâmica económica e social da área de estudo .

O fato deste equipamento vir a ser implantado em um território com poucas opções de cultura, lazer e apoio social o torna mediador de intervenção comunitária e gera maior flexibilidade para projetos de inovação social, de modo a se transformar em um catalisador e transformador da qualidade vida local.

Indo além da questão de enquadramento teórico a que se refere este projeto de intervenção, há uma importante nota a ser ressaltada que é o desejo de promover um ambiente em que vivências positivas

fossem possíveis gerando o reforço e valorização de identidade local uma memória coletiva, e sensação de pertença do meio em que vivem.

1.4 Metodologia

O processo associado a execução da tese de conclusão do mestrado envolve a aplicação das aprendizagens adquiridas ao longo do curso, agregando várias componentes de projetos voltados para o eixo da sustentabilidade, recorrendo à interpretação de uma problemática, à pesquisa e interpretação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e planeamento do território do caso de estudo.

A estrutura metodológica do projeto está organizada da seguinte forma:

Na primeira fase deste trabalho foi feita uma caracterização do território em estudo, com levantamento fotográfico, evolução histórica, carências e potencialidades para uma melhor compreensão das causas que levaram a situação atual do "problema".

Por se tratar de uma área que cresceu e se desenvolveu a “margem” da legislação com insuficiência de equipamentos em um território caracterizado por problemas consequentes da ocupação ilegal, torna-se necessário recorrer a metodologia **qualitativa**, que neste caso é a mais indicada para fornecer o suporte técnico à adequada finalidade do estudo.

Para a aplicação da metodologia de qualitativa foi feita a recolha de dados referente a área de estudo em estreita parceria de estágio com a Câmara Municipal de Almada, onde foi feita a análise de processos, planos e IGTs e toda a legislação aplicável, de forma a permitir o desenvolvimento do caso de estudo com sólidas bases que permitirão mais à frente a sua análise, interpretação e propostas para que buscam a solução do “problema”.

Em seguida inicia-se a pesquisa bibliográfica ao nível nacional e internacional que pretende a análise conceitual das bases de pesquisa, de modo que possa estabelecer as componentes de sustentabilidade que servirão de base para a elaboração da proposta de projeto.

Após a análise conceitual será concebido um modelo de ordenamento de base ecológica que promova a fixação de uma nova centralidade na área de estudo de acordo com o conceito de ordenamento de base ecológica. Para isso, recorrer-se-á ao estabelecimento de soluções que tenham como base principal a sustentabilidade e a resiliência dos territórios.

Após a definição do modelo de ordenamento esta etapa pressupõe a elaboração de uma proposta de ordenamento para a área de estudo, com a implantação de um equipamento multifuncional que seja catalisador para uma nova dinâmica social e promotor da qualidade de vida da população da área de estudo e envolvente.

A proposta de ordenamento será desenvolvida com recurso aos métodos de representação gráfica que e demonstrem a organização espacial e funcional dos espaços como um todo.

A tese dá-se por concluída com uma proposta de ordenamento de base ecológica, que permita implantar um centro articulados de atividades e funções em busca de equilíbrio e da sustentabilidade

para prover aos seus indivíduos qualidade de vida e oportunidades de prosperidade, além de deixar algumas respostas e perguntas para trabalhos futuros que possam a vir a ser importantes nesta área.

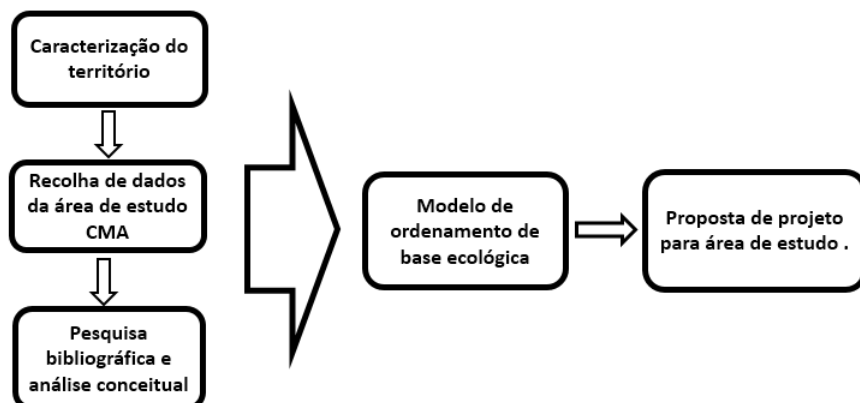


Figura 1 - Esquema da sequência de investigação.
Fonte: a autora

1.5 Estrutura da dissertação

A dissertação encontra-se organizada em seis capítulos, sendo que o **Capítulo I** corresponde à introdução.

Capítulo II destina-se desenvolvimento dos conceitos básicos sobre a análise histórica do planeamento das cidades, evolução histórica até o conceito de sustentabilidade, análise conceitual do ordenamento de base ecológica.

No **Capítulo III** é feita a análise da caracterização e evolução do território e dos IGTs ao nível nacional, regional e local com competência na área de trabalho e de intervenção, relacionando-os as condicionantes e os objetivos de desenvolvimento da CMA para a área.

No **Capítulo IV**, e já com o território de investigação previamente apresentado, é feito o enquadramento geográfico, diagnóstico, análise das componentes biofísicas, Estrutura Ecológica Municipal (EEM), uso do solo e condicionantes legais da área de estudo, para lançar bases para proposta de projeto.

No **Capítulo V** são apresentados os objetivos gerais e específicos, que estabelecem como componente fundamental para o desenvolvimento do projeto o ordenamento de base ecológica para a área de trabalho que é subdividida em duas áreas de intervenção.

Neste capítulo é feita a implantação para a área de trabalho total, e justificativa aos tipos de equipamentos e serviços que compõem o projeto, e detalhamento das áreas de intervenção I e II.

No **Capítulo VI** apresentam se as conclusões que são mais do que as impressões finais sobre o percurso da investigação com a identificação das potencialidades do ordenamento de base ecológica, e sustentável, o que se pretende é colocar numa perspectiva futura uma inquietação necessária, e reflexão para a continuidade de um compromisso com a população da área de intervenção, que se permita o desenvolvimento sustentável em suas principais componentes, social, económica e ambiental.

Capítulo II – QUADRO CONCEITUAL

2.1 Planejamento e ordenamento do território

A cidade é uma construção ao longo do tempo enriquecida pela sua constante transformação ou seja, os diferentes tempos presentes num mesmo núcleo urbano, demonstrativos de uma cultura em transformação. Uma cidade dinâmica compreende a continuidade e desenvolvimento tanto da cidade histórica como da cidade “nova”.

Devemos destacar a Revolução Industrial como um dos momentos mais importante para o crescimento e mudança das cidades, nesta época o processo de crescimento das cidades promoveu de modo simultâneo dois eventos, um de atração pela cidade, outro de expulsão do campo. Até a revolução industrial não havia nenhum país onde a população urbana predominasse.

O aumento significativo da população que optou por trabalhar na indústria em busca de uma vida melhor nas cidades, na época da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, fez com que a demanda por espaço nos centros urbanos, resultasse num aumento das áreas impermeabilizadas, na ocupação de espaços verdes e fragmentação de habitats naturais, produzindo a expansão urbana desordenada de bairros não planejados com péssimas condições sanitárias muito deficientes.

É então que as cidades que crescem desmesuradamente, a partir daí, passam por problemas econômicos que fazem refletir nos custos de produção, na saturação dos sistemas de abastecimento d'água, no elevado tempo de viagem imposto aos trabalhadores, nos problemas de abastecimento causados por dificuldades no trânsito, nas restrições para resolver o problema dos rejeitos, e assim por diante.

Para dar resposta e soluções as transformações decorrentes dos problemas sociais e econômicos, dos países onde a Revolução Industrial foi mais intensa, o planejamento urbano surge como ferramenta para elaborar propostas de melhoria dos espaços urbanos e melhor qualidade de vida a população.

Segundo Taylor (1998) apud Gonçalves (2010), tomando como exemplo Inglaterra, o planejamento urbano começou a ganhar expressão no pós 2ª Guerra Mundial, surgindo com uma maior componente política para a definição do planejamento da cidade, visto que, se pretendia um planejamento para toda a região como um todo, surgindo com isso a nova ideia de que o estado deveria ter um papel mais ativo no planejamento.

Em 1933, como resultado do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) foi redigida a carta de Atenas, documento com princípios e compromissos do urbanismo moderno, elaborado por um grupo de arquitetos e urbanistas internacionais com destaque para Le Corbusier, que teve como objeto de estudo 33 cidades diferentes do mundo, levando em consideração quatro funções básicas das cidades: habitação, trabalho, diversão e circulação. A Carta de Atenas propõe novas soluções a nível de planejamento urbano com foco na resolução dos problemas da estrutura urbana e da qualidade de vida.

As décadas de 50 e 60 foram de grande otimismo impulsionado pelo capitalismo ocidental e pelo aumento da qualidade de vida que consequentemente trouxe novas exigências ao planeamento, em termos de mobilidade e acessibilidades e estradas, então começam a surgir as primeiras críticas ao modelo de planeamento.

Jane Jacobs (1961)¹ afirma que: As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planeamento urbano deveria aprender, elaborar e testar as suas teorias. Ao contrário, os especialistas e os professores dessa disciplina (se é que ela pode ser assim chamada) têm ignorado o estudo do sucesso e do fracasso na vida real, não têm tido curiosidade a respeito das razões do sucesso inesperado e pautam-se por princípios derivados do comportamento e da aparência de cidades, subúrbios, sanatórios de tuberculose, feiras e cidades imaginárias perfeitas – qualquer coisa que não as cidades reais”.

O sistema de planeamento em Portugal até meados do século XX não tinha capacidade de resposta para atender às necessidades de habitação da população que migrava para os centros urbanos, provocando a expansão dos seus perímetros e a ocupação edificada excessiva e não planeada de urbanizações avulsas, com baixa qualidade de desenho urbano e também mal localizadas ou excêntricas face ao centro urbano dominante.

Em Portugal, assim como em vários países da Europa, durante a década de 50 e início de 60 as **áreas urbanas tiveram um grande crescimento com a migração para os centros urbanos** de aproximadamente 78%, muito superior ao crescimento da população de 33%.

Em Portugal, esse fenómeno está ligado à continuação do processo de “reequilíbrio territorial” de um país antes fortemente ruralizado, o qual se desenvolve desde o grande êxodo rural das décadas de 1950-1970, da forte industrialização e terciarização da economia e do fluxo de portugueses das ex-colónias ultramarinas, na década de 70. Mais recentemente, entre 1990 e 2000, o desfasamento entre a expansão urbana e a evolução demográfica no nosso país foi particularmente notório, quando comparado com a generalidade do contexto europeu ².

Neste contexto o planeamento e ordenamento do território devem ser considerados poderosas ferramentas que permitem promover através das políticas “económica, social, cultural e ambiental, prospectivas interdisciplinar e integradas visando organizar as estruturas humanas e sociais para o desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto” para melhorar a sustentabilidade das cidade.

Com a adesão de Portugal à CEE em 1986, o país passa por um processo de transformação na agenda política nacional e no quadro de políticas de ordenamento do território a nível municipal, o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, formalizava as soluções urbanísticas e normas regulamentares destinadas a assegurar um estratégia coerente e sustentada de desenvolvimento para o território municipal, porém o Decreto-Lei n.º 25/92, de 25 de fevereiro que determinou que os municípios teriam de dispor de PDM aprovados para obterem financiamentos comunitários de apoio a União europeia, fez com que

¹ Morte e vida de grandes cidades

² CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020 | ANEXO I - DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

houvesse uma massiva e urgente elaboração de PDMs, que atenderam, as projeções demográficas realizadas na época que indicavam um forte aumento de população e, consequentemente, as elevadas necessidades de habitação e de áreas para expansão de atividades, sendo que o resultado foi o surgimento de inúmeros planos desajustados da realidade, que favoreceram um crescimento urbano mais fragmentado e descontínuo, pondo em causa o modelo previsto dos PDMs de 1ª geração.

Na década de 90, quando foi determinado legalmente que apenas os municípios com PMOT aprovados, se poderiam candidatar aos Quadros Comunitários de Apoio da União Europeia, realizaram-se uma grande quantidade de PDM. Uma das grandes transformações dessa altura foi a crescente preocupação do Estado com as componentes, biofísica e ambiental, tendo resultado na publicação dos Regimes da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional e na Lei de Bases do Ambiente (Gonçalves, 2010). A criação destas e de outras leis, como a Lei nº 48/98, de 11 de agosto, designada Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, reforça a relação entre o planeamento e ordenamento do território e a componente ambiental.

O planeamento urbano deve se apoiar no conjunto de instrumentos de gestão territorial com a finalidade de desenvolver estratégias e soluções que visam a melhoria da qualidade de vida da população, deve ter em conta as perspectivas do futuro na busca do desenvolvimento das cidades de uma forma justa eficiente e sustentável tanto na distribuição espacial da população quanto das atividades económicas, analisar os possíveis impactos, positivos e negativos causados pelos planos, para que se possa propor ajustes, revisões e atualizações, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano desigual e seus efeitos negativos no meio ambiente, com o objetivo de proporcionar uma maior equidade económica e social.

As metrópoles se desenvolveram de forma difusa, com malhas urbanas que foram promovidas sob a ótica da pressão imobiliária definindo, unidades desarticuladas entre si, com carências próprias e sem justa distribuição ou localização de equipamentos e acessibilidades, sendo o resultado territórios dispersos sem infraestruturas e de mobilidade muito reduzida ao contrário ao que é atualmente desejável.

É imprescindível olhar com detalhe para a realidade que temos e procurar remediar erros do passado. Os territórios encontram-se fragmentados e muitos não oferecem as melhores condições de vida aos seus habitantes. É por isso importante, uma política de cidades que englobe não só a cidade, na sua vertente mais urbana, mas que olhe para o território de forma abrangente, para os espaços rurais e para a região e que promova a coesão territorial em todas as suas vertentes, social, económica e cultural, baseada em modelos de governança multinível.

2.2 Políticas urbanísticas de uso do solo

A transformação mais profunda da ocupação do território português acontece nas últimas quatro décadas, pelos fluxos migratórios e transformação da estrutura económica e social.

O fluxo migratório intenso da década de 50 e década de 60 foi um dos principais promotores da criação de um subúrbio fruto de ocupações que não obedeceram a qualquer plano ou ordenamento criando

manchas na periferia da cidade, com um resultado caótico isto foi o motor para a definição de uma Política de Solos com a adoção de vários instrumentos de caráter regulador.

Apesar da definição dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente os Planos Gerais de Urbanização³, Planos de Pormenor⁴ e o Regime das Operações de Loteamento Urbano⁵, não havia uma estratégia de articulação entre eles, de modo que não conseguiam uma gestão territorial eficaz e coerente.

Ao longo da década de oitenta continuaram a ser aprovados novos instrumentos de planeamento e ordenamento territorial, mesmo que ainda sem ser de forma integrada tendo sido instituídos em 1982 os Planos Diretores Municipais (PDM)⁶, Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)⁷, e os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)⁸.

Somente à partir de 1998 é com a aprovação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo⁹ que é definido o quadro global de objetivos e princípios estabelecendo a articulação dos IGTs, em três âmbitos: Nacional, regional e municipal.

A prossecução das políticas e das intervenções sobre o território depende do efetivo **envolvimento e disponibilidade organizativa, técnica, humana, material e financeiras dos agentes territoriais** (de base nacional, regional, sub-regional e local), bem como da sua capacidade de coordenação no que concerne às intervenções e financiamentos.



Figura 2- Escalas de Intervenção de Planos
Fonte: elaboração da autora

³ DL n.º 560/71, de 17 de dezembro

⁴ DL n.º 561/71, de 17 de dezembro

⁵ DL n.º 289/73, de 06 de junho

⁶ DL n.º 208/82, de 26 de maio

⁷ DL n.º 338/83, de 20 de julho

⁸ DL n.º 151/895, de 24 de junho

⁹ DL n.º 48/98, de 11 de agosto

2.3 Desenvolvimento sustentável e os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Ximenes (2011) apud Flores e Ramoa (2018) *“a atenção com a qualidade ambiental teve maior ênfase no período pós segunda guerra mundial, ocorrida entre 1939 e 1945. Segundo o autor, a necessidade de reconstrução das cidades atingidas pelo conflito influenciou “um novo modo de pensar o desenho urbano”; que teve a preocupação: de evitar a destruição dos solos, em aumentar as áreas permeáveis, em reduzir o custo de infraestrutura urbana e de reduzir poluição ambiental”*

O Clube de Roma foi fundado pelo industrial italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN, Aurélio Peccei, autor da obra “The Chasm Ahead”, publicado em 1969 .

O clube de Roma foi uma organização que reuniu em 1968 um grupo informal de trinta economistas, cientistas, educadores e industriais num encontro em Roma, com o objetivo de pensar o sistema global e encorajar novas atitudes, entre os quais o combate à degradação ambiental a adesão ao grupo cresceu rapidamente e em 1970 este clube possuía 75 membros de 25 países.

Em 1972 um grupo de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts MIT produziu o primeiro Relatório ao Clube de Roma , *The Limits to Growth* foi o primeiro estudo a questionar a viabilidade do crescimento contínuo e abriu novos caminhos como o primeiro modelo global encomendado por um órgão independente, em vez de um governo ou a ONU. Segundo McCormick (1992), apud Oliveira (2012) “os estudos do MIT, sob encomenda do Clube de Roma, apontavam três conclusões principais: [1] se a tendência do crescimento da população (e, por conseguinte, da poluição, industrialização, produção de alimentos e exaustão de “recursos” naturais) se mantivesse, **os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos**; [2] era possível alterar esta tendência através de uma possibilidade *sustentável* de estabilização econômico ecológica; e [3] as pessoas deveriam o mais rapidamente possível adotar como meta a perspectiva de estabilização, para lograr sucesso nesta empreitada.



Figura 3- Cronologia de Eventos para a Sustentabilidade
Fonte: Elaboração da autora

O estudo de caráter catastrófico, indicava a fome, a poluição e o crescimento demográfico como vilões de um futuro sombrio, ressaltava a importância da *contenção do crescimento* e proclamava a adoção da política do “crescimento zero”, mas gerou controvérsias

Profundas e alguns autores como PERROUX, 1981 apud Oliveira (2012) afirmou que se tratou de uma proposta que só teria sentido para os países ricos o desenvolvimento não é compatível com o crescimento zero salvo distorções e incertezas..... se o crescimento sem desenvolvimento é um fenômeno observável, o desenvolvimento sem crescimento permaneceria uma hipótese gratuita. Desta maneira, é possível concluir que a própria proposta de “crescimento zero” se tratava de uma farsa, uma vez que contraria os próprios fundamentos do capitalismo.

A obra “Limites do Crescimento”, foi apontada por BRAUN, (2005) apud Oliveira (2012) “ *como âncora da Conferência de Estocolmo devido a importância do estudo na questão ambiental principalmente: [1] ao pioneirismo no que se refere à questão do meio ambiente x desenvolvimento econômico no debate geopolítico contemporâneo; [2] à consolidação, no âmbito acadêmico-universitário, da questão ambiental, uma vez que se multiplicou o número de trabalhos envolvendo a temática; e ainda [3] à sua dimensão global de divulgação, com grande diáspora de ideias, pois sua publicação atingiu cifras extraordinárias, ao mesmo tempo em que suas conclusões atingiram diferentes públicos e colocaram definitivamente a problemática ambiental na pauta dos assuntos cotidianos*”.

Estas preocupações e debates relacionados com os limites do desenvolvimento e riscos de degradação do meio ambiente foram motivos impulsionadores para a realização da primeira conferência das Nações Unidas com o olhar voltado para o meio ambiente em 1972 a Conferência de Estocolmo.

A preocupação com as futuras gerações ganha especial atenção diante da constatação de que os que ainda não nasceram dependem das gerações antecedentes para a proteção dos seus direitos, e neste sentido a Conferência de Estocolmo em 1972 assinala sacramentalmente o cuidado com as futuras gerações com primeira inscrição normativa protetiva do direito das futuras gerações.

Na declaração da Conferência de Estocolmo a preocupação intergeracional com o meio ambiente surge descrito no segundo princípio:

Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

Foi um marco histórico na política internacional para o surgimento de princípios e políticas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável, até então o risco de um colapso ambiental não era amplamente difundido ou devidamente valorizado pela comunidade internacional, e a conferência teve importante papel para direcionar a atenção das nações para estas questões.

Segundo Edith Brown Weiss (1972) apud Bergntein e D'Aquino (2016) “ *equidade intergeracional como o princípio do qual deriva o dever de manter o planeta em condições de subsistência às futuras gerações* “

*Em estudo encomendado pela ONU Edith Brown Weiss (1972) apud Bergstein e D'Aquino (2016) defendeu que a equidade intergeracional pressupõe que cada geração repasse às gerações futuras recursos naturais e culturais em um estado pelo menos equivalente aquele em que os recebeu das gerações anteriores afirmando que: Dessa noção de equidade surgem três princípios: **Conservação de opções** (conservar a diversidade de recursos naturais existentes), **conservação da qualidade ambiental** (núcleo da equidade intergeracional, não quer dizer obrigação absoluta de degradação do meio ambiente, mas sim equilíbrio entre a degradação ambiental e o acúmulo de capital e desenvolvimento tecnológicos a serem legados às gerações futuras) e **conservação do acesso aos recursos naturais** (presente geração assegura que todos os seus membros tenham acesso equânime a recursos naturais, e esse acesso é repassado às futuras gerações).*

A partir destes princípios, o movimento na criação de propostas e estratégias de implementação das entidades representativas e de monitoramento do patrimônio ambiental é reforçado pela busca da garantia do princípio da equidade intergeracional.

O desenvolvimento sustentável é o contraponto ao desenvolvimento económico desenfreado, e tem relação direta com o aumento populacional, as consequências das nossas ações no futuro, e com a relação de interdependência com o consumismo da sociedade.

Ignacy Sachs (1993), apud Flores e Ramoa (2018) *“foi fonte de inspiração dos participantes da Conferência com a criação, neste mesmo ano de 1972, das cinco dimensões do ecodesenvolvimento, que afirmava que todo planejamento deveria contemplar, simultaneamente, as cinco dimensões da sustentabilidade: **social, econômica, ecológica, espacial e cultural**, com a busca do equilíbrio do capital humano, natural, físico e financeiro”*.

Segundo Sachs , apud Filho (1993) :

- a. *Sustentabilidade Social: O processo deve se dar de tal maneira que reduza substancialmente as diferenças sociais. Considerar "o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais.*
- b. *Sustentabilidade Econômica: A eficiência econômica baseia-se em uma "alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado". A eficiência deve ser medida sobretudo em termos de critérios macrossociais.*
- c. *Sustentabilidade Ecológica: Compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Implica também em preservar as fontes de recursos energéticos e naturais.*
- d. *Sustentabilidade Espacial: Pressupõe evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder. Busca uma relação equilibrada cidade-campo.*
- e. *Sustentabilidade Cultural: Significa traduzir o "conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.*

Segundo Filho (1993), *Na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, da IUCN (Ottawa/Canadá, 1986), o conceito de Desenvolvimento Sustentável e Equitativo foi colocado como um novo paradigma, tendo como princípios:*

- *Integrar conservação da natureza e desenvolvimento;*
- *Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;*
- *Perseguir equidade e justiça social;*
- *Buscar a autodeterminação social e da diversidade cultural; e,*
- *Manter a integridade ecológica.*

Em 1987 foi publicado o Relatório Brundtland denominado “Our common future” – Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, o conceito de um “Desenvolvimento Sustentável” surgiu com maior expressão e reforço na manutenção dos recursos às futuras gerações e reforça a dimensão social como parte integrante da questão ambiental: “A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional” (Brundtland, (1987) apud Nascimento (2012). Este relatório defendia que: **“Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”**. As críticas à sociedade Industrial que se verificavam nos relatórios anteriores e que causaram algum desconforto na crítica da comunidade internacional, não se verificam neste relatório, verificando-se sim uma “*demandas no crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos ligando a superação da pobreza nestes últimos, ao crescimento contínuo dos primeiros*”.(Gonçalves, 2010)

Em 1989, a Assembleia das Nações Unidas aprovou a convocação da segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento para 1992, conhecida como Rio-92 vinte anos após a realização da conferência de Estocolmo, representantes de cento e setenta e oito países do mundo tinha o objetivo de avaliar como os países haviam promovido a proteção ambiental até o momento e discutir os encaminhamentos para questões específicas como as Mudanças Climáticas (Aquecimento Global), proteção da biodiversidade e lançar bases sobre quais os países deveriam, a partir daquela data, empreender ações concretas para a melhoria das condições sociais e ambientais a nível global visando diminuir a degradação ambiental e garantir as futuras gerações condições de sustentabilidade.

Na Conferência Rio 92 foi assinada a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento que estabelecia acordos internacionais com base nos interesses de todos na proteção da integridade do sistema global de ecologia e desenvolvimento, além disso chegou-se a conclusão de que sem agregar os componentes econômicos, ambientais e sociais não havia como garantir a sustentabilidade do desenvolvimento, além disso dois resultados significativos, foram a criação da **Convenção da Biodiversidade e das Mudanças Climáticas** – Declaração do Rio e a Agenda 21 que evoluíram e refletiram na elaboração do Protocolo de Quioto.

A Agenda 21 era o documento que tinha o objetivo de preparar o mundo para os desafios que ainda estavam por vir, apesar do fato de que sua implementação dependia do engajamento e responsabilidade de todos os governos.

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima não tem caráter impositivo e nesse contexto que emergiu a importância do Protocolo de Quioto, para regulamentar regras e diretrizes próprias, com sanções aos infratores, para assegurar que tivesse uma real efetividade, além de garantir o cumprimento das metas estabelecidas.

No ano de 2000 houve uma reunião em Nova Iorque para formalizar a Declaração do Milênio das Nações Unidas aprovada na Cimeira do Milênio – realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque –, reflete as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram na maior reunião de líderes mundiais (ONU, 2000).

Na Cimeira do Milênio os líderes definiram alvos concretos, de responsabilidade global a equidade para todos os povos em temas relacionados a diminuição da pobreza extrema, condições de saneamento, educação a todos, inverter a tendência de propagação do vírus do HIV, alcançar outros objetivos do desenvolvimento. As questões diplomáticas também estiveram na mesa com reforço das operações de paz das Nações Unidas, a injustiça e a desigualdade, o terror e o crime, e que protegêssemos o nosso patrimônio comum, **a Terra, em benefício das gerações futuras.**

A Declaração do Milênio focou no Desenvolvimento e erradicação da pobreza, e desde então passou a ser o principal documento de referência para a formulação dos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**, os ODMs foram fruto de pouca discussão e baixo envolvimento da sociedade civil, representando uma redução e simplificação da agenda dos anos 1990, apesar dos líderes participantes da Cimeira do Milênio comprometeram-se a ajudar a alcançá-los até 2015.



Figura 4- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Fonte: <https://17millionucsw2016.wordpress.com/2016/10/05/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio/> -
acessado 07/09/2019 às 17:05

A Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (World Summit on Sustainable Development (WSSD) também chamada de Rio+10 e Cúpula da Terra) foi realizada em Joanesburgo, em 2002, e teve como objetivos centrais: fortalecer o compromisso de todas as partes com os acordos aprovados anteriormente especialmente a revisão das metas propostas na Agenda 21 (1992), e identificar as novas prioridades que emergiram desde 1992.

A Rio+10 destaca-se mais por mencionar os problemas da globalização e detalhar um plano de implementação que, embora quase não traga metas quantitativas, inicia uma ação coletiva rumo à proteção ambiental conjugada ao desenvolvimento econômico e social.

Contudo a Declaração de Joanesburgo, foi um fracasso já que não existiu um avanço significativo dos objetivos definidos 10 anos antes no Rio, se limitou a ratificar as propostas vinculadas ao desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e a proteção ambiental reforçando o cumprimento das metas e acordo internacionais feitos pela ONU na Rio 92, acaba por não definir medidas concretas para garantir a proteção do meio ambiente o que segundo Sequinel (2002) apud Flores e Ramoa (2002) “a proposta final ficou aquém do esperado em função dos poucos resultados práticos alcançados”.

Dez anos depois da RIO +10, convocada por meio de uma resolução da Assembleia Geral da ONU, em 2009, Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, (UNCSD), Rio 2012 ou Rio+20, cujo objetivo era superar as dificuldades encontradas nos anos anteriores, renovar os compromissos políticos firmados rumo ao Desenvolvimento Sustentável e avaliar o progresso ambiental.

A conferência teve como principais temas de debates fazer um balanço dos avanços ambientais dos últimos vinte anos, a importância e os processos da economia verde, ações para garantir o desenvolvimento sustentável, eliminação da pobreza, e a governança internacional no campo do desenvolvimento ambiental.

Na Rio 2012 os estados membros decidiram lançar um processo para desenvolver um conjunto de **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** , baseados nos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** e convergirá com a agenda de desenvolvimento pós-2015.

A crise econômica e mundial principalmente nos Estados Unidos e Europa prejudicou as negociações, além dos impasses entre os interesses dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, gerando um documento final com várias intenções, mas adiando para os próximos anos a definição de medidas práticas para garantir a proteção do meio ambiente.

Para Guimarães e Fontoura (2012), apud Pimenta e Nardelli (2015) esta Conferência pode ser classificada como “Rio menos 20”, uma vez que produziu poucos avanços em relação a RIO-92. Ainda para os autores, na Rio-92 surgiram as bases para um novo modelo de desenvolvimento e um novo clima de cooperação internacional, cujos resultados podem ser observados a partir da adoção de convenções, como a de Diversidade Biológica e a de Mudanças Climáticas. Na Rio+20, muito foi discutido e pouco foi definido. A ausência de muitos líderes de Estado e a crise da economia mundial instalada impediram grandes avanços, deixando um documento final sem resultados concretos.

Em setembro de 2015, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque Realizou-se a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, os líderes de governos de 193 países adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém um conjunto de

17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas associadas, resultando no documento Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹⁰

Os ODS foram construídos a partir dos resultados da Rio+20 e levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), oito metas de combate à pobreza que o mundo se comprometeu em atingir até 2015.¹¹ Esta agenda procura conciliar e explorar um modelo global com vista à erradicação da pobreza, à promoção da prosperidade e bem-estar de todos, e à proteção do ambiente salientando o fenómeno das alterações climáticas.

A definição dos objetivos, metas e indicadores dos ODS ao contrário dos ODMs, ocorreu com ampla e democrática participação de várias instituições, organizações da sociedade civil e especialistas fazendo com que este processo não aconteça de maneira tranquila, visto que os interesses dos vários grupos envolvidos nem sempre vão na mesma direção.



Figura 5-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Fonte : <http://cite.gov.pt/pt/destaques/noticia480.html>

De acordo com a ONU (2015) apud Flores e Ramoa (2018) “a Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Ela busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável”. Ela reflete nos 5 Ps para o Desenvolvimento Sustentável, como meta para 2030.

Os 5 Ps buscam promover o desenvolvimento e medidas que visam direcionar o mundo, rumo a um caminho sustentável e resiliente, fomentando benefícios às:

- (1) **Pessoas** ao erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade;
- (2) **Prosperidade** ao Garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza;
- (3) **Paz** ao promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas;

10 ONU acedido: <https://sustainabledevelopment.un.org/resourcelibrary>

11 Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional : <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf>

- (4) às **Parcerias** ao implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida;
- (5) Ao **Planeta** ao proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras.

Flores e Ramôa (2018) apontam uma “sinergia entre os governos, sociedade civil, setor privado e academia, na busca de criar condições para beneficiar todas as **Pessoas** rumo a um bem comum e à **Prosperidade** com dignidade, promovendo a **Paz universal**, fomentando as **Parcerias** em direção ao desenvolvimento sustentável e proporcionando a esperança de um futuro melhor para as gerações futuras e para o **Planeta**”.

A perspectiva da ONU, através dos Objetivos e Metas da Agenda 2030, é de levar em conta o legado e, também, avançar em relação às metas não alcançadas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A implementação do desenvolvimento sustentável é realizada com base em três dimensões essenciais: o desenvolvimento económico, a coesão social e a proteção do ambiente. Segundo Matos (2009), apud Lima, (2013) “às três dimensões do desenvolvimento sustentável deve ainda acrescentar-se a vertente institucional, que chama a atenção para as questões relativas às formas de governação, das instituições e dos sistemas legislativos (flexibilidade transparência, democracia), o quadro da participação dos grupos de interesse (sindicatos e associações empresariais) e da sociedade civil (Organizações não Governamentais), considerados como parceiros essenciais na promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável.”

Para isso se faz necessário a avaliação dos progressos regularmente, por cada país, envolvendo os governos, a sociedade civil, empresas e representantes das várias partes interessadas.



Figura 6-Os 5 P para o Desenvolvimento Sustentável
Fonte: <http://www.fecongq.org/>

2.3.1 Os ODS e o desenvolvimento sustentável no contexto europeu e português

A UE teve um papel decisivo na definição da agenda mundial para 2030, agora o plano pormenorizado para o desenvolvimento sustentável a nível global representa o compromisso de erradicar a pobreza e alcançar um desenvolvimento sustentável até 2030 em todo o mundo, a fim de garantir que ninguém fique para trás.

O desenvolvimento sustentável está há muito no cerne do projeto europeu. Os Tratados da UE reconhecem as dimensões **económica, social e ambiental** que devem ser abordadas em conjunto, mas muitos desafios se colocam à sustentabilidade, do desemprego de jovens ao envelhecimento da população, alterações climáticas, poluição, energia sustentável e migração, e para que estes desafios se tornem oportunidades de criação de novas empresas e novos postos de trabalho, é necessário um forte empenhamento na investigação e na inovação¹².

A UE no que se refere ao desenvolvimento sustentável, juntamente com os seus Estados-Membros, assume uma posição de liderança na execução da Agenda 2030 das Nações Unidas em novembro de 2016, apresentou uma comunicação intitulada “Próximas etapas para um futuro europeu sustentável”, onde se perspetiva a abordagem estratégica para a aplicação da Agenda 2030 da ONU, integrados nas dez prioridades da Comissão Europeia.

1. Emprego, Crescimento e Investimento
2. Mercado Único Digital
3. A união da Energia e do Clima
4. Mercado Interno
5. Uma união económica e monetária mais aprofundada e mais justa
6. Uma política comercial equilibrada e progressista para controlar a globalização
7. Justiça e Direitos Fundamentais
8. Migração
9. Uma Europa mais forte na cena mundial
10. Mudança democrática

A aplicação da Agenda 2030 na UE e seus Estados-Membros deve estar em conformidade com o princípio da subsidiariedade, ou seja, a UE só atuará nos domínios que não são da sua competência exclusiva se os objetivos puderem ser mais bem alcançados a nível da União do que através da ação individual dos Estados-Membros, o que significa que é necessário que muitas questões que prejudicam o desenvolvimento sustentável terão de ser reguladas pelos próprios Estados-Membros, que

12 COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Próximas etapas para um futuro europeu sustentável Ação europeia para a sustentabilidade, COM/2016/0739 final Acedido: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016DC0739>

elaboraram seus próprios quadros nacionais para o cumprimento dos ODS e a apresentação de relatórios aos seus próprios cidadãos e à ONU.

Para alcançar objetivos concretos da implementação da Agenda 2030, implica que cada país definirá a forma como os ODS deverão ser concretizados. Dado existirem 17 ODS e 169 metas, existe a tendência de que cada Estado membro defina as suas prioridades estratégicas. No respeito pelas prioridades e orientações estratégicas nacionais, Agenda 2030 é incorporada nas estratégias, planos e políticas nacionais de modo a articular-se por áreas temáticas, identificadas enquanto 5P.

- **Pessoas** – traduzindo a determinação em erradicar a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos possam realizar o seu potencial no respeito da dignidade e igualdade, num ambiente saudável;

- **Prosperidade** – impondo-se a garantia de que todos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, assegurando que o desenvolvimento económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;

- **Planeta** – reforçando a convicção da necessidade de se proteger o planeta da sua degradação, incluindo através de padrões sustentáveis de consumo e produção, da gestão sustentável dos recursos naturais e de medidas urgentes para se combater as alterações climáticas, atendendo às necessidades das gerações presentes e futuras;

- **Paz** – salientando a determinação de se promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, e recordando que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável;

- **Parcerias** – mobilizando-se os meios necessários para a implementação da Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, fortalecendo-se o espírito de solidariedade global, com ênfase nos mais pobres e mais vulneráveis, e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas, não deixando ninguém para trás¹³.

Portugal identifica seis prioridades nacionais materializadas nos ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 de modo estratégico na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

¹³ Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável PORTUGAL, acedido: [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/14966Portugal\(Portuguese\)2.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/14966Portugal(Portuguese)2.pdf)

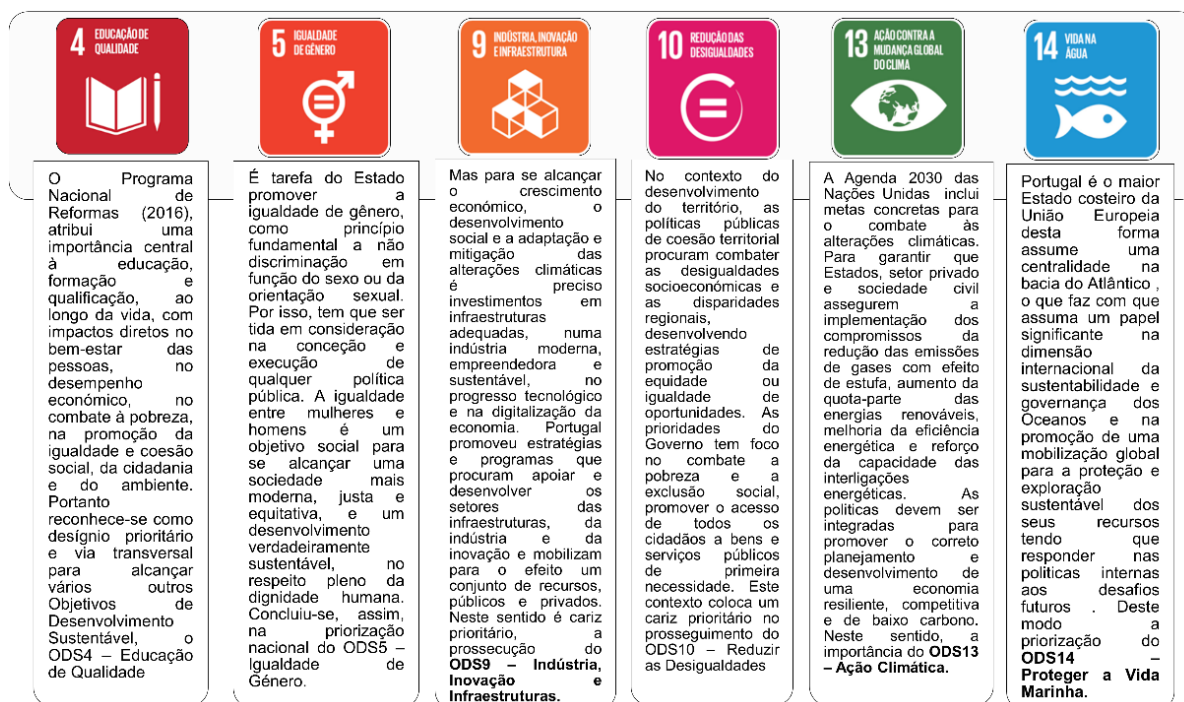


Figura 7 - Seis ODS prioritários Portugal
Fonte: A autora

2.4 Urbanismo Sustentável

De acordo com Ximenes (2011) apud Flores e Ramoa (2018) a atenção com a qualidade ambiental teve maior ênfase no período pós guerra mundial, ocorrida entre 1939 e 1945. Segundo o autor, a necessidade de reconstrução das cidades atingidas pelo conflito influenciou “um novo modo de pensar o desenho urbano” que teve a preocupação: de evitar a destruição dos solos, em aumentar as áreas permeáveis, em reduzir o custo de infraestrutura urbana e de reduzir a poluição ambiental.

Essa primeira atenção e preocupação ambiental, e mobilização dos governos na busca de soluções conjuntas faz do Urbanismo Sustentável o resultado de mudança nas políticas públicas e no modo de programação da ocupação e uso do solo, estudado e apoiado em componentes que interagem entre si de maneira fundamental para a promoção da qualidade de vida da população.

Segundo Jacobs (1991) apud (Gonçalves(2010), devem-se integrar medidas de sustentabilidade com intensidades diferenciadas de acordo com os objetivos pretendidos e estes, devem ser objeto de ponderação podendo ser reajustados ou mesmo trocados por outros, no decorrer do processo e permitir que as questões ambientais sejam tratadas como condicionantes para a garantia de eficácia do processo.

Segundo Amado (2005) apud Gonçalves (2010) “O desenvolvimento sustentável é atingível e operacional com recurso à utilização de **um novo processo de planeamento territorial**, no qual deverá ser garantida **a promoção da integração e inter-relacionamento de modo justo entre as três componentes de sustentabilidade: económica, social e ambiental.**”

O Planeamento Urbano Sustentável surge como um novo processo alternativo, abrangente e eficaz, indo ao encontro das necessidades da cidade e do ambiente. Neste contexto, Amado (2007),

desenvolveu um processo de planeamento sustentável que tinha como principais objetivos, garantir o desenvolvimento integrado da região, integrar nas ações de desenvolvimento urbano as componentes económica, social e ambiental e eleger como fator determinante do planeamento urbano os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Segundo (Amado, 2005), para garantir o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável é necessário que o novo processo de planeamento urbano sustentável possua uma **estrutura simples mas objetiva e de fácil aplicabilidade**. Deverá possibilitar a obtenção de ganhos quantificáveis nas várias áreas de ação, **de modo a assegurar a satisfação do maior número de objetivos estratégicos de sustentabilidade**.

Em Portugal pode-se afirmar que a política de ambiente teve a sua origem na década de 70 com criação da Comissão Nacional do Ambiente, que tinha o objetivo inicial de preparar o relatório de ambiente a ser apresentado na Conferência de Estocolmo.

Antes da revolução e até a década de sessenta, as medidas de proteção ambiental, eram de carácter esporádico, e não tinham prioridade para os governos de Salazar e Caetano.

Só após a revolução de 1974, as preocupações ambientais começaram a figurar nas agendas políticas e sociais, pode-se destacar neste sentido a criação da secretaria de estado do Ambiente em 1975, e as alterações efetuadas na Constituição Portuguesa em 1976 com a implementação de medidas legislativas e recomendações ambientais no ordenamento do território, legislação de proteção do solo, conservação da natureza e proteção da paisagem.

Com a entrada de Portugal para a União Europeia na década de 80 passou a existir o compromisso de cumprir com as diretivas europeias, com uma política ambiental estruturada, fazendo com que muita legislação e iniciativas fossem levadas a cabo no âmbito da gestão dos recursos hídricos, saneamento, proteção costeira e participação pública.

Em Portugal o ano de 1987 foi um marco na questão ambiental com a aprovação da Lei de Bases do ambiente, a celebração do Ano Europeu do Ambiente e a criação do Instituto de Promoção Ambiental para desenvolver e apoiar a participação e a consciencialização pública.

São vários os conceitos para comunidade sustentável, e segundo o Relatório de Egan, de 2004, Afirma-se que: “respondem às diversas necessidades dos residentes atuais e futuros, das suas crianças e utilizadores, que contribuem para uma elevada qualidade de vida e dispõem de oportunidades e escolhas. Tudo isto de forma a garantir uma utilização eficaz dos recursos naturais, melhorar o ambiente, promover a coesão e inclusão social e reforçar a prosperidade económica.” (Egan Review, 2004, p. 18)

Ou seja, “A concepção de sustentabilidade está associada à qualidade do que é sustentável, que por sua vez está associado com a possibilidade de uma determinada atividade humana prosseguir por um tempo indeterminado, portanto sustentabilidade e sustentável estão vinculadas à possibilidade de continuidade das atividades humanas ao longo de um tempo que transcende gerações e gerações” (Silveira 2017)

Reconhecer os danos ambientais que afetam diretamente a saúde da população e o clima tanto na escala micro, meso e macro como consequência de um desenvolvimento urbano desordenado e dependente do automóvel, é o primeiro passo que nos conduz em direção ao Urbanismo Sustentável.

Em 1978 foi criado O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) é uma agência especializada da ONU dedicada à promoção de cidades mais sociais e ambientalmente sustentáveis.

A área de atuação do UN-Habitat foi definida pela Agenda Habitat, adotada pela segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (*Habitat II*) em Istambul, em 1996.

O **Habitat III** é a terceira Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito do seu programa específico para habitação e desenvolvimento urbano sustentável: UN-HABITAT – United Nation Human Settlement. Trata-se de um Programa prosseguido pelo United Nations Center for Human Settlement (UNCHA Habitat), dedicado à promoção de cidades mais sustentáveis, nas dimensões social, económica e ambiental.

A Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) foi realizada em Quito, Equador outubro de 2016, definiu a Nova Agenda Urbana reafirmando o compromisso global para com o desenvolvimento urbano sustentável como um passo decisivo para a concretização do desenvolvimento sustentável de maneira integrada e coordenada a nível global, regional, nacional, subnacional e local, com a participação de todos os atores relevantes.

A implementação da Nova Agenda Urbana¹⁴ é um instrumento fundamental para apoiar os governos nacionais, subnacionais, locais e todos os atores para alcançar a implementação e localização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de maneira integrada, e para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das suas metas, inclusive o ODS 11, para tornar as cidades e os aglomerados urbanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Na DECLARAÇÃO DE QUITO SOBRE CIDADES E AGLOMERADOS URBANOS SUSTENTÁVEIS PARA TODOS, é descrita uma visão partilhada da cidade para todos e que:

- a) **Exerçam a sua função social, incluindo a função social e ecológica do território, visando alcançar progressivamente uma concretização integral do direito à habitação condigna, (....) bem como acesso igualitário para todos a bens públicos e serviços de qualidade em domínios como a segurança alimentar e nutrição, saúde, educação, infraestruturas, mobilidade e transporte, energia, qualidade do ar e meios de subsistência;**
- (b) **Sejam participativos; promovam o compromisso cívico; criem sentimentos de pertença e apropriação entre todos os seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, amigáveis para as famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política de forma adequada, e propiciem coesão social, inclusão e segurança em sociedades pacíficas e plurais,**

¹⁴ <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese.pdf>

(c) **Alcancem a igualdade de gênero e empoderem todas as mulheres e meninas, assegurando uma participação integral e efetiva, direitos iguais às mulheres em todos os domínios e de liderança em todos os níveis de tomada de decisão,**

(d) **Cumpram os desafios e oportunidades do presente e do futuro, de crescimento económico contínuo, inclusivo e sustentável,** tirando proveito da urbanização para uma transformação estrutural, alta produtividade, atividades de alto valor acrescentado e eficiência de recursos, **aproveitando economias locais,** reconhecendo a contribuição de setores informais e apoiando a sua transição sustentável para a economia formal;

(e) **Exerçam as suas funções territoriais para além dos seus limites administrativos, e atuem como polos propulsores de desenvolvimento urbano e territorial equilibrado, sustentável e integrado, em todos os níveis;**

(f) Promovam **o planeamento atento às questões etárias e de gênero** e investimentos para a **mobilidade sustentável,** segura e acessível a todos e sistemas de transporte de passageiros e de cargas eficientes, **que efetivamente conectem pessoas, lugares, bens, serviços e oportunidades económicas;**

(g) Adotem e implementem a redução e gestão do risco de catástrofes, reduzam a vulnerabilidade, construam resiliência e capacidade de resposta a perigos naturais e gerados pelo homem, e **promovam a mitigação e a adaptação às alterações climáticas;**

(h) **Protejam, conservem, restaurem e promovam os seus ecossistemas, água, habitats naturais e biodiversidade,** minimizem os seus impactos ambientais, e mudem para padrões de consumo e produção sustentáveis.

Além disso foram estabelecidos compromissos globais por meio da mudança do paradigma urbano que deve estar fundamentado nas dimensões integradas e indivisíveis do desenvolvimento sustentável: social, económica, e ambiental.

- Desenvolvimento urbano sustentável para a inclusão social e a erradicação da pobreza
- Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos
- Desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente

2.5 Requalificação urbana no contexto de sustentabilidade (ou de base ecológica)

Dado a expansão das cidades para áreas periféricas e o crescente consumo do espaço e dos recursos disponíveis, verificou-se um aumento da degradação do território, o que levou à adoção de novos processos que envolvam a população e contribuam para um retrocesso nesta tendência de crescimento espacial desordenado. Neste sentido a requalificação urbana é vista como um instrumento a ser aplicado de modo a frear os problemas verificados dessa política expansionista do território.

“Perante a tendência de revitalização e harmonização do território, através da recuperação, requalificação, conservação, proteção, manutenção, dinamização, promoção e divulgação dos recursos endógenos das áreas urbanas, o planeamento surge assim como um processo dinâmico (contínuo e

flexível) que conjuga diferentes áreas disciplinares e diversos agentes locais (sector público e ou privado) em permanente ajustamento e que têm como linha orientadora, a funcionalidade, a atratividade e utilidade do território de acordo com as necessidades da população.” (Silva,2011)

Neste sentido pode-se afirmar que a **Requalificação Urbana (RU)** é uma nova forma de atuação das políticas territoriais que procuram **a requalificação física e funcional** da cidade existente associada à **capacidade de atração, e ao desenvolvimento sustentável dos territórios**, através da programação de estratégias de intervenção de modo a proporcionar a regeneração e a **melhoria dos valores sócioeconômicos e ambientais** com a finalidade de melhorar a **qualidade de vida das populações residentes**.

A requalificação Urbana tem como componentes fundamentais a preservação e valorização dos componentes **socioeconômicos, ambientais, funcionais** e as questões do ambiente urbano, que se relaciona com os elevados níveis de infraestruturação básica, **com o aumento da superfície verde e com a qualidade do tratamento e do desenho do espaço público**, enquanto local de **convivialidade, de encontro e de lazer**.



Figura 8 - Componentes da Regeneração(requalificação) Urbana

Fonte: <http://www.regeneracaourbana.cip.org.pt/?lang=pt&page=projecto/abordagem.jsp>

O processo de requalificação de base ecológica envolve, uma nova proposta de projeto, de planeamento e gestão de áreas degradadas apoiadas em uma rede de infraestruturas verde que preenchem lacunas urbanas e suportam além da conservação e valorização do património ambiental, as atividades de lazer ao ar livre e outros valores humanos.

Como um processo, A Infraestrutura verde passa pela abordagem de fornecer mecanismos para que diversos interesses se unam para identificar zonas que poderão orientar o crescimento e o desenvolvimento futuros além de proteger e preservar os recursos naturais, promover melhor qualidade de vida das populações.

Neste novo processo operativo, apresentado por Amado, “ é aplicado um conceito de **zonamento mais flexível**, visto se verificar, a necessidade deste conceito ter um reforço da multifuncionalidade, evitando assim a existência de zonas monofuncionais (por exemplo: áreas habitacionais, lazer e serviços) criando dentro de cada zona uma unidade de vizinhança, na qual se poderão realizar todas as relações sociais, de empregabilidade e de vida. Com esta multifuncionalidade obter-se-á uma redução das deslocações, dos custos e consumos de energia, e garantir que existam espaços de socialização, tais como, um espaço verde ou uma praça pública” (Gonçalves,2010).

2.5.1 Serviços de ecossistemas

O progresso em direção ao desenvolvimento sustentável e o bem-estar humano dependem da melhoria da gestão dos ecossistemas da terra de modo a assegurar sua conservação e uso sustentável.

Políticas apropriadas projetos de intervenções com foco na conservação dos ecossistemas podem diminuir a degradação e proporcionar uma melhoria na contribuição dos ecossistemas para o bem-estar humano, mas saber quando e como intervir requer uma grande compreensão dos sistemas ecológicos e sociais envolvidos. Para poder avançar na discussão dos serviços de ecossistemas é preciso elucidar alguns conceitos:¹⁵

Ecossistema. *Um ecossistema é um complexo dinâmico de comunidades de plantas, animais e microorganismos e do meio ambiente não vivo interagindo como uma unidade funcional. Os humanos são uma parte integral dos ecossistemas. Os ecossistemas variam muito em tamanho; uma poça de água na cavidade de uma árvore e uma bacia oceânica, podem ser ambas exemplos de ecossistemas.*

Serviços dos ecossistemas. *Os serviços dos ecossistemas são os benefícios que as pessoas recebem dos ecossistemas. Estes incluem serviços de provisão, regulação, suporte, e **culturais e outros benefícios não-materiais**.*

Bem-estar. *O bem-estar humano tem constituintes múltiplos, incluindo materiais básicos para uma vida boa, liberdade e escolha, saúde, boas relações sociais, e segurança. Bem-estar é o oposto da pobreza, a qual foi definida como uma “privação pronunciada de bem-estar”. Os componentes do bem-estar, vividos e percebidos pelas pessoas, são dependentes da situação, refletindo a geografia local, a cultura e as circunstâncias ecológicas.*

Os serviços dos ecossistemas são cruciais para o funcionamento da vida terrestre, contribuem, direta e indiretamente, para o bem-estar da população, possuindo um valor económico substancial a nível global (Constanza et al., 1997)¹⁶:

Os serviços dos ecossistemas são assegurados pela existência de um conjunto de categorias de usos do solo e ecossistemas, estando disponíveis à escala local, municipal e regional e dependem

¹⁵ Ecossistemas e o Bem-estar Humano: Estrutura para uma avaliação, acedido: <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.63.aspx.pdf>

¹⁶ Estrutura Ecológica Municipal de Setúbal - Uma Infraestrutura Verde para um ordenamento do território de base ecológica.

diretamente quer da quantidade quer da qualidade da Estrutura Ecológica de um território (Tan & Abdul Hamid, 2014; Monteiro, 2017a).

Os benefícios adquiridos através desses serviços nas áreas urbanas estão, de alguma forma, relacionados com a gestão pública do território, nomeadamente na forma como as atividades e serviços municipais são tornados acessíveis. Deste modo, a gestão sustentável de base ecológica é uma componente fundamental no planeamento do território à escala urbana e regional e deve ser concebida de forma estratégica e flexível para aumentar o potencial e resiliência de um território e contribuir para melhorar o ordenamento territorial e a gestão dos recursos naturais.

Os ecossistemas fornecem uma infinidade de benefícios para a humanidade, a partir de alimentos, água potável e proteção contra cheias ao património cultural e um senso de lugar, mas atualmente muitos destes benefícios, estão sob grave ameaça de pressões feitas pelo homem. De acordo com o Relatório da Estrutura Ecológica Municipal de Setúbal, os serviços dos ecossistemas podem ser organizados da seguinte forma:

- **Provisão** – referem-se a serviços dos quais depende a vida, como a água, alimentos e energia, e bens que fornecem um valor utilitário direto aos humanos, como por exemplo fibras, minerais ou madeira.
- **Regulação** – este grupo está relacionado com a capacidade dos ecossistemas regularem os processos ecológicos com benefícios para os humanos, como o clima e o ar, permitindo ainda o controlo de alguns riscos, como inundações ou incêndios.
- **Suporte** – serviços que fornecem habitats e condições de refúgio e reprodução para uma variedade de plantas e animais, ajudando a manter a diversidade genética. Estes serviços são subjacentes a todas as outras categorias e incluem formação e manutenção do solo e manutenção dos ciclos de nutrientes e da água, por exemplo.
- **Culturais** – são todos os outputs não materiais dos ecossistemas que afetam os estados físicos e/ou psicológicos da população.



Figura 9 - Diagrama dos serviços dos ecossistemas

Fonte: <https://freshwaterwatch.thewaterhub.org/pt-br/content/ecosystem-services>

Em maio de 2011, a Comissão Europeia adotou uma nova estratégia que estabelece o quadro de ação da UE para os próximos dez anos com vista a atingir o objetivo central para 2020 em matéria de biodiversidade que foi fixado pelos dirigentes da UE em março de 2010. A estratégia articula-se em torno de seis objetivos que se apoiam mutuamente e incidem nos principais fatores de perda de biodiversidade e que têm por objetivo reduzir as principais pressões a que a natureza e os serviços dos ecossistemas estão sujeitos na UE. Cada objetivo é ainda traduzido num conjunto de ações e de outras medidas de acompanhamento com prazos definidos. A estratégia será implementada mediante um quadro comum que envolve a Comissão Europeia e os Estados-Membros em parceria com as principais partes interessadas e a sociedade civil. A estratégia é apoiada por um sólido nível de referência da UE sobre o estado da biodiversidade e dos ecossistemas na Europa que será utilizado como base para o acompanhamento dos progressos realizados.

Objetivo central da UE para 2020 Travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços dos ecossistemas na UE até 2020 e, na medida em que seja viável, recuperar essa biodiversidade e esses serviços, intensificando simultaneamente o contributo da UE para evitar a perda de biodiversidade ao nível mundial.

Para garantir o cumprimento dos compromissos em matéria de biodiversidade a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020, estabelece seis metas num intervalo até 2050 (Comissão Europeia, 2011)¹⁷

- **META 1:** PLENA APLICAÇÃO DAS DIRECTIVAS AVES E HABITATS:
- **META 2:** MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS ECOSISTEMAS E SEUS SERVIÇOS: Até 2020, os ecossistemas e seus serviços serão mantidos e valorizados mediante a criação de infraestruturas verdes e da recuperação de, pelo menos, 15% dos ecossistemas degradados.
- **META 3:** MELHOR CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA E SILVICULTURA PARA A MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
- **META 4:** GARANTIA DA UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HALIÊUTICOS
- **META 5:** COMBATER AS ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS
- **META 6:** CONTRIBUIÇÃO PARA EVITAR A PERDA DE BIODIVERSIDADE GLOBAL Até 2020, a UE deve ter intensificado a sua contribuição no sentido de evitar a perda de biodiversidade global.

2.5.2 Infraestruturas verdes

17

https://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/biodiversity_2020/2020%20Biodiversity%20Factsheet_PT.pdf

O êxodo da população rural para as cidades no século XIX desde a Revolução Industrial teve como consequência a povoação e densificação dos centros urbanos, agravado com o fato dos espaços verdes de passeio e de convívio existentes serem restritos a classes privilegiadas. Nesta época Frederick Olmsted foi pioneiro na concepção de parques e espaços verdes urbanos, e começam a surgir os primeiros parques de grandes dimensões no intuito de se tornarem o pulmão verde a compensar a poluição industrial (Central Park (1857) em Nova Iorque Prospect Park, no Brooklyn (1866) em Portugal em 1930, é aprovado o Parque Florestal de Monsanto, o pulmão verde da cidade de Lisboa, reconhecendo as funções recreativas e de lazer que estes tinham nas comunidades.

A constatação de que os espaços verdes naturais influenciam diretamente e positivamente na qualidade de vida da população, transforma a componente ecológica em premissa fundamental no planejamento urbano, de forma a dar resposta a salvaguarda dos valores naturais. (Santos,2016)

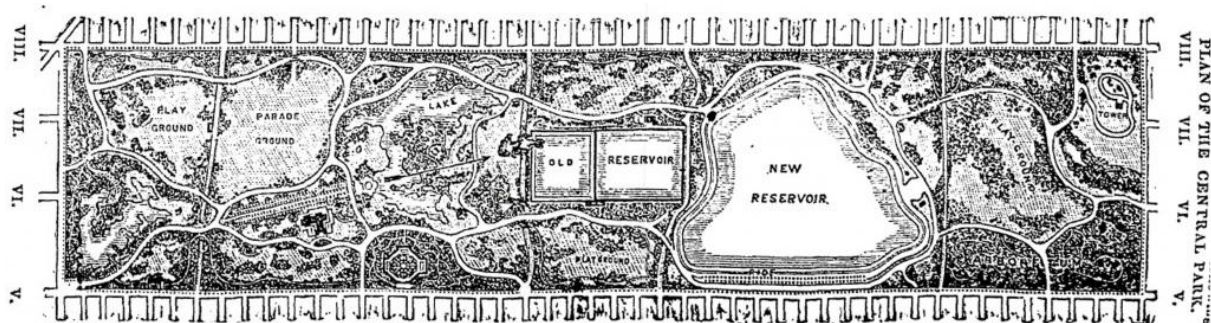


Figura 10 - Central Park - Frederick Law Olmsted 1958
Fonte : <https://diannedurantewriter.com/central-park-the-early-years-images>



Figura 11- Prospect Park - Frederick Law Olmsted 1866
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1870_Vaux_and_Olmstead_Map_of_Prospect_Park,_Brooklyn,_New_York_-_Geographicus_-_ProspectPark-bishop-1870.jpg

A implementação de infraestruturas verde é uma rede de estratégias que baseiam-se nos princípios de que proteger, melhorar a natureza e os processos naturais, e os muitos benefícios que a sociedade humana recebe da natureza, estão conscientemente integrados com o planejamento espacial e ao desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido a Infraestrutura Verde favorece a estruturação dos espaços naturais no processo de planejamento e desenho da cidade, definida como uma rede

contínua e interconectada de áreas naturais e espaços abertos que preserva valores e funções do ecossistema natural, do ar e da água limpos, oferece serviços a cidade, e proporciona benefícios para a população e para a vida selvagem.

A comunicação da União Europeia sobre a Infraestrutura Verde, define a infraestrutura verde como: ***“uma rede estrategicamente planejada de áreas naturais e seminaturais com outras características ambientais projetadas e gerenciadas para fornecer uma ampla gama de serviços dos ecossistemas. Ela incorpora espaços verdes (ou azuis, no caso de ecossistemas aquáticos) e outras características físicas em áreas terrestres (incluindo costeiras) e marinhas. Em terra, a Infraestrutura Verde está presente em ambientes rurais e urbanos.”***¹⁸

Em meados dos anos 90, vulgarizou-se nos Estados Unidos, o conceito de infraestrutura verde (green infrastructure), sendo definido por Benedict e McMahon (2006, p. 1) como

“(…) um sistema interligado de áreas naturais e outros espaços abertos, que conserva valores e funções dos ecossistemas naturais, mantém a limpeza do ar e água, e oferece uma vasta diversidade de benefícios para as pessoas e animais silvestres.”

Madureira (2011) define a infraestrutura verde “como um sistema integrado e coerente de áreas verdes multifuncionais que vincula a cidade com o campo através de infraestrutura biofísica e social.” Além disso duas condições principais precisam ser atendidas: continuidade espacial, ou conectividade, e multifuncionalidade.

Rouse e Bunster-Ossa (2013) apud (Silva 2017), definem seis parâmetros, indicando como a infraestrutura verde pode ser inserida nos serviços e métodos de planejamento e outras profissões já estabelecidas, a saber: multifuncionalidade, conectividade, habitabilidade, resiliência, identidade, retorno do investimento.

A multifuncionalidade caracteriza-se pelos benefícios sociais promovidos pela infraestrutura verde à comunidade. Também chamados de “serviços ecossistêmicos”, esses benefícios derivam das múltiplas e integradas funções fornecidas por diferentes sistemas (hidrologia, transporte, energia, e assim por diante), que se cruzam na infraestrutura verde.

A conectividade determina que a infraestrutura verde é mais eficaz na prestação de serviços e benefícios quando é parte de um sistema conectado fisicamente ao longo da paisagem. Por exemplo, um parque que está ligado a outros parques através de uma trilha para caminhada ou para ciclismo serve mais pessoas que um parque circundado por um bairro residencial local.

A habitabilidade focaliza relação entre infraestrutura verde e de saúde (vida social), promovendo espaço com vida ao ar livre para pessoas, flora e fauna, através da melhoria da qualidade do ar e da

¹⁸ COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU O CONSELHO, O COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E O COMITÉ DAS REGIÕES Infraestruturas Verdes (IG) - Reforçar o Capital Natural da Europa / * COM / 2013/0249 final * /

água, o aumento da oportunidade para recreação ao ar livre e para o exercício, além da restauração de habitats nativos.

A resiliência, definida como a capacidade de se recuperar de uma mudança ou perturbação e de se adaptar às mesmas; é particularmente relevante em um momento em que os ecossistemas naturais e humanos estão experimentando uma instabilidade que inclui os altos preços da energia e os efeitos das mudanças climáticas.

A identidade se refere à promoção do caráter comunitário de um local, que seja agradável para viver ou visitar. A infraestrutura verde possui potencial para contribuir para a definição visual de um lugar.

Uma árvore, por exemplo, pode atuar tanto como um dissipador de carbono quanto para a conservação de energia, através do sombreamento que proporciona.

O retorno do investimento leva planejadores, gestores e projetistas a demonstrar como a infraestrutura verde pode reduzir custos e produzir resultados financeiros positivos para governos, instituições, negócios e cidadãos. Infraestruturas verdes podem ser um catalisador para o desenvolvimento econômico da região, para a diminuição do consumo de energia e para a redução de custos de infraestrutura técnica.

Deve-se salientar os benefícios da infraestrutura verde, que vão além da conservação da natureza, mas são principalmente relevantes os benefícios ambientais, sociais e econômicos. A implantação de uma Infraestrutura Verde busca valorizar o uso da terra para atender às necessidades das pessoas e da natureza de forma mais sustentável.

Benefícios ambientais	
Grupo de benefícios	Benefícios específicos da infraestrutura verde
Maior eficiência dos recursos naturais	Conservação da fertilidade do solo
	Controlo biológico
	Polinização
	Armazenamento de recursos de água doce
Atenuação das alterações climáticas e relativa adaptação	Armazenamento e captação de carbono
	Controlo da temperatura
	Controlo dos danos provocados por tempestades
	Controlo da erosão
Prevenção de catástrofes	Redução do risco de incêndios florestais
	Redução do perigo de cheias
	Regulação dos fluxos de água
Gestão da água	Purificação de água
	Aprovisionamento de água
	Redução da erosão do solo
Gestão das terras e dos solos	Conservação/melhoria da matéria orgânica do solo
	Aumento da fertilidade e produtividade do solo
	Atenuação da ocupação, fragmentação e impermeabilização dos solos
	Melhoria da qualidade dos solos e da sua capacidade de atração
	Aumento do valor da propriedade
	Valor da existência e diversidade genética dos habitats e espécies
Benefícios em termos de conservação	Valor altruista e de transmissão dos habitats, das espécies e da diversidade genética para as gerações futuras
	Agricultura e exploração florestal multifuncionais resilientes
Agricultura e exploração florestal	Melhoria da polinização

Benefícios ambientais	
Grupo de benefícios	Benefícios específicos da infraestrutura verde
Transporte e energia hipocarbónicos	Soluções de transporte mais integradas e menos fragmentadas
	Soluções energéticas inovadoras
	Melhor imagem
Investimento e emprego	Mais investimento
	Mais emprego
	Produtividade laboral

Benefícios sociais	
Grupo de benefícios	Benefícios específicos da infraestrutura verde
Saúde e bem-estar	Qualidade do ar e regulação do ruído
	Acessibilidade para exercício e serviços públicos
	Melhores condições sanitárias e sociais
Turismo e lazer	Destinos tornados mais atrativos
	Amplitude e capacidade de oportunidades recreativas
Educação	Recurso de ensino e «laboratório natural»
Resiliência	Resiliência dos serviços ecossistémicos

Figura 12- Benefícios da Infraestrutura Verde

Fonte: adaptado de:

http://ec.europa.eu/environment/nature/ecosystems/docs/green_infrastructures/sec_155_2013/pt.pdf

As Infraestruturas verdes podem ser implementadas segundo quatro componentes estratégicas conforme Figura 13.

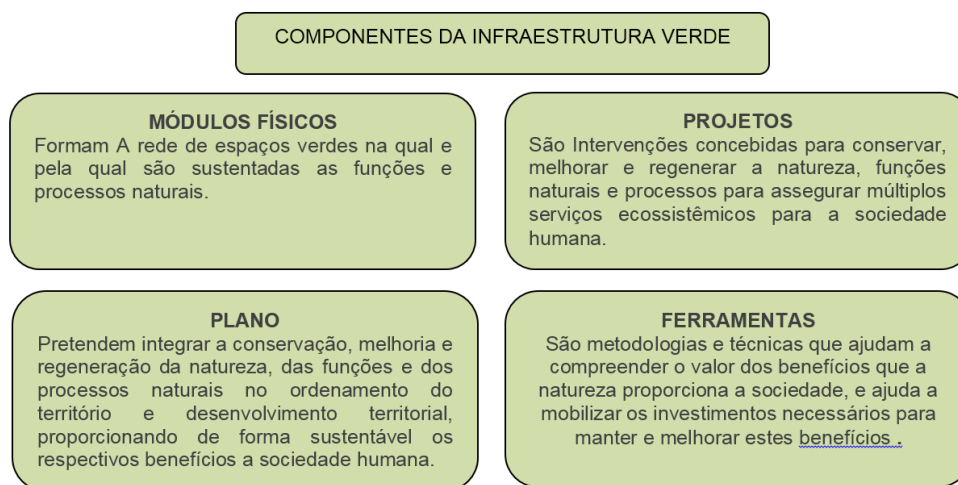


Figura 13 - Componentes da Infraestrutura Verde

A partir de uma análise da tipologia multifuncional dos serviços dos ecossistemas e dos benefícios potenciais: abastecimento, regulação, proteção dos habitats naturais, econômico, social e cultural, a implementação da infraestrutura possui escalas de aplicação e de benefícios distintos.

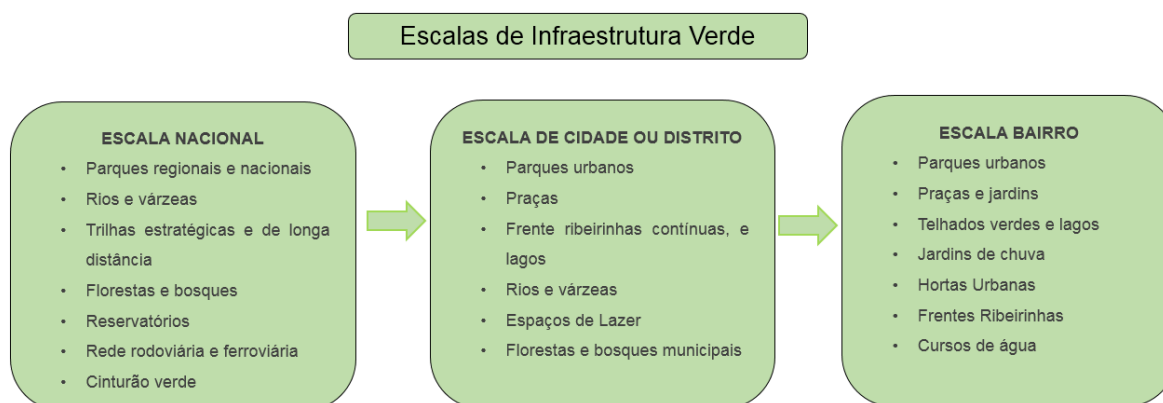


Figura 14 - Tipos de Infraestruturas Verde por escala de benefícios

“Segundo (Batista,2017, apud Madureira,2012) “Em síntese, o grande desafio para o desenho da infraestrutura verde nesta cidade alargada será conseguir incorporar os seus valores ambientais e sociais num território diverso daquele que conhecíamos no passado. Respondendo simultaneamente ao desafio da continuidade/conectividade e oportunidade da multifuncionalidade, potencia-se o seu carácter infraestruturador do território. Infraestrutura verde que, pela sua continuidade e multifuncionalidade, percorre e assimila contextos paisagísticos diversificados, potenciando a

interligação entre as áreas mais intensamente urbanizadas e a sua envolvente regional e permitindo, enfim, que o carácter da paisagem envolvente penetre nas áreas mais intensamente urbanizadas.”

A implementação das Infraestruturas Verdes como um instrumento de planeamento territorial pode contribuir para informar e suportar um desenvolvimento sustentável das atividades humanas, em equilíbrio com os ecossistemas e com as necessidades das populações de modo a “potenciar a qualidade ambiental e ecológica, promover melhores condições de “vivência” dentro das cidades, sobretudo as associadas aos benefícios sociais em prol da qualidade de vida das populações.

2.6 A cidade criativa

A “cidade criativa” foi um conceito desenvolvido no final da década de 1980, por Charles Landry tornando-se, desde então, um movimento global que reflete um novo paradigma de planeamento para as cidades.

A Classificação da ONU, considera como atividades criativas tanto aquelas relacionadas à cultura e tradições locais, quanto às relacionadas à produtividade.

O processo de transformação urbana promovido por fatores ligados a criatividade consiste na necessidade em criar condições para que as pessoas possam pensar, planejar e atuar com imaginação para transformar uma cidade ou um bairro num local mais criativo e habitável. Dependendo do contexto, a criatividade pode e deve ser um instrumento de regeneração dos recursos culturais e patrimoniais, bem como um modo de desenvolvimento mais sustentável de novos modelos de economia. A intermediação de novas colaborações econômicas, científicas e culturais é uma chave para a prosperidade futura das cidades que devem encontrar um equilíbrio entre o cosmopolitismo e raízes locais.

Para Csikszentmihaly (1996), Apud Costa, et al a criatividade é entendida como “qualquer ato, ideia ou produto que altera um determinado estado-da-arte, ou que transforma uma dada situação, numa outra”) e equacionando os vetores fundamentais para a sua análise no espaço urbano.

A “Cidade Criativa” possui um papel fundamental na revitalização das cidades, devido a implementação de atividades culturais que demandam a criação de equipamentos e espaços que dão maior vitalidade aos bairros e áreas envolventes da cidade.

Neste contexto Landry (2007) apud Costa (2015) refere, assim, que atualmente, o conceito de cidades criativas pode ser empregue de quatro formas diferentes:

*1. **A cidade criativa como infraestrutura artística e cultural** – O foco é ter uma estrutura artística e cultural forte através do apoio às artes e aos artistas, tendo uma infraestrutura institucional de acordo com esta estratégia;*

*2. **A cidade criativa enquanto economia criativa** – O foco está no estímulo das indústrias criativas ou no estímulo da economia criativa pois é visto como uma forma de desenvolvimento da economia e da própria cidade. Está dividida em três áreas principais (as artes e o património cultural, as indústrias dos meios de comunicação*

e entretenimento e os serviços criativos de business-to-business, onde se inclui a publicidade e o design);

3. A cidade criativa como sinónimo de uma classe criativa sólida – Richard Florida, ao introduzir o conceito de classe criativa, foca a importância que as pessoas têm na criatividade, deixando assim a economia de estar focada nas empresas e mais focada no ser humano. As empresas centram-se agora nas pessoas e não o contrário. É esse capital humano que funciona como garantia de qualidade de um lugar, que acaba por atrair e reter a classe criativa transformando consequentemente a cidade em criativa;

4. A cidade criativa enquanto lugar que estimula uma cultura de criatividade – O termo cidade criativa acaba por ser, na opinião de Landry, mais amplo do que os termos de economia criativa e de classe criativa. A urbe é vista como um sistema que integra diversas organizações, que se movem em esferas, tanto públicas, privadas e comunitárias, que devem trabalhar em conjunto para ultrapassar os desafios que forem surgindo ao longo do tempo

Uma “área urbana (re) vitalizada ou requalificada”, pode neste quadro ser assumida (Seixas, 2008) apud Costa et al como aquela com capacidade de gerar:

(i) atividades - sugerindo isto vitalidade, energia, animação, acontecimento, num determinado contexto urbano, o que exige a presença de pessoas (a residir, a trabalhar, a passar), e viabilidade e sustentabilidade ao nível do que produz e como se mantém; esta atividade pode corresponder a uma vitalidade económica (investimento na área, emprego, transação de propriedades), sociais (uso do espaço público) e cultural (eventos, espetáculos);

(ii) transações – ou seja, trocas ao nível económico (consumo, transação de propriedades), social (relações, compromisso e participação) e cultural (redes, trocas de informação e ideias)...), e

(iii) diversidade - a qual pode ser económica (de atividades, estabelecimentos, habitações), social (cidade facilitadora para a expressão de um individualismo criativo) e cultural (várias identidades e cidade tolerante)

Balula, 2010, afirma que “O potencial de criatividade de uma dada área urbana será, assim, tanto maior quanto maior for o número de atividades nela presentes que favoreçam encontros e contatos interpessoais frequentes, que por sua vez estimulam o debate de ideias, a crítica e a inovação.”

Segundo Costa et al, “esta percepção é particularmente valorizada em termos de dinâmicas territoriais específicas em certas áreas da cidade, nomeadamente na situação dos bairros culturais identificados (nomeadamente nos centros das cidades), e de operações e dinâmicas de ocupação de áreas degradadas ou abandonadas, nomeadamente industriais. Foi também notado (mas questionado) o potencial da criatividade urbana e das “atividades criativas” para a vitalização tanto de zonas extensivas atualmente abandonadas ou desativadas (portuárias, industriais, mesmo fora do centro das cidades), bem como para as zonas mais “suburbanas” e os bairros mais “normais” e “neutros” da cidade”.

Jan Gehl (1987), apud Balula (2010) identificou a existência de três categorias distintas de atividades humanas nos espaços públicos:

- Atividades necessárias: predominantemente dirigidas para a comunidade local e que satisfazem necessidades estritamente funcionais
- Atividades sociais – que dependem da presença simultânea de muitas pessoas e satisfazem as necessidades gregárias e de convívio informal da comunidade
- Atividades opcionais – que satisfazem necessidades específicas de determinados setores da sociedade

Atividades urbanas:
<i>Necessárias</i> – satisfazem as necessidades funcionais da comunidade
- Comércio tradicional “de proximidade”
- Oficinas tradicionais
- Estabelecimentos de Ensino
- Estabelecimentos de Saúde
- Estabelecimentos de Apoio Social
- Estabelecimentos Administrativos
- Estabelecimentos de Segurança Pública
- Bancos
- Escritórios e Consultórios
<i>Sociais</i> – satisfazem as necessidades gregárias e de convívio da comunidade
- Bares, Cafés, Cervejarias e Restaurantes
- Cinemas Teatros e Auditórios
- Associações Promotoras de Atividades Culturais
- Associações Cívicas
<i>Opcionais</i> – satisfazem as necessidades de setores específicos da sociedade
- Comércio de “imagem criativa”
- Comércio de grandes cadeias
- Oficinas “criativas”
- Bibliotecas e Arquivos
- Galerias de Arte
- Ateliers de Artistas
- Antiquários
- Livrarias e Alfarrabistas
- Estabelecimentos de Ensino Artístico
- Museus e Grandes Equipamentos Culturais
- Estabelecimentos hoteleiros

Figura 15 - Atividades Urbanas
Fonte: Balula 2010

Balula (2010) Afirma que **“a concentração e a diversidade de atividades necessárias, sociais e opcionais são qualidades essenciais à vitalidade – e decorrente competitividade – das áreas urbanas;** e esse mix de atividades, equilibrado por forma a servir residentes, mas também orientado para o exterior, num ambiente urbano que se adapta à contemporaneidade sem perder as principais características tradicionais, que constitui um fator de atração e fixação de usos e indivíduos criativos;

Para o sucesso no desenvolvimento de projetos criativos, estes precisam reforçar a identidade local, acessibilidade a todas as classes sociais e a proximidade com outros equipamentos culturais, contribuindo para a diversidade e vitalidade local.

A Inovação social¹⁹ associada a projetos criativos estão tem ganho nos últimos anos maior expressividade para académicos, empresas e instituições.

Ao nível mundial, a inovação social afirma-se através do recente foco do G81 no tema do investimento de impacto.

Portugal está incluído como um dos potenciadores da inovação social, e tem promovido ações que visam promover um maior envolvimento da sociedade civil, e dado devida importância ao papel do terceiro setor, o Governo de Portugal criou em 2015, a iniciativa Portugal Inovação Social, que é uma iniciativa pioneira de um Estado Membro destinado à dinamização da inovação social, financiado pelos fundos estruturais europeus.

Através da iniciativa **Portugal Inovação Social**, atualmente, o país assume um papel preponderante no campo da inovação social, verificando-se um número crescente de iniciativas de inovação e empreendedorismo social²⁰ que têm ganho reconhecimento nacional e internacional.

Os processos de criação e desenvolvimento de projetos ligados a inovação social deve reconhecer as pessoas envolvidas e suas motivações pessoais e de que forma contribuem para o surgimento de respostas inovadoras e criativas.

Para sediar projetos de Inovação social deve se desenvolver uma estrutura de suporte a apoiar projetos inovadores, com modelos de negócio sustentáveis, focados no impacto social e com potencial de crescimento, que fortaleçam a identidade local das populações e que contribuam para solucionar os problemas territoriais.

Capítulo III – CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

3.1 Quadro legal - Instrumentos de Gestão Territorial com incidência na área de estudo

Neste capítulo, irão ser avaliados os Instrumentos de Gestão Territorial, que mais diretamente afetam o território da área de intervenção escolhida para o exercício de projeto, que neste caso mais específico diz respeito a todas as linhas orientadoras e programas relativos à Área Metropolitana de Lisboa e a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

É importante refletir sobre a importância dos planos no desenvolvimento urbano do território e sua capacidade em condicionar, "moldar", enriquecer o respectivo crescimento que se deseja sustentável e sustentado.

¹⁹ A Inovação social uma nova ideia (um bem, serviço ou modelo) que pretende satisfazer uma necessidade social, de forma mais eficiente, eficaz ou sustentável que as soluções existentes, ao mesmo tempo que potencia a colaboração e o estabelecimento de novas relações sociais, reforçando a capacidade da sociedade para agir.

²⁰ Empreendedorismo Social aplicação dos princípios dos negócios e do empreendedorismo na resposta a necessidades sociais, procurando a obtenção de retorno financeiro e a criação de valor de carácter social; processo de criação de uma empresa social.

Os IGTs que incidem sobre o território de Almada e influenciam concretamente a área de estudo enquadrada na freguesia da Charneca da Caparica, são enquadrados pela atual redação dada pelo RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, que estabelece o sistema de gestão territorial organizado em quatro âmbitos: Nacional, Regional, Intermunicipal e Municipal conforme especificado abaixo.

Estão destacados os IGTs que incidem precisamente sobre o território da Charneca de Caparica, freguesia pertencente ao concelho de Almada.

3.1.1 Âmbito nacional

A Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (PPAFCC), foi criada pelo Decreto-Lei nº 168/84, de 22 de Maio, localiza-se na Área Metropolitana de Lisboa, abrangendo parcialmente as franjas litorais dos concelhos de Almada e Sesimbra, ocupando no total uma área de 1599 ha.

Para a área de intervenção do (POPPAFCC) são definidas neste ponto as orientações que traduzem uma visão estratégica de longo prazo, para um horizonte de 30 anos isto é, um conjunto de metas a atingir, funcionando como um exercício de antecipação daquilo que se considera ser um futuro desejável privilegiando a conservação da Natureza, potencializando a sua valorização e utilização de modo sustentável.

O POPPAFCC tem como seus objetivos específicos ²¹:

1. **Gerir racionalmente os recursos naturais e paisagísticos** caracterizadores da região e desenvolver ações de conservação dos valores paisagísticos, geológicos, geomorfológicos, florísticos e faunísticos
2. **Promover o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações** em compatibilização com a conservação da natureza.
3. **Salvaguardar o património histórico, cultural e tradicional da região**, bem como a promoção de uma arquitetura integrada na paisagem.

A Proximidade da POPPAFCC a Lisboa e Almada, conferem a área de atuação do plano um caráter único de área natural num importante perímetro urbano. Esta característica única potencia exponencialmente a sua vocação turística e de valorização da salvaguarda paisagística e dos valores naturais.

Tendo em conta a análise dos valores naturais da área de intervenção, as vulnerabilidades e condicionantes, assim como as vantagens e oportunidades, identificaram-se as seguintes potencialidades para a área, sob três pontos de vista complementares:

²¹ ICNF - Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica.

1. Conservação de valores naturais;
2. Conservação de valores históricos e culturais;
3. Atividades de recreio e visitação.

As áreas enquadradas no POPPAFCC têm importantes características para **atividades de recreio, polo de descoberta e promoção do território conscientização dos valores ambientais, naturais e POPPAFCC culturais**, com o respeito a visitação de forma a promover a prática de desportos de natureza na AML. O POPPAFCC, ainda define que a área enquadrada pelo plano deverá: “constituir-se como exemplar nos equipamentos públicos oferecidos, nomeadamente o que respeita acessos, estacionamento, apoios de praia e equipamentos, parques de merendas, percursos pedestres, e centros de interpretação ambiental e ecoturismo.

Instrumento	Região	Concelho	Designação	Dinâmica	Publicação D.R.	Data D.R.	Número D.R.
POAP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA DA ARRIÇA FÓSSIL DA COSTA DA CAPARICA	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 178/2008	24/11/2008	228 IS

Figura 16- Instrumentos de gestão territorial âmbito nacional
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/AcessoSimples/mapa_print.aspx

3.1.2 Âmbito regional

De acordo com o atual quadro legal em vigor os Planos Regionais devem desenvolver as opções constantes do Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território e dos planos sectoriais.

Instrumento	Região	Concelho	Designação	Dinâmica	Publicação D.R.	Data D.R.	Número D.R.
PROT	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA - PROTAML	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 68/2002	8/4/2002	82 IS-B

Figura 17 - Instrumentos de Gestão Territorial âmbito Regional
Fonte: http://www.dgterritorio.pt/AcessoSimples/mapa_print.aspx

O **PROT-AML aprovado em 2002** tem como principal desafio **estruturar e qualificar a AML**, em oposição ao crescimento urbanístico expansivo e ao consumo de recursos que se verificou na região nas últimas décadas, **impondo as orientações de política nacional, as necessidades referentes à competitividade externa, e as condicionantes demográficas, ambientais e socioeconómicas definindo estratégias para o desenvolvimento dos municípios, estabelecendo** um modelo territorial, identificando os principais sistemas, redes e articulações a nível regional, como quadro de referência estratégica para a elaboração dos planos e IGTs.

A Proposta de PROT através do conjunto das suas principais componentes e respectivas relações, as questões da sustentabilidade são consideradas como uma prioridade que deve orientar as principais decisões de âmbito metropolitano e local fundamenta-se em quatro prioridades essenciais:

1. **Sustentabilidade ambiental** – encarando a preservação e a valorização ambiental como premissas fundamentais de criação de oportunidade de desenvolvimento.
2. **Qualificação metropolitana** – através da contenção da expansão urbana e um reordenamento do território existente.
3. **Coesão sócio – territorial** – através de uma melhoria sustentada das condições de vida e da qualidade urbana para a população residente e erradicação dos bairros de barracas e de outras situações de precariedade residencial e a valorização dos recursos humanos, da empregabilidade e do emprego.
4. **Organização do sistema metropolitano de transportes** – A criação da medidas indutoras de um progressivo reforço do transporte coletivo, privilegiando o transporte ferroviário e fluvial, e completando uma coerente e consolidável estrutura rádio-concêntrica de acessibilidades.

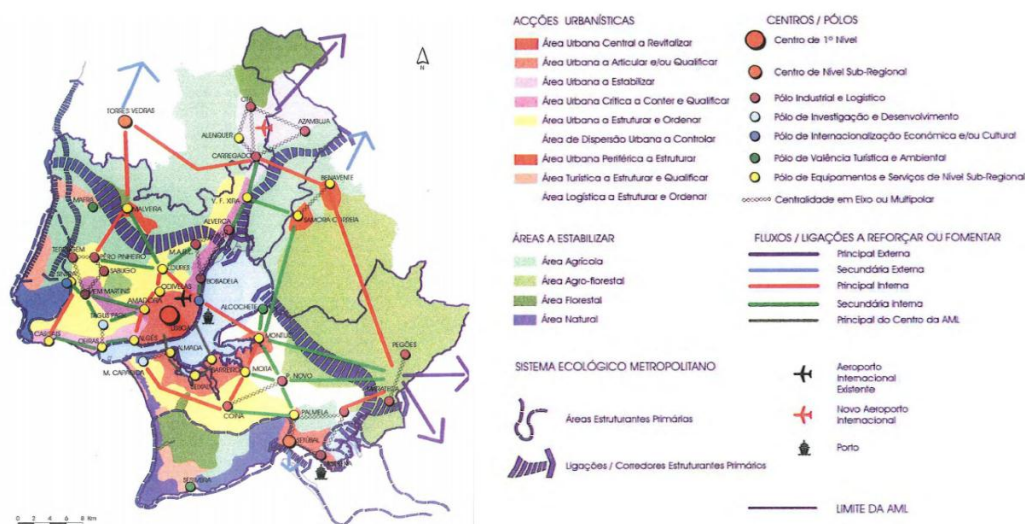


Figura 18- Mapa PROT- AML
Fonte: PROT-AML (2002)

3.1.3 Âmbito municipal e intermunicipal PU, PDM E PP

O PDM é o único instrumento de gestão territorial de elaboração obrigatória. Para além disso é o que estabelece a relação entre os IGT de nível superior, regionais, especiais e setoriais e os planos de âmbito municipal e intermunicipal, fazendo a articulação entre políticas e programas estatais com as estratégias e programas municipais que se refletem “no terreno” através da gestão do território.

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) são instrumentos de cariz regulamentar, que estabelecem o regime de uso do solo, através da sua Classificação e qualificação, seguindo as diretrizes dos IGTs de âmbito regional e nacional.

Os planos de âmbito municipal estão divididos em três tipos:

PDM – Plano diretor Municipal

PU - Plano de Urbanização

PP – Plano Pormenor

Instrumento	Região	Concelho	Designação	Dinâmica	Publicação D.R.	Data D.R.	Número D.R.
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	BAIRRO DO CAMPO DA BOLA, NA COSTA DA CAPARICA	2ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO	DECL 60/2019	19/8/2019	157 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	BAIRRO DO CAMPO DA BOLA, NA COSTA DA CAPARICA	1ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO	DELIB 2672/2008	7/10/2008	194 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	BAIRRO DO CAMPO DA BOLA, NA COSTA DA CAPARICA	1ª RETIFICAÇÃO	DELIB 2672/2008	7/10/2008	194 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	BAIRRO DO CAMPO DA BOLA, NA COSTA DA CAPARICA	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 33/2005	22/2/2005	37 IS-B
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	JARDIM URBANO NA COSTA DA CAPARICA	1ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO	DECL 64/2019	29/8/2019	163 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	JARDIM URBANO NA COSTA DA CAPARICA	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 34/2005	22/2/2005	37 IS-B
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	NOVO CENTRO TERCIÁRIO DA CHARNECA DE CAPARICA	1ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO	AVISO 7790/2019	6/5/2019	86 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	NOVO CENTRO TERCIÁRIO DA CHARNECA DE CAPARICA	1ª CORREÇÃO MATERIAL	AVISO 7429/2019	29/4/2019	82 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	NOVO CENTRO TERCIÁRIO DA CHARNECA DE CAPARICA	1ª PUBLICAÇÃO	EDITAL 1086/2016	28/12/2016	248 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	NOVOS PARQUES DE CAMPISWO	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 60/2005	2/3/2005	43 IS-B
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	PRAIAS DE TRANSIÇÃO	1ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO	DECL 59/2019	19/8/2019	157 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	PRAIAS DE TRANSIÇÃO	1ª PUBLICAÇÃO	EDITAL 227/2011	4/3/2011	45 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	PRAIAS URBANAS DA COSTA DA CAPARICA	2ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO	DECL 57/2019	16/8/2019	156 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	PRAIAS URBANAS DA COSTA DA CAPARICA	1ª ALTERAÇÃO	EDITAL 282/2010	29/3/2010	61 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	PRAIAS URBANAS DA COSTA DA CAPARICA	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 191/2005	26/9/2005	183 IS-B
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	REABILITAÇÃO URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS	1ª CORREÇÃO MATERIAL	AVISO 7493/2019	30/4/2019	83 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	REABILITAÇÃO URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS	1ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO	AVISO 7430/2019	29/4/2019	82 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	REABILITAÇÃO URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS	1ª PUBLICAÇÃO	EDITAL 781/2013	2/8/2013	148 IIS
PP	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	RECONVERSÃO DA QUINTA DO GUARDA-MOR	1ª PUBLICAÇÃO	AVISO 10148/2019	17/6/2019	114 IIS
PDM	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	ALMADA	3ª ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO	DECL 50/2019	8/8/2019	151 IIS
PDM	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	ALMADA	1ª CORREÇÃO MATERIAL	AVISO 13415/2017	21/12/2017	244 IIS
PDM	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	ALMADA	2ª ALTERAÇÃO	EDITAL 511/2017	20/7/2017	129 IIS
PDM	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	ALMADA	1ª ALTERAÇÃO	RCM 100/98	4/8/1998	178 IS-B
PDM	LISBOA E VALE DO TEJO	ALMADA	ALMADA	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 5/97	14/1/1997	11 IS-B

Figura 19 - Instrumentos de Gestão Territorial âmbito municipal e intermunicipal

Fonte: http://www.dgterritorio.pt/AcessoSimples/mapa_print.aspx

Os três possuem finalidades distintas, porém são fundamentais a gestão e qualificação do território de modo sustentável, de modo a contribuir positivamente para a qualidade de vida da população bem como o desenvolvimento social, econômico e cultural.

O PDM é um documento de elaboração obrigatória pelos municípios e define a estratégia de desenvolvimento espacial do território, no que diz respeito à caracterização económica, social e biofísica, definição dos sistemas de proteção de recursos naturais, culturais e agrícolas, bem como as diretrizes para a implantação de atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.

3.2 Servidões e restrições de utilidade públicas

Por servidões administrativas deve entender-se o “encargo imposto sobre um imóvel em benefício de uma coisa, por virtude da utilidade pública destas” (SRUP, 2011).

A constituição de servidões administrativas segue atualmente o regime legal previsto no Código de Expropriações (CE) aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de setembro (vide artº 8º do CE) (SRUP, 2011)

Por Servidão administrativa deve entender-se o encargo imposto sobre um imóvel em benefício de uma coisa, por virtude da utilidade pública desta.

Por restrição de utilidade pública deve entender-se toda e qualquer limitação sobre o uso, ocupação e transformação do solo que impede o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno, sem depender de qualquer ato administrativo uma vez que decorre diretamente da Lei. (SRUP, 2011)

3.2.1 Rede elétrica nacional

A constituição de servidões administrativas respeitantes a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de energia elétrica segue o regime previsto no Decreto-Lei n.º 43.335, de 19 de novembro de 1960 e no Regulamento de Licenças para Instalações elétricas (RLIE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936.

No Regulamento do Plano Diretor Municipal de Almada, Seção IX artigo 122º enumera as condicionantes para a Servidão e restrição de Utilidade Pública referente a Rede Elétrica Nacional.

Rede elétrica—Linhas de média e de alta tensão¹ —As servidões administrativas relativas às linhas de média e alta tensão que atravessam o concelho são as seguintes, de acordo com os seguintes escalões de kV:

a) Linhas de mais de 60 kV—faixa *non aedificandi* de 50 m;

b) Linhas de 60 kV—faixa *non aedificandi* de 30 m;

c) Linhas de menos de 60 kV—faixa *non aedificandi* de 20 m.

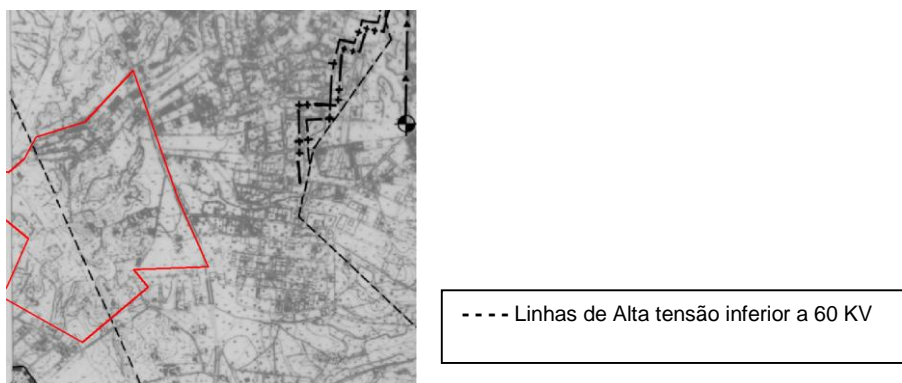


Figura 20- Extrato da Carta de Condicionantes PDMA 1997
Fonte: Câmara Municipal de Almada

3.2.2 RAN – Reserva agrícola nacional

O regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN) encontra-se previsto no Decreto-lei n.º 73/2009, de 31 de Março.

A RAN tem por objetivos (art.4.º do DL n.º 73/2009)²²:

- Proteger recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola;
- Promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território;
- Contribuir para a preservação dos recursos naturais;
- Assegurar que a atual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos às gerações seguintes pelo menos análogos os herdados das gerações;
- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Adotar medidas cautelares e gestão que tenham em devida conta a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso solo

A **Reserva Agrícola Nacional (RAN)** é uma estrutura constituída por um conjunto de áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climáticas e sociais, apresenta maior potencial para a produção de bens agrícolas.

Com a RAN, pretende-se, fundamentalmente, defender os solos com elevada capacidade de produção de biomassa, sendo incluídos os solos de Capacidade de Uso das classes A e B, bem como os solos de baixas aluvionares e coluviais e ainda outros, cuja integração na RAN se mostre conveniente para

²² Servidões e Restrições de Utilidade Pública 1.3.1 Reserva Agrícola Nacional - DGOTDU

a prossecução dos fins previstos na lei. No **Concelho de Almada**, a área de RAN definida no Plano Diretor Municipal **corresponde a cerca de 6% do território**.

No regime da RAN, são proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades agrícolas dos solos, carecendo também de parecer prévio das Comissões Regionais de Reserva Agrícola qualquer utilização não agrícola destes solos. Por outro lado, as atividades agrícolas são objeto de tratamento preferencial em todas as **ações de fomento e apoio à agricultura desenvolvidas pelas entidades públicas**.



Figura 21-Extrato da Carta da Reserva Agrícola Municipal 1997 - Concelho de Almada
Fonte: Câmara Municipal de Almada

3.2.3 REN – Reserva ecológica nacional

A Reserva Ecológica Nacional (REN), regulamentada desde 1983, tem contribuído para proteger os recursos naturais, especialmente água e solo, para salvaguardar processos indispensáveis a uma boa gestão do território e para favorecer a conservação da natureza e da biodiversidade, componentes essenciais do suporte biofísico do nosso país.

A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial.

Assim, a REN consiste numa **restrição de utilidade pública**, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

O Regime Jurídico da REN atualmente em vigor é estabelecido pelo D.L. n.º 166/2008, de 22 de Agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 63-B/2008, de 21 de Outubro de 2008, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro. A Portaria n.º 419/2012 de 20 de dezembro define as condições e requisitos a que ficam sujeitos os usos e ações compatíveis.

O **Decreto-Lei n.º96/2013, de 19 de julho** procede ainda a uma segunda alteração ao RJREN, em matéria de compatibilidade das **arborizações e rearborizações com o regime da REN** (Art.º20.º).

O **Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio** – RJIGT – veio também alterar o regime da REN, substituindo a Comissão Nacional da REN pela Comissão Nacional do Território (CNT).

O Decreto Lei 124/2019, de 28 de agosto, procede à 4ª alteração do RJREN

O objetivo principal da REN é: Possibilitar a exploração dos recursos e a utilização do território com salvaguarda de determinadas funções e potencialidades de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais.

A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objetivos²³:

- a) **Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;**
- b) **Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;**
- c) **Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;**
- d) **Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.**

²³ Servidões e Restrições de Utilidade Pública 1.4.1 Reserva Ecológica Nacional - DGOTDU



Figura 22- Extrato da Carta da Reserva Ecológica Agrícola Municipal 1997 - Concelho de Almada
Fonte: Câmara Municipal de Almada

3.3 Planos de urbanização

Os Planos Gerais de Urbanização são os instrumentos de gestão territorial que regulavam o ordenamento do território no concelho de Almada até à aprovação do Plano Diretor Municipal de Almada aprovado pela RCM n.º5/97, de 5 de dezembro de 1996 n.º5/97.

A política expansionista na década de 60 que caracterizava-se por um desenvolvimento urbano desordenado, sem infraestruturas e equipamentos, fez o que o município tomasse a iniciativa de regular a transformação e uso do solo.

Como resultado desta necessidade emergente foram desenvolvidos os planos gerais e parciais de urbanização, de acordo com o Decreto-Lei 561/71²⁴, dentre eles destaca-se o Plano Geral de Urbanização dos Vales.

Em 1980 foi desenvolvido o Plano Parcial de Urbanização dos Vales, Rosal, Fetal e Cavala. Este propunha fazer o reordenamento dos loteamentos clandestinos já existentes na área dos vales. Tinha

²⁴ Define os requisitos de ordem técnica a que devem obedecer os planos gerais e parciais de urbanização e os planos de pormenor.

como objetivo: satisfazer as carências de primeira ordem que envolviam saneamento básico, equipamentos e serviços de apoio; consolidar os núcleos urbanos existentes e legalizar, sempre que possível, as construções existentes; evitar ações de degradação do solo, preservando e conservando zonas de interesse ambiental; angariar terrenos de cedência e produção de solo urbanizado de iniciativa privada de municipal; fixar emprego terciário e secundário minimizando a tendência de dormitório do interior do concelho e melhorar a acessibilidade à zona. (Batista, 2017)

3.4 Quadro legal dos loteamentos

As operações de loteamento urbano e as obras de urbanização são processos de ocupação do solo, que dão origem a espaços destinados quer à habitação quer a atividades económicas. Segundo Costa Lobo (2005) apud, Carreira (2013) “ *estas operações devem ser enquadradas em processos administrativos para que o interesse público seja assegurado e que haja respeito pela legislação em vigor*”.

Na Década de 60 com a explosão dos “loteamentos clandestinos” o Estado abre mão da exclusividade de promotor das operações urbanísticas e regulamenta empreendimentos de iniciativa dos particulares, passando a aceitar a promoção de loteamentos pela iniciativa privada.

É também na década de 60, mais propriamente em 1965, que tem início a regulamentação dos loteamentos urbanos. Ao longo do tempo esta regulamentação foi sendo alterada.

O RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), definido no DL nº555/99 de 16 de Dezembro, as operações de loteamento estão definidas como sendo “as ações que tenham por objeto ou por efeito a constituição de um ou mais lotes destinados, imediata ou subseqüentemente, à edificação urbana e que resulte da divisão de um ou vários prédios, ou do seu reparcelamento¹”. De acordo com o Artigo 41º do RJUE, as operações de loteamento só se podem realizar em áreas situadas dentro do perímetro urbano e em terrenos já urbanizados ou cuja urbanização se encontre programada em plano municipal de ordenamento do território (PMOT).

Ano	Legislação	Descrição
1965	DL 466/73	Sanciona-se o princípio dos loteamentos privados. Não é assegurada a qualidade mínima da atividade "urbanística" dos loteadores.
1973	DL 289/73	Fixa-se a obrigatoriedade das áreas de cedência e reforça-se a legislação, tornando-a mais dura no caso de prevaricadores.
1984	DL 400/84	Fixam-se três tipos de procedimento, "especial", "ordinário" e "simples". É eliminado o princípio das áreas de cedência com um mínimo obrigatório.
1991	DL 448/91	Volta o princípio das áreas de cedência mínimas. A figura do destaque de um lote é dispensada do regime de licenciamento. O direito à informação e publicitação são reforçados. É imposto o pedido de parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) sempre que a operação de loteamento seja fora das áreas abrangidas pelo Plano Municipal Ordenamento do Território.
1995	DL 292/95	Reforça-se a legislação a favor dos loteadores através do encurtamento de prazos e simplificações processuais.
1999	DL 555/99 (RJUE)	Reúne-se num só diploma a edificação e urbanização por forma a aumentar a eficácia do sistema a favor do sector privado e aumentando a responsabilidade dos particulares.
2001	DL 177/2001	Após dois anos de suspensão este diploma é aprovado e torna eficaz o RJUE.
2007	LEI 60/2007	Ocorre a dispensa da discussão pública de loteamentos em situações em que haja causas concretas de indeferimento. Os projetos passam a ser apresentados por via eletrónica, passa a existir um gestor de procedimento e é atribuído à CCDR o poder de concertação entre as várias entidades consultadas.
2010	DL 26/2010	Tomam-se medidas fundamentadas na confiança e responsabilização de cada interveniente no processo de licenciamento das operações urbanísticas. Clarifica-se que há uma transferência automática da titularidade da licença de utilização de imóveis com a transferência da propriedade dos mesmos. Alargamento dos prazos para a apresentação de requerimentos de emissão de títulos de operação urbanística e para a execução de obras.
2014	DL 136/2014	Vem reforçar o esforço de simplificação e de aproximação ao cidadão e às empresas, introduzindo alterações, em particular, em alguns aspetos do procedimento de controlo prévio das operações urbanísticas.

Figura 23- Evolução do quadro legal de loteamentos

Fonte: Adaptado de Carreira (2013)

3.5 Lei das AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal

O fenómeno da clandestinidade nasceu na segunda metade do século passado, resultado de um conjunto de circunstâncias sociais, políticas, legais e económico-financeiras e que, ainda hoje, não se encontra totalmente resolvido, apesar dos esforços por todas as partes envolvidas. A conscientização da dimensão do problema e dos seus impactos na gestão e planeamento do território, culminou no diploma excecional, que viria regular os processos de reconversão urbanística destas áreas.

FERREIRA (1984), apud (2010) Gonçalves (oferece uma síntese útil dos fatores que conduziram ao “mundo” do clandestino, articulando os aspetos atrás enunciados, segmentando-os em três categorias:

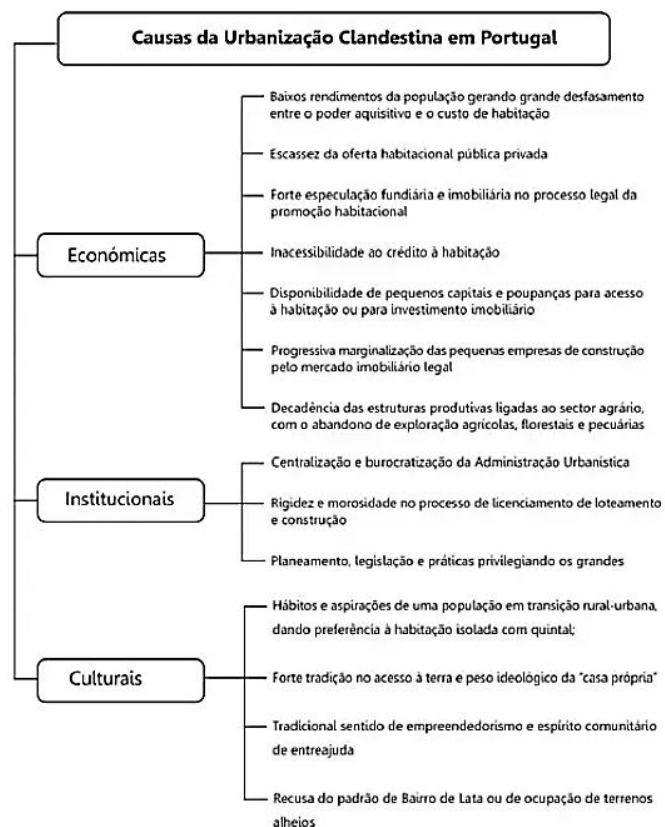


Figura 24- Causas da Urbanização Clandestina em Portugal
Fonte: Gonçalves (2010)

A Portaria 202/70 surge com o objetivo de controlar a divisão fundiária no território (Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, 1970), mas acabou por ser outro grande impulsionador do “negócio dos clandestinos”. Com a entrada em vigor de regulamentação sobre o fracionamento da propriedade rústica em unidade de cultura²⁵ que acabou por favorecer a dispersão urbana com o surgimento um novo mecanismo para venda de terrenos ilegais através da venda em compropriedade de uma pequena parcela de terreno rural (avos indivisos), onde o comproprietário adquire junto do loteador, uma parte desses avos.

O **Decreto-Lei 400/84 de 31 de dezembro**, que estabelece o novo regime jurídico das operações de loteamento são estabelecidas, importantes medidas de regulação e compensação nas operações de loteamento. A partir dessa data o loteamento ilegal é finalmente controlado mas a reconversão dos bairros permaneceu residual. Só com a Lei 91/95 de 2 de setembro, foi criado o regime excecional para a conversão das áreas urbanas de génese ilegal, passando a ser consideradas como **AUGI** todos os prédios que foram objeto de parcelamento antes da entrada em vigor do Decreto-Lei 400/84 de 31 de dezembro e que estejam classificados nos planos.

A definição de AUGI é apresentada no artigo 1º da Lei das AUGI (Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro), como “prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento,

²⁵ A unidade de cultura é o limite mínimo de superfície dos prédios rústicos

quando legalmente exigida, tenham sido objeto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro, e que, nos respetivos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), estejam classificadas como espaço urbano ou urbanizável”. Ainda no n.º 3 do mesmo artigo, “são ainda considerados AUGI os prédios ou conjuntos de prédios parcelados anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 46673, de 29 de novembro de 1965, quando predominantemente ocupados por construções não licenciadas.” (Santos,2016)

Batista (2017) afirma que: *Esta lei veio possibilitar um maior aceleração na resolução nos loteamentos clandestinos, permitindo ainda que os processos em curso viessem a beneficiar deste estatuto, atribuindo aos proprietários e comproprietários o dever de reconversão. Criada para vigorar por um determinado período de tempo, rapidamente se constatou a necessidade do seu prorrogação, face à incapacidade/dificuldade das Comissões de Administração de adquirirem os seus títulos de reconversão. Traz importantes medidas que regulam o processo de reconversão e forma de concretização, assim como o modo de atuação das CAC. Foi o principal motor de arranque para a resolução dos bairros clandestinos em Portugal.*

A Lei 91/95, sofreu sucessivas alterações, relacionadas com o alargamento do prazo para a conclusão dos processos em curso, e alterações em matérias fiscais e registrais, porém sem grande eficiência na forma de atuar.

Atualmente o instrumento que **rege os processos de reconversão, continua a ser a Lei 91/95 de 2 de setembro** seja pela forma da iniciativa particular ou da iniciativa municipal.

3.6 Fatores de crescimento de áreas urbanizadas em Almada

O Concelho de Almada pertence ao distrito de Setúbal e à Área Metropolitana de Lisboa (AML) é abrangida pela Unidade Territorial 5 – Arco Ribeirinho Sul e situa-se na margem esquerda do estuário do Tejo. Faz fronteira com o concelho do Seixal a leste, com o concelho de Sesimbra a sul e com o rio Tejo a norte. A oeste, é banhado pelo Oceano Atlântico. O relevo é marcado pela arribas, que se levanta abruptamente virada a Norte e declina suavemente (5° a 10°) para Sul²⁶.

A estruturação inicial do núcleo de Almada surgiu com a permanência islâmica no território, topónimo de raiz árabe seu nome tem origem da palavra árabe Al-maadan, que significa “a mina”, devido a época a cidade estava associada à exploração mineira.

Há registros de ocupação desde há 5000 anos, segundo as mais recentes pesquisas arqueológicas, e por estas margens “passaram os mais diversos povos que aqui se fixaram, partilhando e trocando as suas experiências e mercadorias” (CMA, 2006).

“Em 1179, em plena época medieval, é concedida à cidade a sua primeira carta de foral. A sua configuração urbana restringe-se a um pequeno aglomerado de habitações situadas junto das

²⁶ Fonte: Sítio eletrónico da CMA: <http://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cmav2>

imediações das muralhas do castelo, ao longo da Rua Capitão Leitão (rua principal), rodeada de uma extensa zona agrícola.” (Ferreira, 2013)

A importância de Almada como ponto de conexão fluvial entre as duas margens começou desde muito cedo, fosse para transporte de mercadorias, ou passageiros fortalecendo com Lisboa fortes laços de intercâmbio comercial.

Esta forte relação entre as duas margens contribuiu para a implantação de manchas de ocupação estruturadas ao longo dos núcleos iniciais, e na parte interior do conselho formados pela estrutura de azinhagas de acesso²⁷.

O Terremoto de 1755 gerou reflexos além de Lisboa, em Almada destruiu o traçado medieval e boa parte do parque edificado, a reconstrução durou até finais do século XIX, época que a cidade passa por um forte processo de instalação de indústrias transformadoras a se instalar na zona ribeirinha, o que favoreceu a um crescimento do tecido urbano nessa zona.

No período de 1930 a 1966 o crescimento de Almada começa a se expandir para a área central do concelho, e já pode-se notar as primeiras aglomerações na Costa da Caparica e terras de charneca.

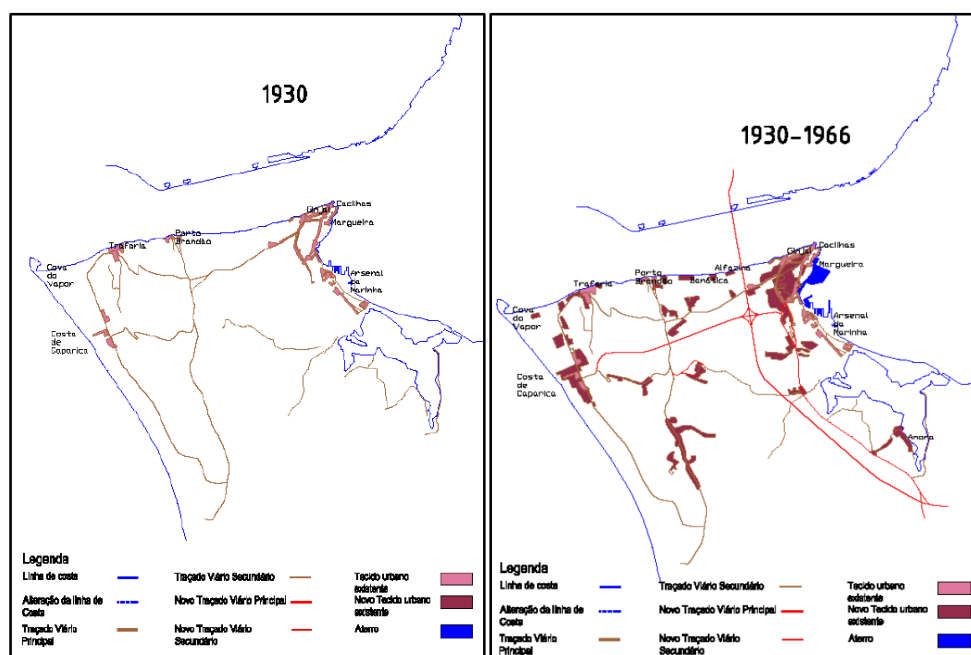
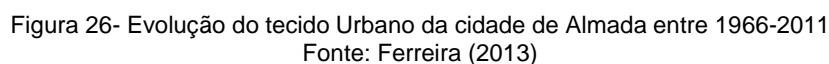


Figura 25- Evolução do tecido Urbano da cidade de Almada entre 1930-1966
Fonte: Ferreira (2013)

A construção e expansão territorial da cidade Almada foi feita, na sua grande maioria, ao decorrer do séc. XX, nas décadas de 60/70 impulsionada pelo crescimento da indústria naval, paralelo ao declínio da agricultura, e isso associado a inauguração da ponte 25 de abril representa uma mudança na ocupação do território de Almada mas é no final da década de 80 e início de 90 que marca uma nova etapa no desenvolvimento da cidade, devido a crise a cidade que começa a ter crescimento no sector terciário com a criação de equipamentos e serviços distintos faz com que o município passe

²⁷ Caminho rústico e estreito entre muros, valados ou sebes altas; córrego (azinhaga in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consult. 2019-04-10 16:45:36]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/azinhaga>)

A ponte foi um dos promotores do crescimento da população na área metropolitana de Lisboa entre 1960 e 1981, esta ligação entre as duas margens do Tejo e o aumento de acessibilidades a ela associada fez com que o número de edifícios de tipologias multifamiliares para dormitório da cidade de Lisboa, e de residentes no concelho de Almada duplicasse, e no Seixal mais do que triplicou, sendo a maioria das habitações construídas em áreas de propriedade privada antigamente destinadas à agricultura, e que devido a decadência da atividade, passaram a ser áreas preferenciais para os loteamentos clandestinos (AUGI).



A melhoria das condições de acesso rodoviário através da construção de uma moderna rede de autoestradas introduziu grandes alterações no modelo territorial do país e, em particular, no sistema urbano, no caso da margem sul os investimentos direccionados a acessibilidades contribuíram para a expansão territorial na parte central do concelho Charneca da Caparica, Feijó, Corroios e a cada ampliação de troço de autoestrada no sentido sul os clandestinos iam se espalhando por outros concelhos como Fernão Ferro, Quinta do Conde e Palmela.

Emerge assim a criação de planos de requalificação que permitam o renascer destas zonas promovendo-as como novas centralidades e parte integrante da cidade consolidada.

O concelho de Almada abrange uma área de 71 km², subdividida em cinco uniões de freguesias e população que, em 2011, segundo o INE era de 174.030 habitantes, é o principal concelho, em termos populacionais, da Margem Sul da Área Metropolitana de Lisboa.

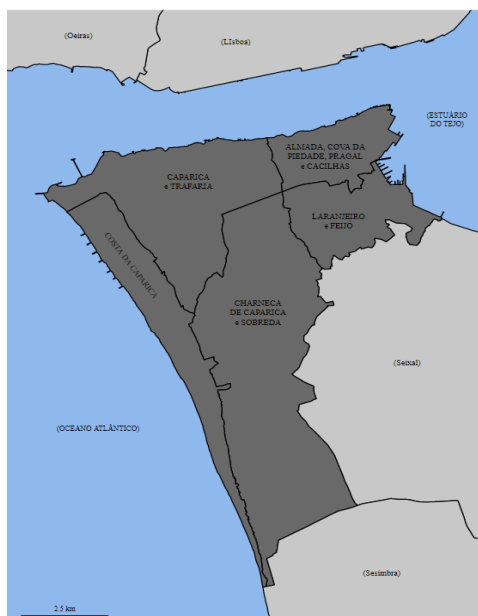


Figura 27- Mapa das Freguesias de Almada

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/Almada_freguesias_2013.svg

Segundo o último censo (2011) a união de freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda é a freguesia com a maior percentual de jovens do concelho de Almada.

Zona Geográfica	População residente			Famílias		Alojamentos familiares			Alojamentos coletivos	Edifícios
	HM ¹	H ²	M ³	Clássicas	Institucionais	Total	Clássicos	Outros		
Almada (Concelho)	174030	82496	91534	71901	53	101443	101146	297	93	34163
Almada	16584	7480	9104	7927	8	10369	10358	11	8	1672
Caparica	20454	9846	10608	7916	4	10947	10931	16	7	3430
Costa da Caparica	13418	6384	7034	6135	2	13964	13935	29	26	3362
Cova da Piedade	19904	9082	10822	8925	1	10897	10892	5	2	1905
Trafaria	5696	2774	2922	2319	0	3288	3104	184	2	2022
Cacilhas	6017	2684	3333	2818	0	3721	3721	0	1	457
Pragal	7156	3394	3762	2840	1	3377	3374	3	5	465
Sobreda	15166	7287	7879	5630	13	6908	6891	17	13	4024
Charneca de Caparica	29763	14647	15116	11131	21	18186	18178	8	24	12865
Laranjeiro	20988	9941	11047	8523	2	10540	10524	16	4	1480
Feijó	18884	8977	9907	7737	1	9246	9238	8	1	2481

Figura 28- População Residente, Famílias, Alojamentos e Edifícios - Freguesias – 2011

Fonte: Adaptado de: Território e População | Retrato de Almada segundo os Censos 2011, Fevereiro 2014

3.7 O Plano Diretor Municipal de Almada (PDMA)

O Plano Diretor Municipal de Almada (PDMA), atualmente em vigor, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Almada em 18 de julho de 1993 ratificado pela RCM n.º5/97, de 5 de dezembro de 1996 e publicado no Diário da República, nº 11, 1ª Série-B em 14 de janeiro de 1997.

Segundo Batista (2017): **O Plano Diretor Municipal de Almada em vigor**, tem como **objetivos estratégicos de desenvolvimento**:

“Reforçar e equilibrar a rede urbana do concelho e do seu papel na região através do favorecimento e desenvolvimento de novas acessibilidades intra, inter concelhias, criar novas centralidades e desenvolver uma rede de equipamentos estruturantes. Prevê a promoção de zonas turísticas em áreas de elevada qualidade paisagística a criação de áreas de recreio e lazer e a valorização dos recursos científicos e tecnológicos.

*Propõe também, a **valorização dos recursos naturais e paisagísticos** do concelho e a **qualificação do espaço urbano**.*

*Tem ainda enquanto **objetivo geral o desenvolvimento de uma nova imagem do concelho** e da sua gestão na região e no exterior, através da definição de um novo sistema de gestão e da diversificação e aprofundamento das formas de participação do cidadãos e na vida do município.*

Em 17 de dezembro de 2008, foi aprovado em Reunião de Câmara o início do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Almada (RPDMA), de acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aplicável à data, e nos termos constantes no nº 1 do artigo 74.º, do nº 3 do artigo 93.º, do nº 7 do artigo 96.º e do nº 3 do artigo 98.º do referido RJIGT.

3.7.1 Objetivos de desenvolvimento revisão do PDM- Almada

Os objetivos de desenvolvimento para o concelho no processo de revisão do PDM, e referência para a estratégia de ordenamento que vão de encontro a proposta do objeto de estudo são²⁸:

- **Reforçar Almada enquanto território multifuncional, de oferta de serviços, de comércio, de cultura, de lazer, de emprego, de encontro de gentes e culturas**, concretizando o conceito de “um Lugar para Habitar, Lugar para Trabalhar, Lugar de Cultura, um Lugar de Conhecimento”;
- **Potenciar Almada como Cidade Educadora e Criativa, de Cultura e do Conhecimento**;
- **Intervir na valorização e qualificação do espaço público**, enquanto pré-requisito essencial à vida na cidade, como local de socialização e de encontro, que privilegia a escala humana, e como símbolo espacial da democracia e da igualdade;

²⁸ QPO- Almada

- **Desenvolver um desenho urbano e soluções urbanísticas que assegurem uma utilização criteriosa dos recursos naturais**, através do uso eficiente da água e da energia, do recurso a fontes de energia renováveis, contribuindo para a redução da intensidade carbónica de Almada;
- **Promover a acessibilidade às múltiplas funções do território**, com base na diversificação e intermodalidade dando prioridade aos modos de transporte coletivos e aos modos suaves para garantir mobilidade quotidiana mais eficientes e sustentáveis.
- **Conter o crescimento urbano disperso e difuso**, preenchendo as áreas expectantes urbanizadas, promovendo a sua articulação e continuidade natural;
- **Promover a reconversão de áreas urbanas desativadas**, em alternativa à expansão urbana, e dar a máxima prioridade à reabilitação do tecido edificado;
- **Valorizar a qualidade ambiental e paisagística de Almada**, enquanto elemento potenciador da qualidade de vida do seu território, e garantindo a sua continuidade natural;
- **Aprofundar a solidariedade**, promover o associativismo, construindo o Concelho multicultural, que todos acolhe e todos e integra;

3.8 A Charneca da Caparica e o Vale Cavala

3.8.1 Charneca da Caparica

A união de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda foi criada no dia 4 de Outubro de 1985 e está entre as mais populosas do concelho de Almada, ocupando, com os seus 252 ha, cerca de 35% da área do município e uma população residente de 44929 habitantes (INE2011).

A Charneca da Caparica cresceu a base de um processo de ocupação misto ao longo da estrada (EN 377), com a expansão feita a custa de várias operações de génese ilegal, de morfologia predominante de moradia isolada, e ou geminada, edifícios comerciais e com carência de equipamentos e espaços públicos e de lazer qualificados.

Além do índice populacional, tamanho em extensão territorial, a proximidade com a cidade de Lisboa (15 km), e praias da Costa da Caparica (2 km), além do fato de estar localizada próxima a importantes áreas de património natural que são a Área protegida da Arriba Fóssil e a Mata Nacional dos Medos, faz naturalmente da Charneca da Caparica uma das freguesias mais importantes do concelho de Almada.

Como um dos principais objetivos estratégicos definidos pela Câmara Municipal e veiculado em sede de Plano Diretor Municipal, pode-se destacar o desenvolvimento de um Centro Urbano Secundário na Charneca de Caparica, surge com o objetivo de consolidar áreas habitacionais não estruturadas, dotando-as de equipamentos e serviços direcionados para a oportunidade de emprego e desenvolvimento económico.

A nova unidade territorial estruturante surge assim na zona de Palhais - Charneca de Caparica - com uma área de cerca de 40 ha articulando uma zona predominantemente residencial (de génese ilegal) e

um programa de ocupação que privilegie a qualidade do espaço público, as áreas de equipamento e serviços e que configure uma nova centralidade dinâmica (QPO, 2016)

O desenvolvimento do Plano Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca da Caparica (PPNCTCC) está inserido na UNOP 10 e decorre diretamente das, orientações e princípios de ordenamento estabelecidos pelo PDMA dividido em 5 objetivos estratégicos de desenvolvimento (OED).

- OED 1 - Reforço e equilíbrio da rede urbana do concelho e do seu papel na região;
- OED 2 - Diversificação da base económica e modernização dos processos produtivos
- **OED 3 - Melhoria do ambiente natural e do ambiente construído**
- **OED 4 - Desenvolvimento sociocultural e de formação profissional**
- OED 5 - Desenvolvimento de uma nova imagem do concelho e da sua gestão na região e no exterior. (PPNCTCC, 2016)



Figura 29- Extrato do Plano Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca da Caparica
Fonte: Plano Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca da Caparica, Câmara Municipal de Almada

O modelo de ocupação proposto para o PPNCTCC adequa-se e enquadra-se nas orientações de requalificação e reestruturação do espaço urbano com a afetação de espaços públicos de qualidade e a qualificação do existente, além da reestruturação funcional da área da urbana da Charneca, **criando uma centralidade urbana de referência capaz de induzir novas dinâmicas de requalificação urbanística da envolvente**, afetando-se novas áreas a equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva cuja área de influência extravasa os limites da área do plano. (PPNCTCC, 2016)

3.8.2 Vale Cavala

A área de Vale de Cavala está inserida no planalto interior, possui uma malha urbana desconexa em torno do eixo estruturante da ex-EN377 e encaixada num sistema de vale e linhas de água com uma expressão significativa (QPO,2016 Pg. 114).

A ex-EN377 é considerada é uma centralidade linear ao longo da Charneca da Caparica, e concentra equipamentos como o mercado da Charneca, escolas, parques, equipamentos desportivos, e estabelecimentos comerciais e de serviços.

Os estudos de caracterização da revisão do PDMA apontam para a freguesia da Charneca da Caparica e Sobreira as seguintes diretrizes representadas no mapa:

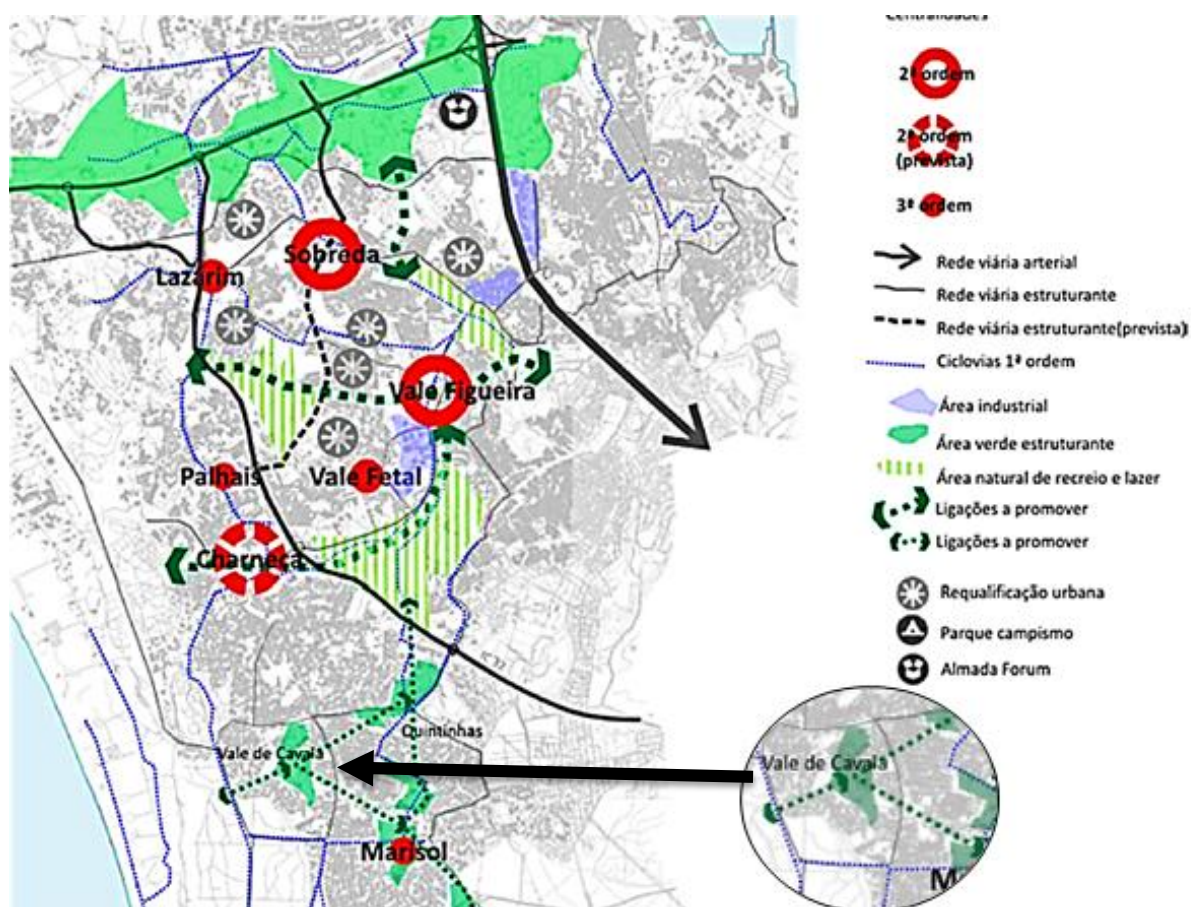


Figura 30- Mapa Síntese de diretrizes - Freguesia da Charneca da Caparica e Sobreira – Extrato área de projeto

Fonte: Adaptado QPO-2016 CMA

Estando listado como um dos principais objetivos de desenvolvimento do concelho a estratégia de revisão do PDMA assentará sobretudo na requalificação dos espaços urbanos através da promoção de centralidades de segunda e terceira ordem de modo a criar maiores oportunidade para a fixação de atividades económicas terciárias e em paralelo a valorização da componente ambiental do território, com a criação de espaços públicos verde.

Nos estudos de Caracterização o Quadro Prévio do Ordenamento (QPO), da Revisão do PDMA demarcou a **área Vale Cavala como uma área verde estruturante**, é possível ver no mapa ideias gerais para a área de estudo podemos destacar as seguintes diretrizes para a área de estudo:

- **Área Verde Estruturante**
- **Ligações a promover**

CAPITULO IV – BREVE ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE VALE CAVALA

4.1 Análise biofísica da área de estudo

4.1.1 Altimetria e hipsometria

O relevo, na área de intervenção proposta, caracteriza-se por um **ondulado muito suave**. As cotas altimétricas desenvolvem-se num **intervalo de 23 metros** (entre as cotas 71.00 e 48.00), **numa área de projeto com cerca de 500.000m²**.

As linhas de água existentes estão instaladas em vales amplos que conferem uma modelação suave a esta zona do território.

4.1.2 Declives

O declive do terreno está diretamente ligado com a geologia do território, designadamente no que respeita às suas características litológicas e estruturais, mas também decorrente dos processos erosivos a que foi sujeito, representa um fator preponderante no planeamento uma vez que condiciona fortemente a acessibilidade. A fraca acessibilidade constitui devido aos custos de implantação, um obstáculo à urbanização, porém em contrapartida, tal situação proporciona que dadas áreas tendam a contribuir para o seu valor como áreas de conservação da Natureza.

No território de Almada, as classes de declives mais elevados correspondem às duas arribas localizadas a Norte e a Oeste do concelho.

Na zona de estudo os declives variam de 8% à 12 % conforme mapa de declives.

4.1.3 Hidrografia

A região sul do concelho onde está delimitada a área de estudo, caracteriza-se por ter linhas de água com leitos muito pouco encaixados, uma vez que os declives também são suaves, instalados em litologias que potenciam a infiltração.

Os talwegues correspondem as linhas de água que se infiltram no material arenoso aí existente.

Algumas das linhas de água estão instaladas em leitos artificiais ou encanados devido a ocupação do solo por usos urbanos, principalmente nas freguesias de Sobreda, Feijó e **Charneca da Caparica**, e que sempre que adequado seria importante renaturalizar.

Está descrito no documento de Estudos de Caracterização do Território Municipal, elaborados no âmbito da Revisão do PDMA, que:

*A existência destas valas e linhas de água, constitui ainda um importante sistema de drenagem que confere a este território um grande potencial para o desenvolvimento do eixo territorial da cidade dos vales, nas valências de ecoturismo e **desportos de natureza**.*

*Torna-se assim fundamental que o modelo territorial futuro salvaguarde as linhas de água existentes e suas faixas de proteção hídrica, ultrapassando eventuais estrangulamentos e garantindo a **manutenção das ligações e conectividade ecológica** neste eixo.*

4.2 Estrutura ecológica municipal (EEM)

“O conceito Estrutura Ecológica (EE) prende-se com a proteção e integração dos elementos biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos do território convergindo para a ideia de sustentabilidade. Deverá orientar as intervenções antrópicas no sentido de reconhecer, conservar e promover elementos naturais e culturais que, por terem características únicas, deverão ser sujeitos a um ordenamento e planeamento ambientalmente sustentável, contribuindo desta forma para a qualidade de vida dos munícipes” (Ferreira et al, 2010 e Machado et al, 2004).

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) é uma estrutura espacial da paisagem que integra as áreas e sistemas que, pelas suas características intrínsecas, ou pelo facto de constituírem o suporte físico de processos ecológicos, são fundamentais à sustentabilidade do território e das populações que dele dependem.

A EEM é a representação dos elementos e sistemas fundamentais na estruturação e organização espacial da paisagem, incluindo as seguintes componentes:

Estrutura Ecológica Fundamental - que reúne as diversas componentes ecológicas da paisagem fundamentais para o funcionamento e estabilidade ecológica do território.

Estrutura Cultural Municipal - que integra os elementos construídos, e que refletem a ação humana sobre a paisagem.

Estrutura Ecológica Urbana - que integra nas áreas urbanas os elementos das duas estruturas anteriores, constituindo assim, uma estrutura de proteção, de regulação climática, do lazer e recreio integrada no tecido edificado.

O Sistema Azul é constituído por todas as áreas e territórios responsáveis pela circulação e acumulação de água, onde se enquadram as linhas de água e os respetivos leitos de cheia, bem como as zonas onde existem condições de recarga aquífera.

O Sistema Verde é constituído por todas as áreas e corredores com vegetação, maioritariamente destinados à produção vegetal. Como elementos fundamentais integra a vegetação de interesse ecológico, como o sobreiro e o pinheiro manso, e vegetação autóctone, bem como áreas com risco de erosão, escarpas e topos. As componentes verdes de proteção e enquadramentos, os montados e os pinhais e as áreas verdes urbanas possuem sistemas um caráter complementar.

Os Sistema Cultural e de Mobilidade pretendem salvaguardar os elementos culturais do concelho, bem como promover a mobilidade sustentável. É composto pelos componentes mais estruturantes da paisagem cultural, nomeadamente o património construído (classificado ou de importância municipal), os núcleos históricos, os perímetros de proteção ao património e ainda um conjunto de quintas com relevância histórica ou de produção.

4.3 Enquadramento Geográfico da área de estudo Vale Cavala – Quinta da Brieira

A quinta da Brieira é um loteamento titulado pelo ALV.213/87, localizado no concelho de Almada, união de freguesias da Charneca da Caparica e Sobreda e segundo do Plano Diretor Municipal de está delimitada na UNOP 12 – Quintinhas e Vale Cavala, encontra-se localizado em uma zona onde a ocupação do território se deu principalmente por loteamentos de gênese ilegal.

A quinta da Brieira possui uma localização privilegiada a 2.2 km do centro da Charneca de Caparica pela antiga estrada EN377 e tem a sua envolvente de carácter predominantemente residencial, a forma de ocupação no entorno configurou um espaço urbano descaracterizado com uma malha urbana desconexa com áreas a preencher de modo a tirar proveito das infraestruturas instaladas.

A área de estudo encontra-se situada fora do perímetro de intervenção do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (POPPAFCC), embora na sua proximidade territorial e enquadrada estrategicamente.

4.3.1 Caracterização da área de intervenção – Vale Cavala x Quinta da Brieira

O território que serviu de objeto de estudo foi delimitado pelas condicionantes físicas existentes, abrangendo uma **área de cerca de 460.000m²** (46 ha).

Nesta área foram consideradas, não só as **áreas livres de construção e naturalizadas**, como também **aquelas que, apesar de ocupadas, carecem de operações de remate da malha urbana**, em conformidade com os objetivos do projeto.



Figura 31- Enquadramento da Área de Projeto

Neste âmbito, **importa reter, como pré-existências** para a elaboração do projeto, as seguintes áreas:

- Complexo Desportivo do Real Clube de Vale Cavala;
- Urbanização da Quinta da Brieira;
- Bairro dos Leões (AUGI em processo de reconversão)
- Espaço Verde de Recreio e Lazer.

As áreas delimitadas para a proposta de projeto estão inseridas em uma zona com ocupação maioritariamente residencial.

4.3.2 Caracterização física, limites, estrutura viária, zona envolvente e edificado

A área de estudo está inserida em território condicionado pela génese ilegal condicionada, pelos compromissos urbanísticos já existentes, pelo **atravessamento de uma infraestrutura viária prevista T51**, que estabelecerá a ligação da ex-EN377 a nascente (agora municipal, em reconversão para uma via de carácter urbano) à Estrada Florestal a poente (de acesso às praias), e que se prolonga para o concelho do Seixal, a nascente.

Os estudos para definição do traçado desta via faz parte dos estudos de caracterização para a revisão

do PDMA pela CMA, apontando para o atravessamento dentro da área de estudo.

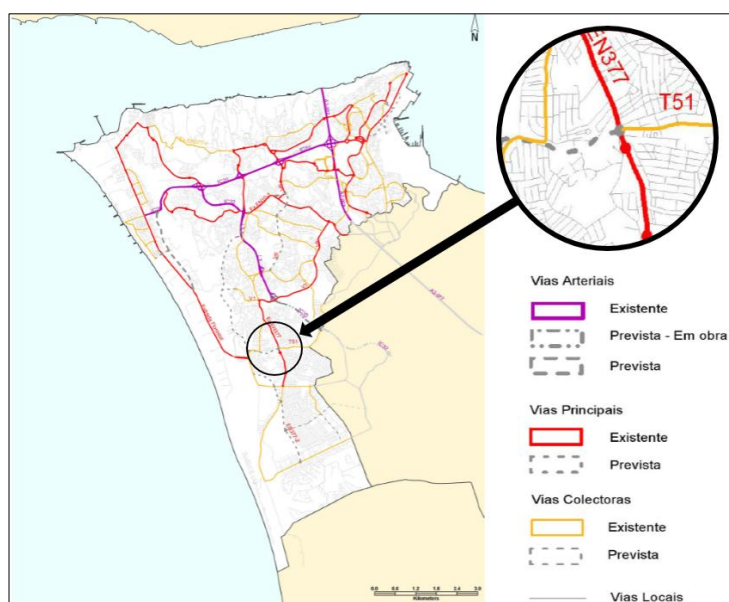


Figura 32-Hierarquia da rede viária prevista e existente - extrato da área de estudo
Fonte: Estudos de Caracterização do Municípios - Caderno 5 (CMA) adaptado pela autora

Com o Plano Almada Ciclável propõe a promoção de modos suaves de deslocação, em particular a bicicleta, articulando-se com a rede de transportes públicos e a equipamentos coletivos nomeadamente, escolas, centros de saúde, património cultural praias e espaços verdes num contexto urbano de proximidade, nas deslocações de curta distância.

Este plano contempla uma rede com 223 km de percursos cicláveis, contínuos, organizados em 44 percursos, de três tipologias: percursos de uso quotidiano, percursos de uso cultural e de lazer e percursos com qualidade ambiental.

O objetivo é melhorar o desempenho ambiental do concelho, sensibilizar a população e promover a participação dos cidadãos nesta causa universal.

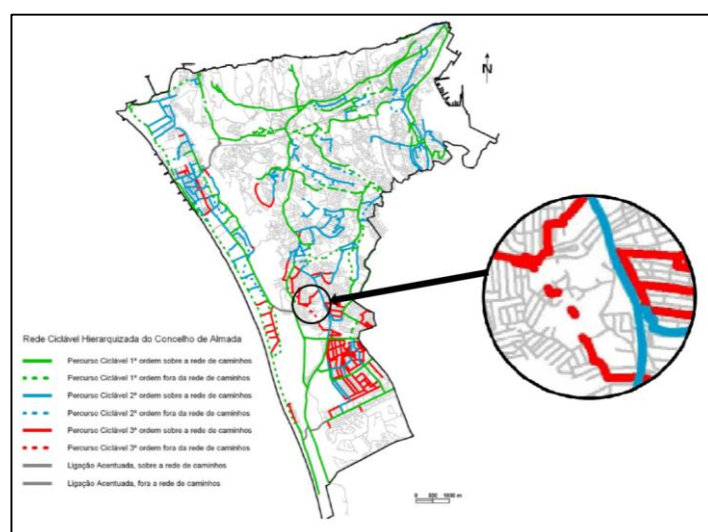


Figura 33- Rede Ciclável Hierarquizada do Concelho de Almada - extrato da área de estudo
Fonte: Estudos de Caracterização do Municípios - Caderno 5 (CMA) adaptado pela autora

Há que se levar em consideração que a deslocação ciclável pode realizar-se por motivos distintos:

Quotidiano	<ul style="list-style-type: none"> • Viagens casa-trabalho, casa-escola e viagens relacionadas com compras e lazer; • Podem ser combinadas ou não com o transporte público e correspondem essencialmente a viagens urbanas ou periurbanas, regulares, frequentes, periódicas;
Desporto	<ul style="list-style-type: none"> • Correspondem sobretudo a deslocações em estrada (estradas nacionais, municipais) onde a velocidade pode ser mantida; • No caso de praticantes do BTT (Bicicleta Todo o Terreno) podem ser utilizadas estradas de terra, trilhos de terra ou trilhos em montanha;
Recreio e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Corresponde a viagem de proximidade (saída em grupo), itinerário ou percurso turístico; • Utiliza principalmente os caminhos em «sítio próprio», como ciclovias, ecopistas, ou percursos com baixo nível de tráfego.

Figura 34- Rede Ciclável - Princípios de Planeamento e Desenho

Fonte : IMTT Acedido: <http://www.imt->

[ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/PacotedaMobilidade/Documents/Pacote%20da%20Mobilidade/Rede%20Cicl%C3%A1vel_Princ%C3%ADpios%20de%20Planeamento%20e%20Desenho_Mar%C3%A7o%202011.pdf](http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Planeamento/DocumentosdeReferencia/PacotedaMobilidade/Documents/Pacote%20da%20Mobilidade/Rede%20Cicl%C3%A1vel_Princ%C3%ADpios%20de%20Planeamento%20e%20Desenho_Mar%C3%A7o%202011.pdf)

A hierarquização da rede ciclável consiste em atribuir uma classificação a cada troço, dependendo da quantidade de pontos de interesse que faz ligação de acordo com o seu uso. Em conclusão (CEAP, 2007):

- Os percursos de 1ª ordem são os mais importantes, pois reúnem um maior número de ligações a equipamentos de uso quotidiano e de interesse cultural, um maior acesso a interfaces de transportes públicos e uma elevada qualidade cênico-natural.
- Os percursos de 2ª ordem apresentam menor densidade daqueles equipamentos na sua área de alcance, ou uma menor relação direta no acesso a interfaces de transportes. Podem ainda significar um menor interesse cultural e natural.
- Os percursos de 3ª ordem não reúnem particularmente qualquer característica indicada anteriormente, mas apresentam características básicas para serem cicláveis, estando consideradas na rede clicável potencial com interesse prioritário reduzido.

Na área de estudo está previsto no Plano Almada Ciclável, um percurso Ciclável de 3ª ordem fora da rede de caminhos.

4.3.3 Enquadramento face aos instrumentos de gestão territoriais em vigor

Em termos de enquadramento nos instrumentos de planeamento territorial, de acordo com a Carta de Ordenamento e Regulamento do Plano Diretor Municipal de Almada, ratificado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/97 publicada em Diário da República - I Série B de 14 de Janeiro de 1997, a área objeto de intervenção, situa-se na UNOP 12,

- Em Espaço Urbanizável de Baixa Densidade Não Programado;
- Em Espaço Urbanizável de Média Densidade Não Programado;
- **Em Espaço Verde de Recreio e Lazer Não Programado;**

- Em Espaço da Reserva Ecológica Nacional;
- Em Espaço da Reserva Agrícola Nacional;

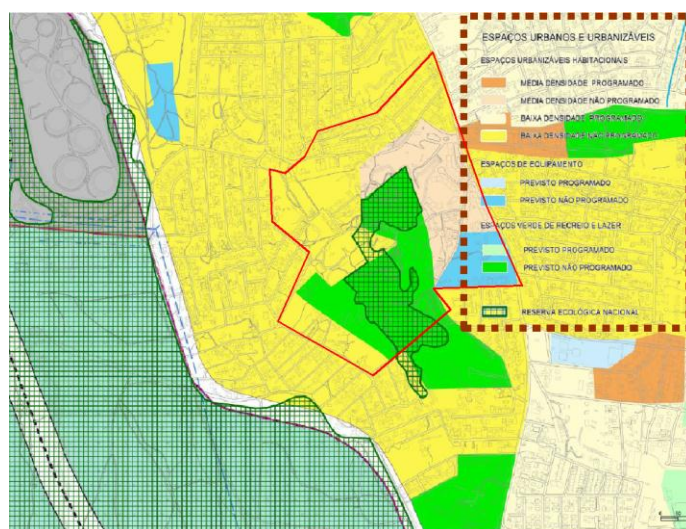


Figura 35- Extrato da Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Almada – Concelho de Almada
Fonte: Trabalho PUSOT-MUSOT Batista, Libreiro, Serrano (2017)

A Folga Urbanizável, que corresponde à área livre disponível no território, por cada classe de Espaços Urbanos e Urbanizáveis da carta de ordenamento do PDM, constitui um importante indicador para analisar concretização realização do PDM em vigor, no que diz respeito à concretização da proposta de ordenamento nele contemplado.

Encontrando-se o território em permanente mudança foi feita uma atualização da área de Folga Urbanizável (Bruta e Líquida).

A **Folga Urbanizável Bruta** constitui se de uma área do território completamente livre e disponível para realizar as opções estratégicas no âmbito da revisão do PDM, enquanto a **Folga Urbanizável Líquida** permite identificar o potencial de preenchimento das áreas onde já existe compromisso urbanístico.

Espaços Urbanos e Urbanizáveis	Sigla
Áreas Consolidadas	AC
Espaços Habitacionais de Alta Densidade	HAD
Espaços Habitacionais de Média Densidade	HMD
Espaços Habitacionais de Baixa Densidade	HBD
Espaços Habitacionais de Média Densidade e Terciário	HMDT
Espaços de Terciário	TER
Espaços Industriais	IND
Espaços de Vocação Turística	TUR
Espaços de Investigação e Desenvolvimento	I&D
Espaços de Equipamento	EQ
Espaços Verdes de Recreio e Lazer	VRL

Figura 36- Legenda da folga urbanizável do concelho de Almada.
Fonte: QPO 2016 – CMA

Nos estudos de caracterização e revisão do PDM foi feita uma análise da concretização do PDM em vigor, da proposta de ordenamento nele contemplada, com o resultado da atualização da área de Folga Urbanizável (Bruta e Líquida) calculada na fase de Estudos de Caracterização, tendo em conta o quadro de referência a data, em termos de compromissos urbanísticos em vigor e previstos, e as dinâmicas de ocupação do território com relevância para esta análise.



Figura 37- Mapa de folga urbanizável do concelho e estrato da área de intervenção.
Fonte: Caderno 5 estudos de caracterização CMA

O resultado desta análise prevê para a área de estudo Vale cavala as seguintes diretrizes de Espaços:

- **Espaço Verde de Recreio e Lazer Não Programado**
- **Espaço de Investigação e Desenvolvimento Não Programado**

4.3.4 Análise Swot

Ao efetuar o diagnóstico, recorreu -se a análise swot, da situação atual da área de estudo de modo a perceber as características positivas, problemáticas, e potencialidades e ameaças, a serem exploradas no contexto da proposta de projeto para ultrapassar as ameaças a que estão sujeitos o território de estudo.

Grande valor ambiental Ecossistemas Preservados Centralidade Urbana Forte Potencial de Lazer e Cultura Revisão do PDMA Diretrizes POPPAFCC Programação de Infraestruturas para área (estudo da via T51) Atração de jovens empreendedores Criação de um polo cultural e de lazer Equipamento público Multifuncional	S	Espaço Público da Quinta da Brieira – degradado e obsoleto Território marcado por AUGIS Ausencia de Equipamentos de apoio a terceira idade Ausencia de Equipamentos de Cultura e Lazer	W
		Segregação social da população Quinta da Brieira Algumas Zonas estão sendo aterradas ilegalmente Impermeabilização excessiva do solo no Vale Cavala Aumento do numero de AUGIS	
	O		T

Figura 38 - Análise Swot

No processo da análise foi possível compreender vários pontos fracos que foram significativos para o desenvolvimento da proposta de projeto para a área de estudo:

- a) O processo de desenvolvimento do território (misto AUGI e Loteamentos),
- b) Os problemas que enfrentam a população nas suas várias dimensões (social, económica, cultural e ambiental),
- c) Identificar as zonas ecologicamente sensíveis com risco de degradação.

Diante deste resultado a análise swot foi fundamental no apoio a tomada de decisão, de forma a orientar a estratégia de planeamento da proposta de intervenção, e principalmente o modelo a ser adotado com um ordenamento de base ecológica para a qualificação equilibrada do território, com foco nos três pilares de sustentabilidade, de modo a atender as necessidades dos habitantes locais, e diminuir os riscos e as pressões atuais que está sujeita a área.

A revisão do PDMA apresenta novas diretrizes e objetivos de desenvolvimento para área de estudo, que foram analisados e levados em consideração na execução do projeto, além disso as diretrizes do POPPAFCC, que está próximo a área de estudo gera a oportunidade de sinergias entre a paisagem protegida da Arriba Fóssil e a área de estudo, além disso os estudos para a execução de uma infraestrutura viária que passará pela área são vistos como novos promotores da criação de uma nova centralidade estratégica para a Charneca da Caparica.

As ameaças diagnosticadas levam a conclusão que é necessária uma intervenção que promova a proteção da estrutura ambiental da área, e uma intervenção de requalificação de modo a promover a equidade social

Capítulo V – OBJETIVOS DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

5.1 Objetivo Geral da proposta

É relevante levar em consideração os objetivos do POPPAFCC devido a sua proximidade a área de estudo, tendo o plano uma das principais diretrizes: **“Estabelecer propostas de uso e ocupação do solo que promovam a necessária compatibilização entre a proteção e valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença, tendo em conta os instrumentos de gestão territorial convergentes na área da paisagem protegida”**

A proposta de implantação de um equipamento público para o Vale Cavala tem como base a estratégia de ordenamento de base ecológica, respeitando a estrutura ecológica (EE) da área de intervenção e das características biofísicas para a manutenção e recuperação dos ecossistemas locais, aliadas a promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

A implantação do projeto é definida a partir do respeito as condicionantes do meio natural, sendo este o componente essencial a ser valorizado na proposta, potencializando os **serviços dos ecossistemas** de modo que estes proporcionem a valorização e recuperação do território.



Figura 39-Serviços de Ecossistemas no Vale Cavala

A EEM consiste num instrumento de suporte ao planejamento e gestão e ordenamento do território, reconhece os sistemas ecológicos territoriais como base orientadora do Modelo Territorial, assumindo-se como componente ativa de desenvolvimento para os municípios.

Neste sentido a implantação da proposta de projeto para o Vale Cavala busca a implantação dos edifícios de equipamentos, atividades de recreio, cultura e lazer respeitando a manutenção e valorização do **Sistema Verde, Sistema Azul e sistema de Mobilidade**.

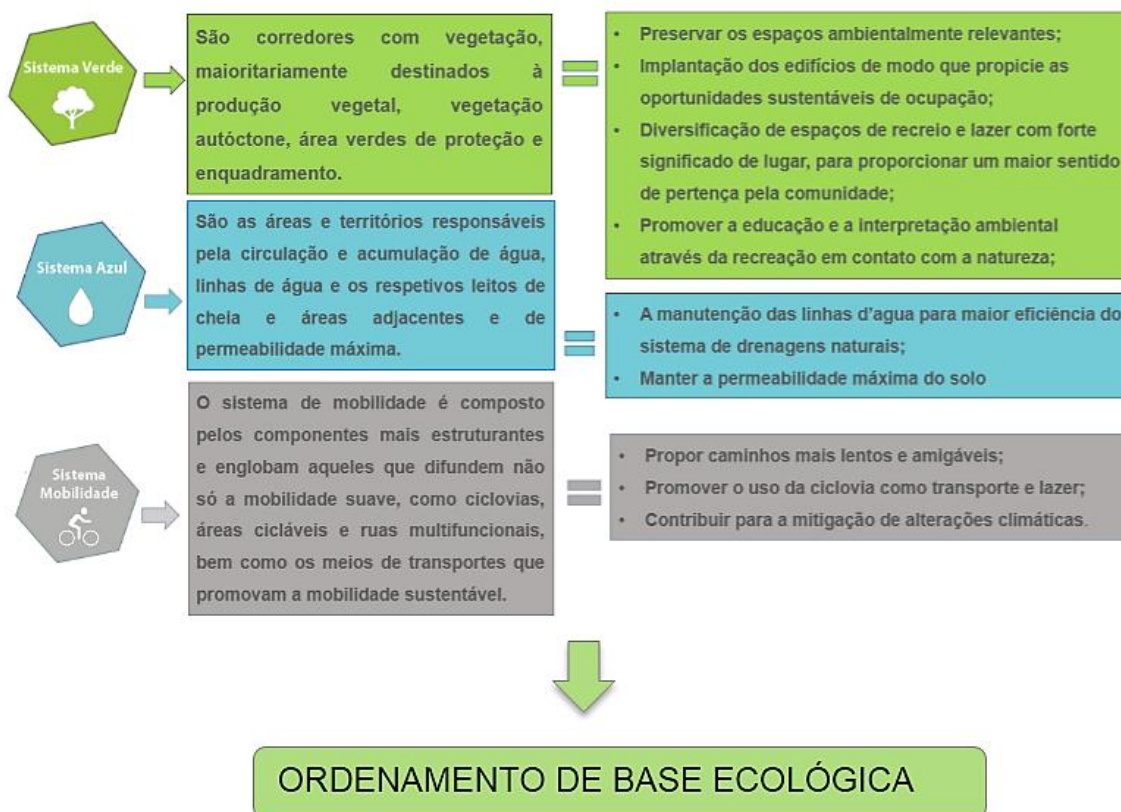


Figura 40- Esquema do Ordenamento de Base ecológica

A implantação da proposta além da valorização dos sistemas Verde, Azul e de Mobilidade tem como objetivo criar condições para a fixação de um equipamento multifuncional que seja integrador de várias atividades inseridas na área de projeto, promover a qualificação dos espaços públicos com as possibilidades espaciais de integração com as áreas verdes, de modo a promover a abertura do lugar na relação com a comunidade, como centro integrador e de utilização social pelos habitantes da Charneca da Caparica de modo a se tornar uma **nova centralidade** indo ao encontro das diretrizes para a área e Vale Cavala estabelecida no PDMA e nos Estudos de Caracterização de revisão do PDMA.

A implantação de um equipamento multifuncional na área de trabalho irá reforçar polivalências e complementaridades - algo que mais uma vez só pode ser conseguido através de uma visão global que considere os vários equipamentos no seu conjunto, bem como o seu papel polarizador no contexto da Estrutura Urbana como um todo. Assim, a contribuição positiva destes polos de atividade para a qualificação da Estrutura depende, no essencial, da sua distribuição/localização concreta e do modo como estes elementos se articulam entre si numa lógica de rede.

No sentido de conter a expansão de novas construções ilegais na área de intervenção, o layout é elaborado de modo a promover a colmatação do espaço urbano, levando-se em consideração um ordenamento de base ecológica, e definindo um traçado que contemple as condicionantes dos IGTs, melhor acessibilidade e distribuição dos espaços.

A requalificação de áreas periféricas deve apoiar-se na sua reabilitação física e na expressão dos elementos significantes da paisagem natural e arquitetura, mas também no desenvolvimento de uma cultura de pertença e de comunidade, que resulta da história e da vida em comum e que se alicerça na identidade dos bairros e na confiança e solidariedade das instituições.

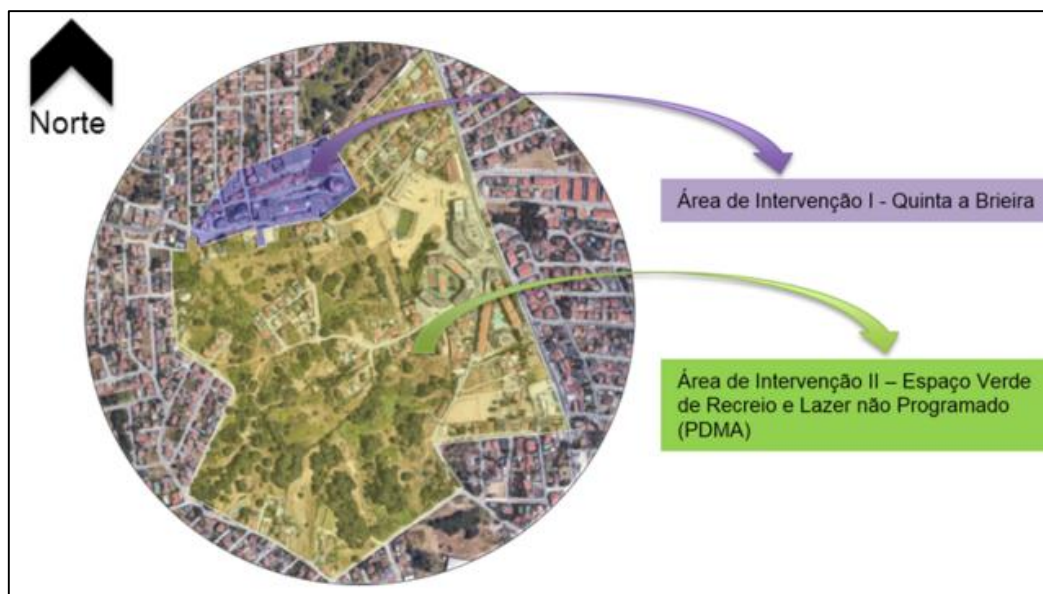


Figura 41- Área de projeto I e área de Projeto II
Fonte: Google Maps Adaptado pela autora

O loteamento da Quinta a Brieira aprovado pela CMA no final da década de 80 – foi delimitada como Área de Intervenção I

A área envolvente ao loteamento definida por um perímetro de espaços verdes e com alguns loteamentos aprovados e ou em processo de reconversão (Bairro dos Leões) – Área de Intervenção II , neste caso se sobrepõem áreas de reserva ecológica e agrícola nacional, conforme mapa abaixo:

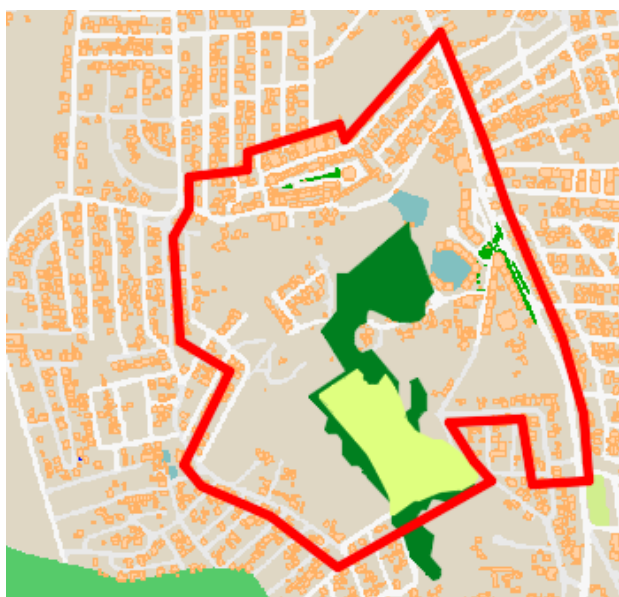


Figura 42- Sobreposição da REN (verde) e RAN (amarelo) na área de trabalho
5.1.1 Área de intervenção I – Objetivos específicos Quinta da Brieira

A Quinta da Brieira é uma urbanização que nasceu, em 1987, localizada em Vale Cavala na Freguesia da Charneca da Caparica, como resultado de uma operação de loteamento pelo Sr. António Duque Neto.

A forma de implantação dos lotes voltados para o pátio interno com um único acesso viário e acessos por escadarias as ruas adjacentes demonstra que havia a intenção de que se tornasse um “condomínio com acesso privativo”, contudo este tipo de implantação favoreceu ao isolamento da comunidade, com a envolvente.



Figura 43 - Implantação do loteamento Quinta a Brieira
Fonte: Imagem do Google Maps adaptado pela autora

As principais carências detectadas no espaço público da Quinta da Brieira são abaixo exemplificadas.

Mal estado de conservação dos acessos a área do loteamento, e no período da noite com iluminação insuficiente.

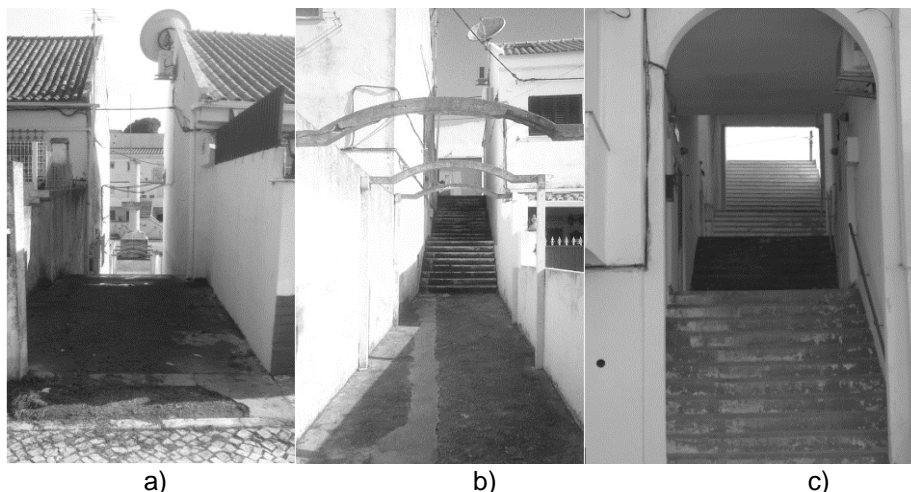


Figura 44 – Escadarias de Acesso : a) e b) Acesso Rua a Brieira c) acesso Rua Graça Pina de Moraes
Fonte: A autora (Março / 2019)

Uma deficiente programação do de espaço público que na altura do projeto previa somente os arruamentos, espaço destinado a estacionamento, escadarias de acesso as ruas adjacentes e um parque infantil, que atualmente já não existe, e ao longo dos anos a situação de abandono fez com que estes espaços públicos se agravasse .



Figura 45- Área destinada ao parque infantil
Fonte: A autora (março/2019)

A falta de manutenção e de intervenção fez com que facilmente estes espaços fossem esquecidos e abandonados progredindo cada vez mais para a situação de degradação, acontecendo o mesmo às construções das habitações, que vão sendo alteradas à medida das necessidades dos seus ocupantes ou, em alguns casos, abandonadas.



Figura 46-Imagens do espaço público do interior da Quinta a Brieira

Levando-se em consideração a configuração do loteamento e suas características locais, a intervenção que pode ser aplicada deverá ser ao nível de acupuntura urbana que irá intervir essencialmente no conjunto de carências do local em que se inserem permitindo uma recuperação mais rápida desses espaços públicos.

Jaime Lerner caracteriza a Acupuntura Urbana como o “O princípio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque tem a ver com a revitalização deste ponto e da área ao seu redor” (Lerner, 2011, p. 7).

Esta metodologia aplicada no planeamento urbano deve tentar fazer com que a cidade reaja, deve ajudar a curar, melhorar e criar reações em cadeia positivas dentro da cidade. Deve ser ajustada ao planeamento normal que necessita de tempo para alcançar mudanças, mas com uma forma de aplicação mais rápida de as efetuar, criando novas energias através de ações rápidas.

Reforçando a idéia de que essas ações **não devem ser realizadas por uma só pessoa mas por um processo participado através da coresponsabilidade.**

Hoogduyn (2014) apud Silva (2017), *refere que os autores pioneiros não indicam um método concreto para aplicar a estratégia de acupuntura urbana e neste sentido, faz uma interpretação das suas características enumerando 8 princípios que devem ser usados na estratégia de acupuntura urbana:*

- i. **Determinação do ponto sensível:** princípio definido por Solà-Morales, referindo que o primeiro passo a tomar na acupuntura urbana é a localização do ponto sensível;
- ii. **Cenário:** Princípio referido por Lerner, o autor afirma que as cidades podem ser melhoradas num espaço de 3 anos e que a responsabilidade e o desenho são decisivos nessa mudança, e que para isso mesmo deve ser proposto um cenário e um desenho que atraia a maioria das pessoas, para que ajudem a concretizar essas mudanças.
- iii. **Ato rápido:** torna-se necessário um ato rápido uma vez que os processos de planeamento tradicional demoram muito tempo.
- iv. **Participação:** surge pela necessidade de transformação, onde os agentes de transformação não são somente os tradicionais mas também as pessoas
- v. **Educar:** referente à necessidade de compreender como a sociedade percebe o ambiente construído e para isso é necessário ler a cidade do ponto de vista da sociedade para que as intervenções corretas possam ser realizadas
- vi. **Abordagem holística:** todas as disciplinas devem partilhar as suas visões a fim de criar uma estratégia de mudança.
- vii. **Pequena escala:** aqui Solà-Morales refere que a escala é relativa, muitas vezes grandes mudanças físicas consistem em projetos irrelevantes, mas que com pequenos pontos pode surgir um grande impacto.
- viii. **Criando Locais:** é sentida a necessidade de consciência do significado de um lugar dentro da estratégia a fim de criar lugares significativos.

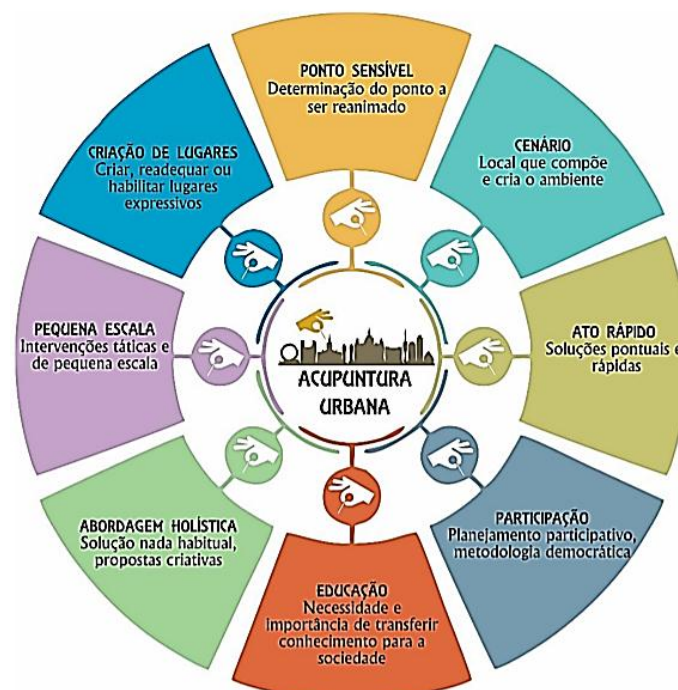


Figura 47- Relação do planejamento com acupuntura urbana
Fonte: Andrade (2017), com base em Hoogduyn (2014)

5.1.2 Área de intervenção II - Objetivos específicos - Vale Cavala

Para a área de intervenção do Vale Cavala pretende-se a criação de uma infraestrutura verde com implantação de base ecológica associada a implantação de um equipamento principal que tem como funções de um **Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade (CMASCP)**, e o **Parque Urbano Vale Cavala**, com uma ampla oferta de atividades e serviços para a comunidade para criar espaços democráticos, aumentar o acesso à cultura, e lazer, e consequentemente maior qualidade de vida.

No sentido de conter a expansão de novas construções ilegais na área de intervenção, o layout é elaborado de modo a promover a colmatação do espaço urbano, definindo um traçado que contemple os IGTs e a melhor acessibilidade e distribuição dos espaços.

O **Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade** irá reforçar polivalências e complementaridades através de uma visão global que considere os vários equipamentos no seu conjunto, bem como o seu papel polarizador no contexto da estrutura urbana como um todo, Sendo o principal fator positivo a criação de vários polos de atividades que irão contribuir para a qualificação da área envolvente de forma concreta, de modo que estes elementos se articulam entre si numa lógica de rede.

Os principais requisitos que favorece ao aspecto estruturante deste tipo de equipamento:

- Concentração de atividades fixas diversificadas associadas a espaço público pedonal qualificado;
- Maior densidade/compacidade edificatória relativamente à envolvente favorecendo sinergias;

- Proximidade a vias estruturantes;
- Valor simbólico

Para atingir estes objetivos a implantação dos diversos polos de atividade terá um programa diversificado e com espaços direcionados ao empreendedorismo, como um HUB²⁹ vocacionado para a promoção e implementação de projetos **de empreendedorismo e inovação social**, dinamizar sinergias da sociedade civil, dos agentes económicos e dos parceiros sociais, estimulando o diálogo e a cooperação entre todas as estruturas locais para reforço das redes estratégicas promotoras de desenvolvimento, empreendedorismo e inovação social no Vale Cavala e Conselho de Almada.

Promover a colaboração de pessoas que pretendam implementar os seus projetos inovadores e diversos tipos de atividades e eventos promovidos pelas entidades parceiras e autarquia, reforçando **O Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade** como uma importante centralidade de nível médio pela sua oferta de serviços e equipamentos.

O Parque Urbano Vale Cavala (PUVC) é uma proposta de projeto que contempla a manutenção e salvaguarda de áreas naturais de grande importância ecológica para o concelho de Almada, e propõe a instalação de equipamentos multifuncionais que juntos pretendem criar uma estratégia de aproximação e envolvimento da comunidade, e como uma opção de lazer e bem-estar, se configurando numa centralidade para a Charneca da Caparica e Vale Cavala.

A Implantação do projeto na área de estudo busca atingir duas escalas distintas, a escala local e a escala de cidade, com destaque a zona envolvente da Charneca da Caparica. Entretanto devido a multifuncionalidade de equipamentos implantados o Parque Urbano Vale Cavala irá se tornar um ponto de interesse a nível concelhio, atraindo pessoas de diversos pontos do concelho.



Figura 48- Mapa mental Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade

²⁹ Os Hubs São Lugares físicos para as redes sociais e produtivas, onde é possível estabelecer conectividade entre as pessoas e experiências, propícios para se reunir, trabalhar, criar, imaginar, e lazer. Funcionam através de múltiplos espaços como coworking, escolas, incubadoras, bibliotecas, e laboratórios de inovação.

CAPITULO VI - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO - Uma nova Centralidade na Charneca da Caparica – Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade Vale Cavala e Parque Urbano Vale Cavala

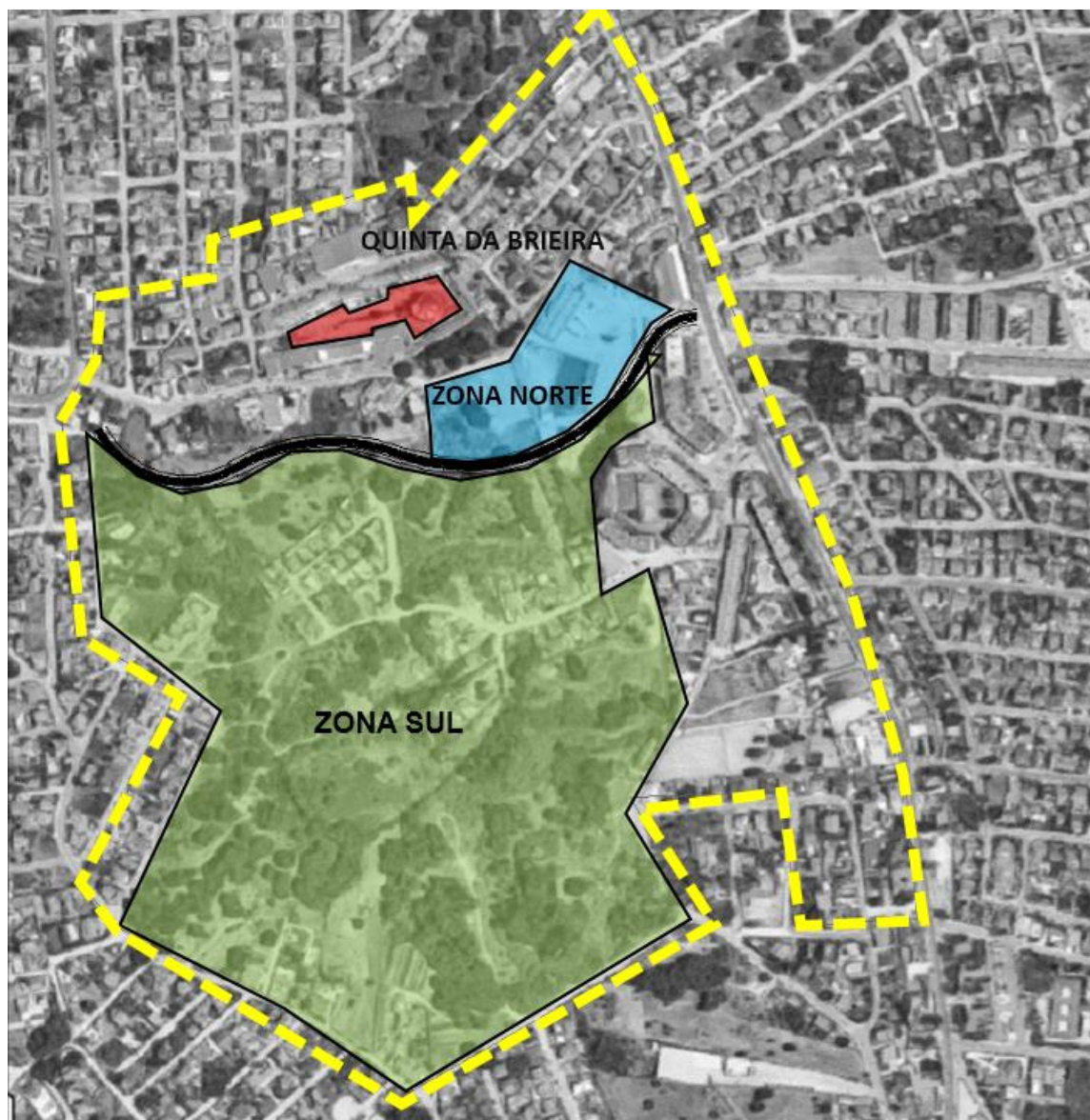


Figura 49- Delimitação das áreas de intervenção
Fonte: Imagem Google Maps adaptado pela autora

A área de intervenção II dará lugar ao projeto do Parque Urbano Vale Cavala, que está caracterizado segundo o PDMA como espaço de recreio e lazer não programado, porém existe propostas e estudos para a execução de uma infraestrutura viária (T51) que corta a área de projeto e devido os estudos para o traçado da via optou-se em dividir a Área de Intervenção II em Zona Norte e Zona Sul.

Neste caso a área de Intervenção II contempla duas áreas de trabalho: **Zona Norte e Zona Sul:**

- **Loteamento Quinta da Brieira** – Operação de acupuntura Urbana
- **Zona Norte** - implantação de equipamentos públicos, **Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade de Vale Cavala (CMASCP)** – Biblioteca Parque, Creche com Escola Jardim de Infância, Centro Dia Intergeracional e Universidade Sênior, Edifício Auditório com Empresas incubadoras e Coworking
- **Zona Sul** - Parque Urbano Vale Cavala – Remate Urbano da Área Envolvente do Parque, Túnel de Atravessamento Pedonal e Ciclável, Anfiteatro Parque Infantil, Circuito de Arvorismo, Centro de Educação Ambiental, Viveiro de Plantas nativas da Arriba Fóssil, Caminhos cicláveis e pedonal, Real clube Vale Cavala.

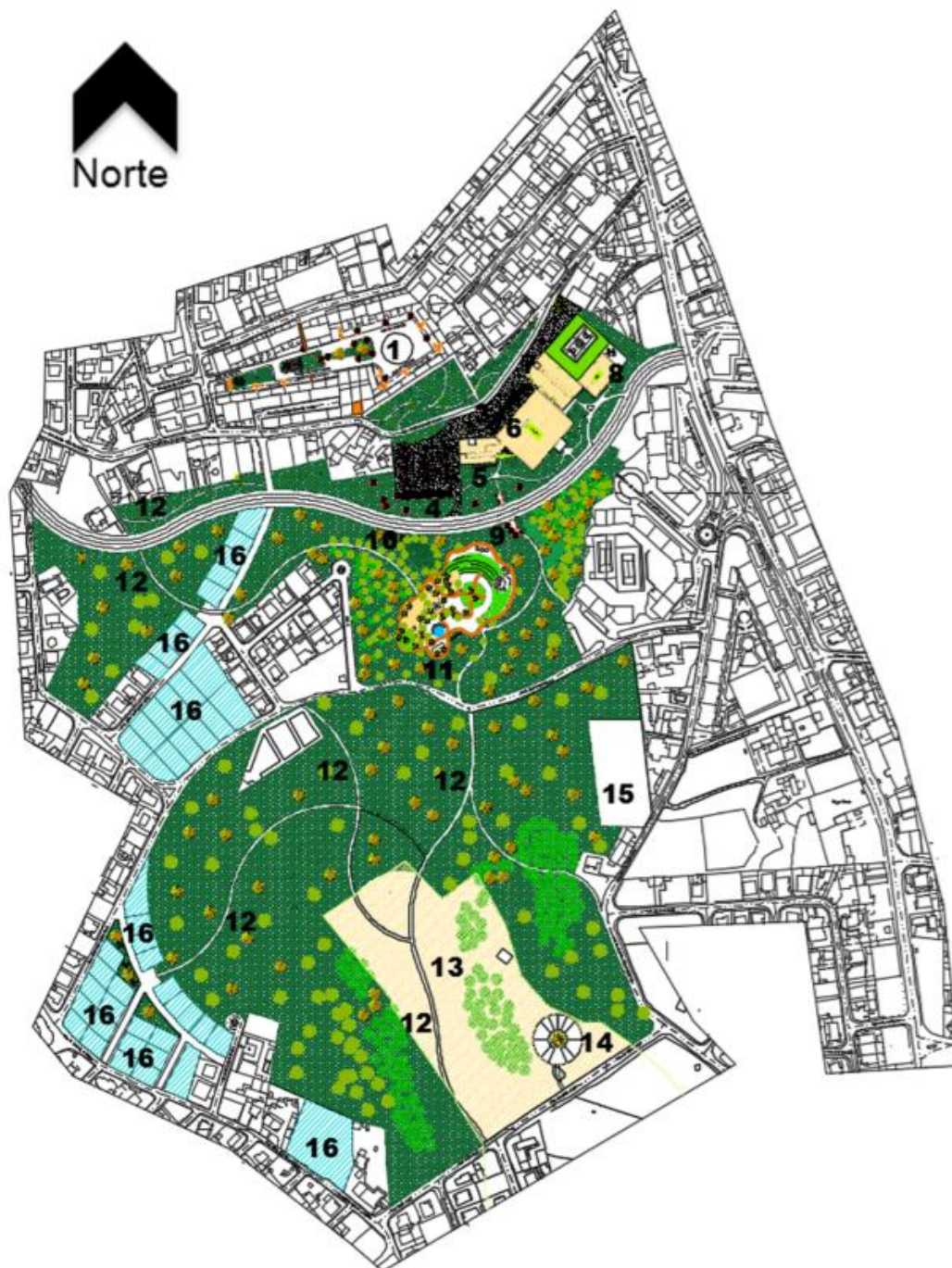


Figura 50 - Implantação da proposta

6.1 Proposta de Projeto Quinta da Brieira

A acupuntura urbana deve privilegiar recursos locais ao invés dos programas e grandes processos burocráticos, no intuito de promover que os cidadãos instalem e cuidem das intervenções, deverá ser impulsionado o processo de cima (das autarquias) de fazer a mudança, para alavancar a energia da comunidade num processo de baixo para cima de forma a curar problemas urbanos e ajudando a melhorar os espaços.

Olhando pelo ponto de vista da acupuntura urbana de intervir com soma de pequenas ações para um grande resultado em conjunto é importante referir que os principais pontos de intervenção na área de estudo são:

1. Eliminar o estacionamento na zona central do condomínio para libertar a área para criação de espaço de permanência e lazer.
2. Recuperação das calçadas para melhor circulação no espaço público
3. Requalificação das escadarias de acesso ao loteamento
4. A requalificação da área destinada ao parque infantil com a instalação de novos brinquedos e atividades.
5. Criar horta comunitária
6. Instalação de contentores de coleta seletiva
7. Melhoria da iluminação pública
8. Aumentar o número de árvores no loteamento com uma maior área permeável
9. Criação da Praça da Brieira
10. Criação de mural de arte urbana com temas a definir com a comunidade
11. Criação do Pátio da Brincadeira com pinturas no chão e atividades para crianças e adultos com o uso condicionado somente aos fins-de-semana na Praceta Graça Pina de Moraes

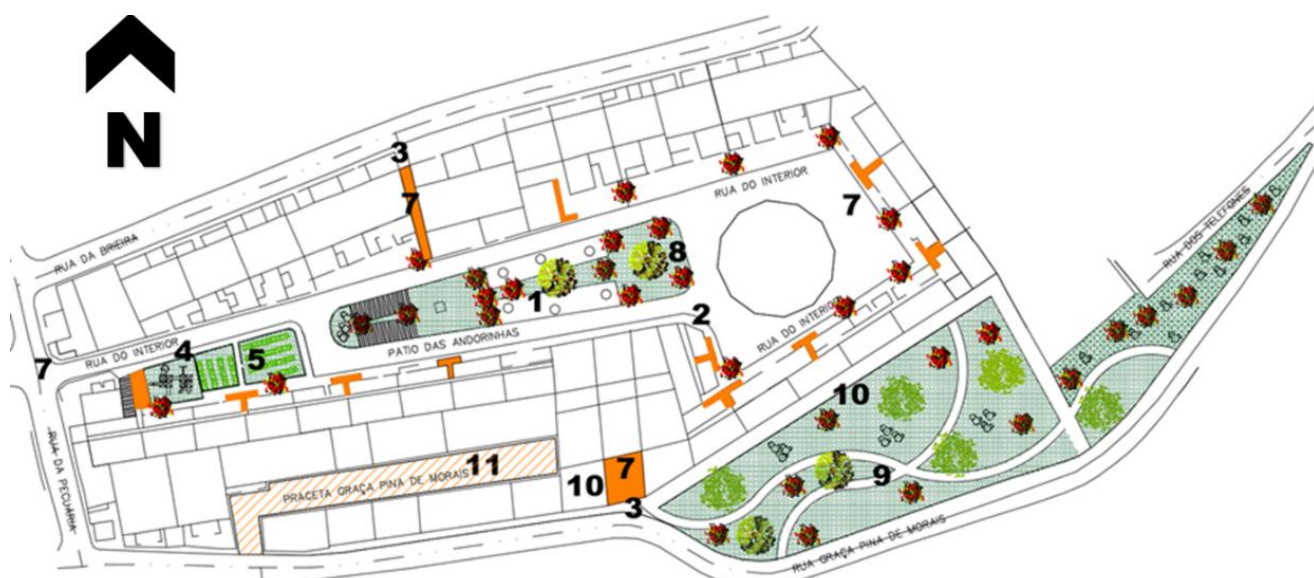


Figura 51- Planta geral de propostas de acupuntura Urbana - Quinta da Brieira

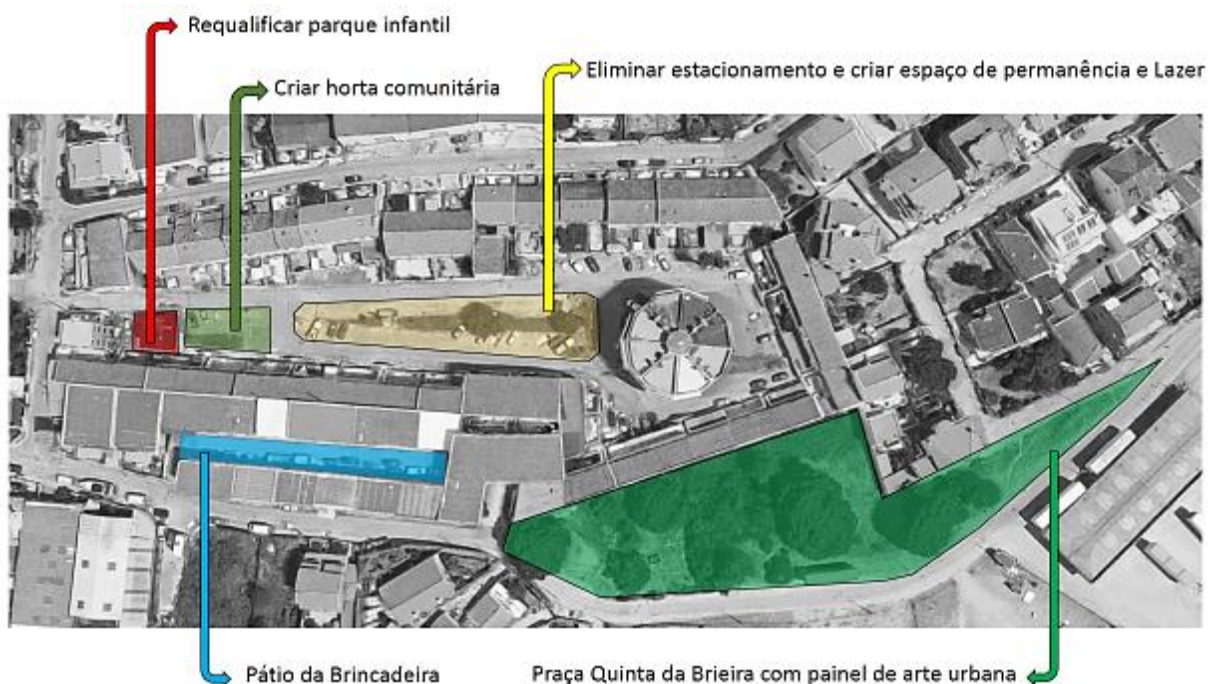


Figura 52 - Representação das áreas de Acupuntura Urbana
 Fonte: Imagem Google Maps adaptado pela autora



Figura 53- Localização de aplicação de mural em arte urbana



Figura 54: Pinturas a ser aplicadas no pátio da brincadeira

Após um diagnóstico prospectivo da situação atual do loteamento Quinta da Brieira, é importante referir que para uma efetiva proposta de intervenção no local, deve de maneira imprescindível contar com a participação e envolvimento da comunidade, para que qualquer proposta seja elaborada e posta em prática, em um trabalho em conjunto de todos os atores para o reforço da intervenção local, apostando na promoção de processos de cogovernança dos espaços públicos do loteamento com os seus residentes, incrementando o seu sentimento de pertença e bem-estar e, partilhando deveres e direitos.

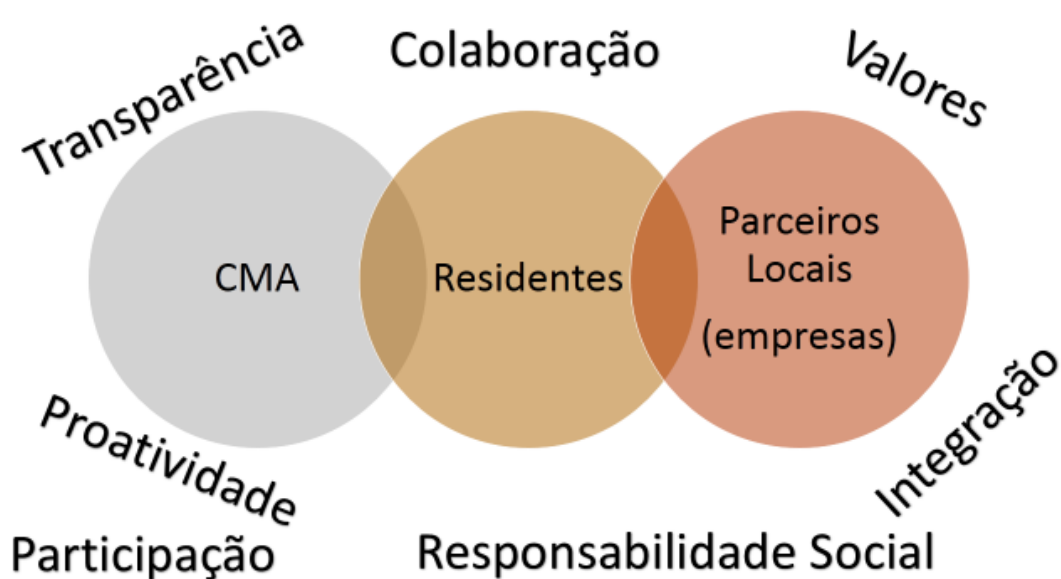


Figura 55: Participação ativa para propostas da Quinta da Brieira

A proposta de intervenção para a requalificação dos espaços públicos da Quinta da Brieira deve ser elaborada com a participação dos moradores e parceiros locais (empresas dos lotes industriais) através de uma gestão colaborativa com o objetivo de contribuir para a **valorização da imagem urbana e qualidade de vida dos cidadãos, melhorar o sentido de pertença e apropriação dos espaços**, potencializando a satisfação e a conservação dos espaços públicos e o fortalecimento de uma comunidade com vida.

Processo de Requalificação Participativa – Quinta da Brieira

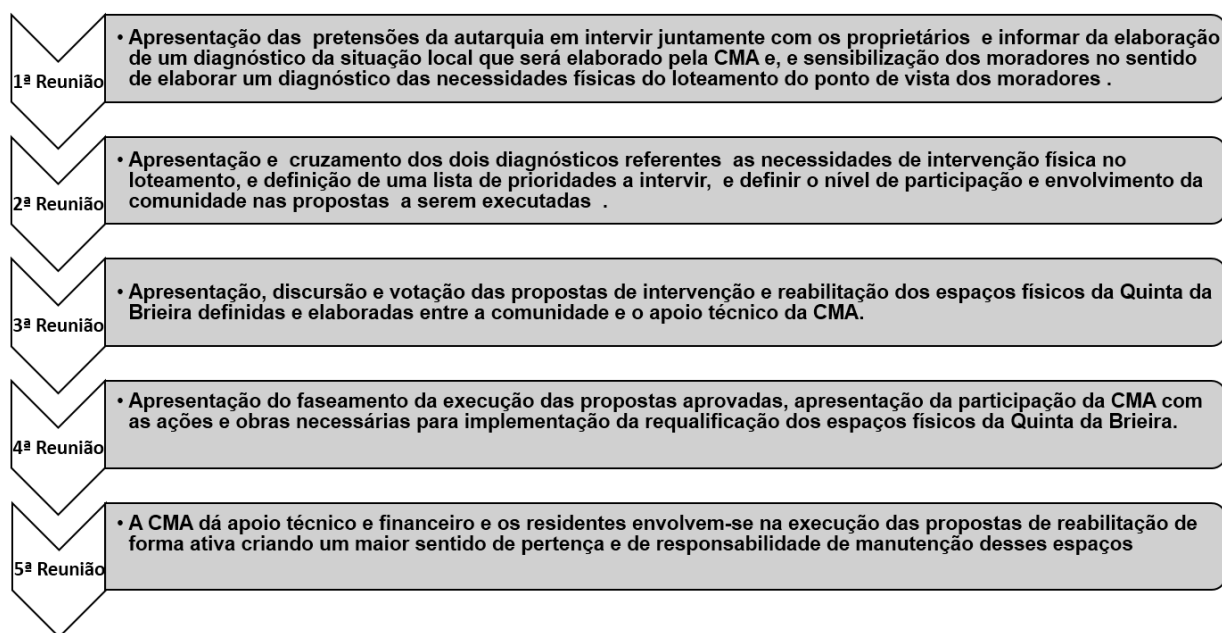


Figura 56: Etapas para a participação e elaboração das propostas da Quinta da Brieira

6.2 Proposta de Projeto Zona Norte – Centro Multifuncional de Apoio social e Cultural de Proximidade (Zona Norte)

Como já referido anteriormente a Zona Norte tem importantes características naturais preservadas e que a implantação do Centro Multifuncional de Apoio Social e Cultural de Proximidade de Vale Cavala (CMASCP) levará em consideração as condicionantes naturais do terreno com um ordenamento de base ecológica de modo a garantir a salvaguarda dos recursos naturais e proporcionar a integração entre todos os equipamentos e atividades propostas.

Para implementar os requisitos do ordenamento de base ecológica a área mais favorável a implantação do equipamento está localizada ao norte da via em estudos “T51”, pois esta área encontra-se atualmente sem grandes características naturais preservadas, além disso a localização de proximidade com a antiga E377 e consequentemente melhor acesso aos meios de transportes coletivos, neste caso será necessário a realocização do Real Clube de Vale Cavala, para uma nova área demarcada que é proposta na Zona Sul do parque urbano conforme apresentado na implantação geral.

O CMASCP será composto pelos edifícios da **Biblioteca Parque, Creche com Escola Jardim de Infância, Centro Dia Intergeracional e Universidade Sênior, Edifício Auditório com Empresas incubadoras e Coworking**, conectados entre si .

A implantação dos quatro edifícios que compõem o **CMASCP** de forma integrada tem o objetivo de que seja catalisador de um núcleo de vivência de diversas atividades voltadas a toda comunidade com acesso livre sendo facilitador da interação e troca de valores e conhecimento.

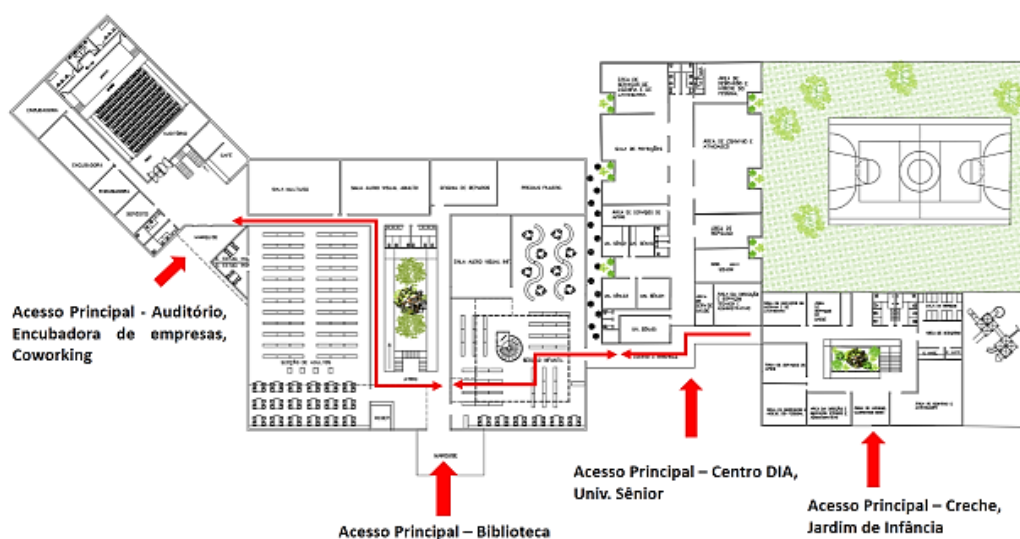


Figura 57- Imagens da área proposta para a implantação do CMASCP
Fonte: A autora Setembro/2019



Figura 58- Implantação da zona sul da área de estudo
Fonte: a autora

Além disso é importante que todo este conjunto tenha facilitado o seu acesso, e para que todas as atividades do parque se complementem e que haja uma maior segurança rodoviária para os usuários, faz parte da proposta de projeto a implantação de um túnel de passagem para o atravessamento pedonal e ciclável entre a zona sul e zona norte por baixo da via, de modo a proporcionar uma maior segurança a população.



No piso térreo os edifícios possuem entradas independentes consoante as suas funções, e ainda possuem conexão interna entre eles para potencializar a integração e uso dos edifícios em conjunto pela comunidade e usuário dos serviços ali prestados.



No piso 1 os edifícios da biblioteca e auditório além de possuir entradas independentes ao nível térreo possuem corredores internos que integram os dois edifícios.

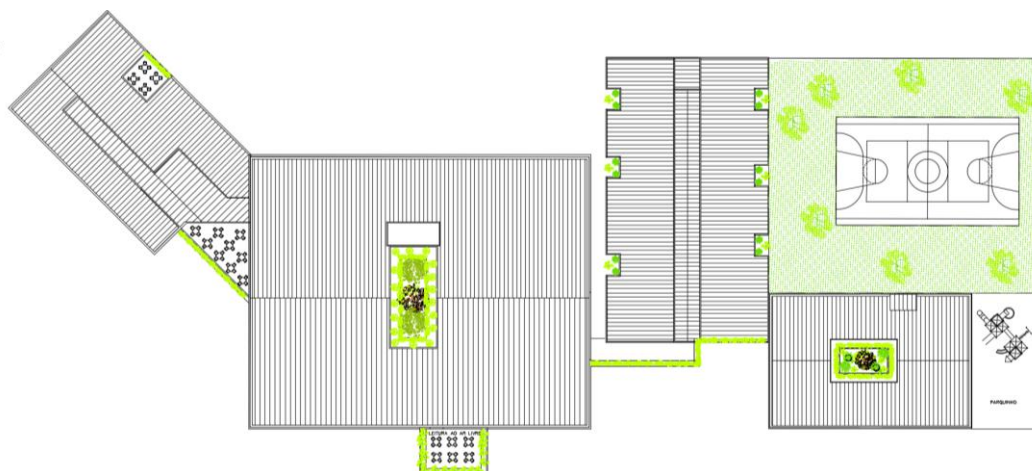


Figura 61 - Planta de Cobertura CMASCP
Fonte: A autora

O uso de fontes alternativas de água tem vindo a ser encarado como uma das medidas necessárias ao aumento da eficiência hídrica. O aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis em zonas urbanas surge como uma alternativa, simples e acessível, que visa reduzir o consumo de água potável e simultaneamente permite uma melhor distribuição da carga de água pluvial nos sistemas de drenagem urbana, minimizando assim os problemas com cheias.

A instalação destes sistemas em edifícios que apresentam uma grande potencialidade dadas as grandes áreas de cobertura.

Segundo (Roebuck, 2007) apud Sousa (2015) *O aproveitamento da água da chuva é realizado através de um sistema - Sistema de Aproveitamento de Águas Pluviais (SAAP) e inclui de um modo geral as seguintes etapas:*

1. *Captação (normalmente feita na cobertura de edifícios);*
2. *Filtragem; rejeição da primeira quantidade de água de escoamento em cada chuvada (first-flush);*
3. *Armazenamento da água da chuva em reservatório (s);*
4. *Distribuição para os diferentes locais de uso (utilização);*
5. *Descarga de excedentes (em eventos de pluviosidade intensa) e reforço da alimentação (por forma a compensar a falta de água em períodos com ausência de precipitação)*

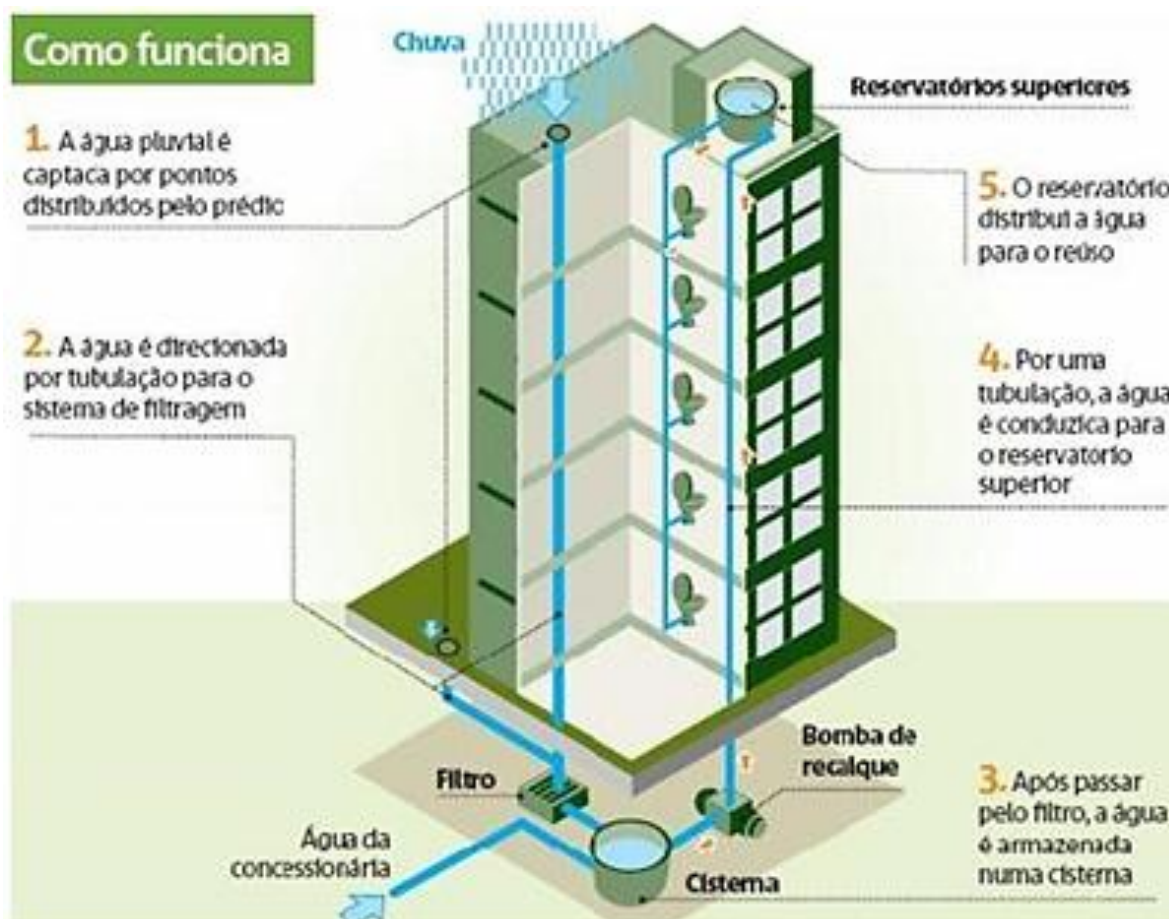


Figura 62- Representação do sistema de captação, armazenamento e distribuição de água da chuva para uso não potável
Fonte: A autora

A Proposta da instalação de um sistema de recolha de água da chuva para os edifícios que compõe a proposta de projeto do CMASCP vão de encontro aos objetivos do PNUEA – 2012, assente em três princípios fundamentais a ser alcançados: **eficiência hídrica, sustentabilidade e eficiência energética**, com um quadro de referência para o período de 2012-2020 que possui um conjunto de 87 medidas específicas, metade são Aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis em zonas urbanas, e um dos 7 objetivos específicos para o setor urbano é a **redução ao mínimo do uso de água potável em atividades que possam ter o mesmo desempenho com águas de qualidade alternativa e de outras fontes que não a rede pública de água potável**.

Se tratando de edifícios que serão construídos de raiz e aproveitamento de águas pluviais (SAAP), visando promover técnicas sustentáveis de construção e de edifícios mais eficientes, como incentivo à redução do consumo de água potável em usos que não o justifiquem, procurando garantir o futuro da sustentabilidade hídrica.

6.2.1 Biblioteca parque de 3ª geração

No passado a busca pelo conhecimento restringia-se as fontes disponibilizadas pelas bibliotecas, atualmente com o aparecimento da internet e a introdução de novas tecnologias de pesquisa os meios

de pesquisa se multiplicaram, e a busca pelo conhecimento não está mais ligada a um equipamento físico, podendo ser se ter acesso a informação de diversas formas e em qualquer lugar.

A internet e o desenvolvimento tecnológico aumentaram os tipos de suporte de pesquisa e acesso a informação, ou seja, a mudança do usuário no método de pesquisa fez com que as bibliotecas sofressem as adaptações e nas fontes de pesquisa e hoje o acervo passa a ter outros meios de pesquisas como vídeos, materiais iconográficos, e acesso a internet.

A biblioteca atual deixou de ter imagem associada a um depósito de livros, silencioso, mas atualmente passa a ser vista como um espaço de inclusão social, multiuso com um programa variado de atividades aglutinadoras do conhecimento, e principalmente onde os usuários possam interagir com o conhecimento de modo a promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvente, fortalecer os vínculos e fortalecer o capital humano e desenvolvimento pessoal e coletivo.

O espaço da biblioteca moderna deverá envolver-se plenamente na comunidade em que está inserida permitindo um total usufruto dos seus serviços, novos e tradicionais, deve ter um programa multifuncional que possa assumir novos usos, em espaços flexíveis e variadas funções de modo a atrair cada vez mais usuários em diversos horários, consolidar a relação entre a cultura e educação tornar-se lugar de encontro com apropriação ativa das suas comunidades na partilha de experiências de valorização da cultura, formação da cidadania e reforço da identidade local.

No Programa Estratégico Biblioteca XXI, realizado pela Câmara Municipal de Lisboa a biblioteca de 3ª geração é descrita como um ambiente que:

*“Contribui para **reforçar as redes sociais da comunidade** e permite **diminuir situações de isolamento social**, tornando as bibliotecas como um recurso chave da comunidade, **um local de encontro onde se podem juntar e partilhar interesses** e **um centro do desenvolvimento comunitário**.*

*Torna-se, assim, necessário que as bibliotecas públicas municipais incorporem **novas funcionalidades e uma vasta gama de serviços de apoio à comunidade**, dirigidos a todas as idades e a todos os níveis socioculturais, por forma a responder aos novos desafios enunciados, o que **implica uma nova arquitetura dos espaços e a correlativa organização funcional, com repercussão no aumento das áreas de construção, de acordo com padrões recomendados internacionalmente**.*

A biblioteca de bairro deve proporcionar uma relação de proximidade, ajustada às características, especificidades, necessidades e interesses das comunidades envolventes e que possam se apropriar dos espaços, dos recursos, dos projetos e serviços disponibilizados por estes equipamentos.

A biblioteca parque permite uma conexão entre os espaços internos e externos proporcionando ao seu entorno uma maior dinâmica dos espaços públicos, funcionando além de suas funções, como um agente de revitalização urbana.

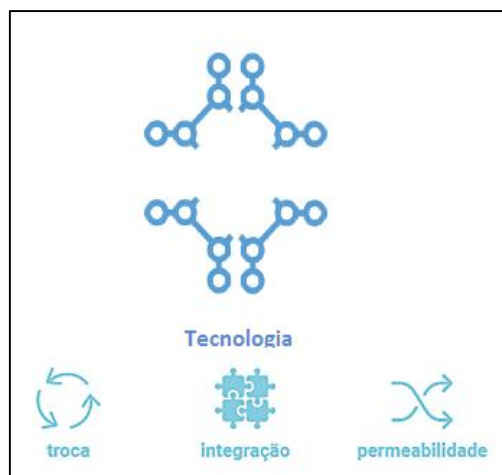


Figura 63- Conceito adotado para da biblioteca parque
Fonte: A Autora

6.2.2 Referências de Inspiração – O caso da Colômbia

A BibloRed é uma rede de 19 bibliotecas criada em 1998 na cidade de Bogotá, desde que surgiu, tem sido um fator positivo para a melhoria da qualidade de vida em Medellín: o planejamento destes equipamentos são integrados a planos de desenvolvimento urbano, para promover práticas educativas, culturais e sociais de seus bairros circundantes funcionando como pontos de transformação e fortalecimento das comunidades e culturas locais e possibilitar o acesso a uma população que está inserida num contexto de desigualdade social, a possibilidade de uma nova realidade de esperança e acesso ao conhecimento nos espaços para uma nova construção da cidadania.

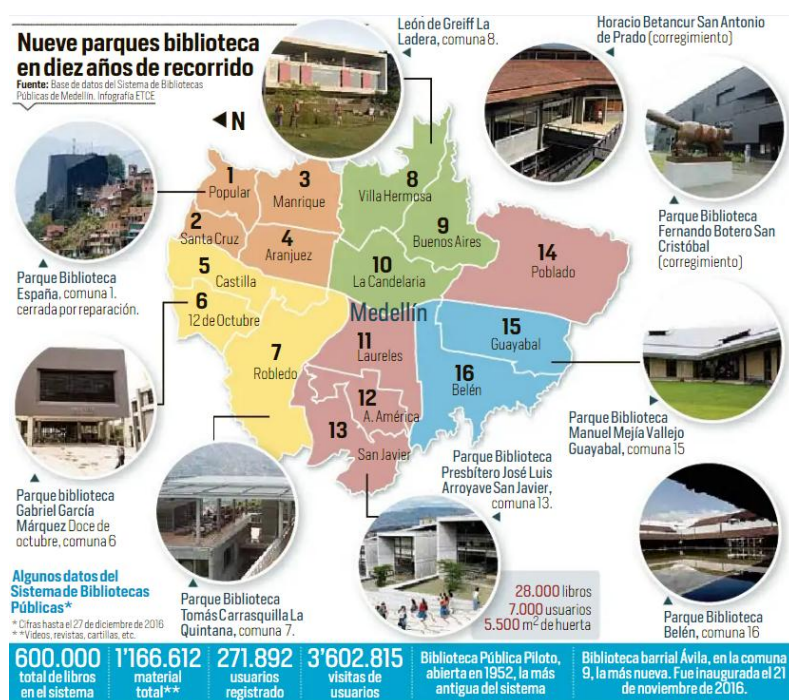


Figura 64- Rede de Bibliotecas parque Biblored
Fonte: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-16783323>

Para o prefeito de Bogotá, Enrique Peñalosa, “as bibliotecas fazem com que a cidade seja mais igualitária e mais sustentável nas questões sociais, porque permitem o acesso de todos ao conhecimento”, e Carlos Hoyos, diretor da Biblioteca Virgilio Barco reforça a importância destes equipamentos quando afirma que: “A nova biblioteca, como a rede a propõe, é um espaço de encontro e construção coletiva, mas também de entretenimento. As pessoas já não vêm apenas para trabalhar”³⁰.

A principal meta do programa implementado pela Colômbia é estabelecer relações com a comunidade no entorno, criar um movimento diário, construir espaços que dignifique o encontro entre gerações, de forma democrática que o incentive a um comportamento diferente, para a formação de uma comunidade empoderada e proativa na construção da cidadania, de modo a permitir que aqueles que não dispõem de recursos possam trabalhar usando as instalações do equipamento, bem como ter acesso a livros que não poderiam comprar e participar de cursos e atividades culturais gratuitas.

As bibliotecas da Colômbia, além da sua função formal caracterizam-se e diferenciam-se por se tornar centros de atividades culturais, incluindo espaços para atividades como exposições de arte, recitais de música, exibições de filmes, acesso gratuito a computadores, cursos de artesanato, cursos de ioga, alfabetização, informática e hortas urbanas até oficinas de leitura, bem como de escrita tradicional e em braille, concertos, shows e peças de teatro.



Parque Biblioteca Presbiteriano José Luis Arroyave Restrepo

- Empréstimo de material bibliográfico e audiovisual
- Sala: Meu Bairro
- Sala infantil - Sala de
- Consultas para adultos
- Sala de literatura
- Sala de exposições
- Exposições
- Promoção da leitura Eventos artísticos e culturais
- Acesso gratuito a salas oficinas de capacitação
- Empréstimo de salas de aula e oficinas

Figura 65- Programa da biblioteca Presbiteriano José Luis Arroyave Restrepo

Fonte: <https://reddebibliotecas.org.co/bibliotecas/parque-biblioteca-presb%C3%ADtero-jos%C3%A9-luis-arroyave-san-javier>

Esta oferta diversificada de atividades, transforma estes equipamentos em centros dinâmicos dos bairros e localidades aos quais pertencem.

As quatro principais bibliotecas da rede estão localizadas em parques públicos, de modo que, ao redor do prédio onde as atividades intelectuais ocorrem, há espaços para atividades físicas e recreação.



Figura 66 - Programa da biblioteca León de Greiff - La Ladera

Fonte: <http://www.elequipomazzanti.com/es/proyecto/leon-de-greiff/>

Em Portugal compete à Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), no âmbito do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), planear e acompanhar as medidas da política para o setor, em articulação com os municípios, aos quais compete a tutela e gestão das bibliotecas. Decorrente das suas atribuições, elabora e promove a aplicação de orientações técnicas e normativas; acompanha projetos nas suas diferentes fases; apoia a criação de novos serviços; procede à monitorização e avaliação dos existentes e promove a cooperação a nível local regional, nacional e internacional que contribua para a qualidade e inovação dos serviços prestados pelas bibliotecas públicas.³¹

A constituição de uma rede nacional de bibliotecas públicas, tem por base o concelho, que integra uma Biblioteca Municipal esta deve estar localizada na sede daquele, em zona central ou muito frequentada e polos em diferentes localidades do município, de acordo com o número e a distribuição dos seus habitantes.

Nas bibliotecas apoiadas no âmbito deste projeto:

³¹ <http://dglab.gov.pt/bibliotecas/>

- O Acervo de diferentes suportes devem, de forma coerente, pluralista e atualizada, cobrir todas as áreas do conhecimento;
- A documentação deve estar em livre acesso e disponível para empréstimo domiciliário;
- Toda a informação deve estar integrada num sistema de consultas, no qual seja possível identificar facilmente os documentos disponíveis e que possibilite a reserva eletrónica de documentos;
- O layout da biblioteca deve apresentar-se de forma lógica e atrativa, e dotada de mobiliário e equipamento adequados;
- Deve atender às necessidades dos vários públicos com espaços e equipamentos apropriados, que lhes permitam consulta da documentação existente, acesso a fontes de informação remotas, mas também a realização de outro tipo de trabalho individual,
- Deve possuir pessoal suficiente para permitir um horário alargado e ajustado às necessidades da comunidade, em número, em especialização, diversidade dos serviços da biblioteca.

Estão definidos três programas-tipo de bibliotecas – B.M.1, B.M.2, e B.M.3 – servindo, respetivamente³²:

– B.M.1 : concelhos com população inferior a 20 000 habitantes

– **B.M.2 : concelhos com população entre 20 000 e 50 000 habitantes**

– B.M.3 : concelhos com população superior a 50 000 habitantes

Os programas-tipo, apresentam dimensões mínimas de referência para cada tipo de biblioteca, para servir de ponto de partida para o desenvolvimento dos projetos tendo em conta a população de cada concelho e ou área de implantação. Poderão ser objeto adaptações em função das características demográficas da área de implantação.

Em casos de população dispersa como no caso da Freguesia da Charneca da Caparica e Sobreda, que juntas possuem vários núcleos urbanos, o dimensionamento da biblioteca deve ser elaborado tendo em conta a população sobre os quais, pela sua proximidade e por razões escolares ou laborais, possa exercer forte atração.

Por outro lado deve ter em consideração que este tipo de equipamento deve ter uma função centralizadora, capaz de cobrir de forma efetiva toda a área da freguesia.

No concelho de Almada as bibliotecas públicas, estão na sua maioria implantados no centro histórico do concelho, o que faz com que a população que se encontra nas freguesias mais afastadas da zona central do concelho não tenham acesso a este tipo de equipamento.

Para a área de estudo em Vale Cavala pretende-se adotar o programa tipo de bibliotecas **B.M.2: concelhos com população entre 20.000 e 50.000 (Ver anexo X)** habitantes, levando-se em consideração que a implantação deste equipamento estará fora da sede do concelho, mas estará inserida na freguesia que apresenta um dos maiores crescimentos populacionais nos últimos censos e

³² PROGRAMA DE APOIO ÀS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS: acedido: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/Doc01_ProgramadeApoio2009.pdf

um elevado índice de população jovem (INE2011), além de que pretende-se a adaptação para outras funções de modo a criar uma multifuncionalidade dos espaços.



Figura 67- Imagem da planta baixa do piso 0 – Biblioteca, Auditório, Cowoking e incubadoras
Fonte : A autora



Figura 68-Imagem da planta baixa piso 1 - Coworking incubadoras, biblioteca adulto e biblioteca infantil, ect
Fonte : A autora, setembro/2019

6.2.3 Espaços de “coworking”

Na década de 90, ocorreu a popularização da internet, e o surgimento de novas áreas de trabalho relacionadas a comunicação e informação. Isso fez com que houvesse uma mudança de comportamento do mercado do trabalho e no ambiente corporativo, e principalmente a localização do espaço físico laboral.

A internet proporcionou uma menor sensação de distância física, o que antigamente somente era resolvido pessoalmente nos tempos atuais pode se resolver através da transmissão de mensagens escritas de um computador para outro computador via internet .

Além disso o aumento progressivo do acesso a internet favoreceu a conexão e interação entre as pessoas de forma global, está redefinindo a forma como nós fazemos o uso dos recursos que existem ao nosso redor.

A Economia Compartilhada surgiu como um novo modelo social e econômico fundamentado no **compartilhamento de recursos humanos, físicos ou intelectuais**.

É através de plataformas da internet que são gerenciadas várias empresas com foco na **Economia do compartilhamento** ou **economia compartilhada**, que vem sendo cada vez mais usadas para descrever atividades humanas voltadas à produção de valores **de uso comum** e que são baseadas em novas formas de organização do trabalho, **no compartilhamento de bens, espaços e instrumentos**, de maneira mais sustentáveis com ênfase no uso e não na posse.

Neste sentido o Coworking que é um espaço de trabalho compartilhado faz parte da economia de partilha, facilitar a integração e a aproximação de pessoas com interesses mútuos em um ambiente partilhado e vai além da diminuição dos custos para cada empresa ou usuário, tem como principal objetivo de criar uma rede, que compartilha conhecimento e experiências entre si, na busca do fortalecimento da sua marca com os parceiros de escritório, e a possibilidade de novos negócios entre as empresas.



Figura 69- Espaços coworking

Fonte figura 70: <https://www.impacthubrecife.com/blog/espaco-de-coworking/>

O coworking é um espaço com o conceito recente e traz consigo uma série de consequências para o mercado de trabalho ainda incompreendidas, tanto pelos adeptos quanto aos estudiosos da área de administração, economia e empreendedorismo, por exemplo, onde o tema é mais recorrente.

Para G. Quaresma e C. Gonçalves (2013) apud Pinheiro o coworking é “ um grupo de pessoas que trabalham no mesmo espaço, independentes umas das outras, mas que partilham formas de estar, valores e sinergias. Os espaços de coworking são “o cruzamento do escritório Virtual e do homeoffice, em ambientes de trabalho livres que favorece mais facilmente ao networking³³ .

Normalmente nos coworking instalam-se diferentes tipos e tamanhos de empresas e ramos empresariais, mas na maioria são pequenas empresas, Start Up, freelancers que compartilham e interagem no mesmo espaço.

As principais vantagens de trabalhar em um espaço compartilhado são:

- Maior produtividade, devido ao ambiente preparado para o trabalho;
- Maior motivação, devido à interação humana;
- Partilhas com colegas que poderão melhorar os projetos;
- Ambiente profissional para receber clientes;
- Expansão de network pessoal e profissional.

6.2.4 Incubadoras de empresas culturais e de Inovação social – Incentivo ao empreendedorismo e a inovação social

Segundo Lalkaka, 2003 , apud Baeta, Borges e Trembley (2006) o conceito de incubadora é :

“ a denominação utilizada para definir o espaço institucional para apoiar a transformação de empresários potenciais em empresas crescentes e lucrativas. As incubadoras promovem oportunidades para o desenvolvimento tecnológico do processo produtivo e oferecem aos novos empreendedores, além de espaço físico e os serviços de escritório, o apoio administrativo, aconselhamento e consultoria gerencial e de marketing”.

As empresas incubadoras destaca-se dentre vários mecanismos de apoio para a criação de pequenas e médias empresas que, além de incentivar o desenvolvimento de negócios deste porte, buscam capacitar os empreendedores na gestão do empreendimento.

³³ Networking é uma palavra em inglês que indica a capacidade de estabelecer uma rede de contatos ou uma conexão com algo ou com alguém. É um sistema de suporte onde existe a partilha de serviços e informação entre indivíduos ou grupos que têm um interesse em comum.(<https://www.significados.com.br/networking/>)
Acedido 18/09/2019 as 10:00hs

Acredita-se que a empresa instalada em uma incubadora tende a apresentar maiores chances de sobrevivência, devido o propósito de estimular o surgimento de negócios resultantes de projetos tecnológicos desenvolvidos no interior dos centros de pesquisa universitários ou não.

Carmo & Nassif (2005) apud Varejão (2013) a tipologia de incubadora possui dez tipos são eles:

Tecnológica	• Apoiar empreendimentos cujos produtos e serviços resultem de pesquisa científica
Tradicional	• Apoiar empreendimentos com tecnologia já difundida
Mista	• Apoiar empreendimentos de base tecnológica tradicionais
Sectorial	• Apoiar empreendimentos de apenas um sector da economia
Cultural	• Apoiar empreendimentos da área cultural
Agroindustrial	• Apoiar empreendimentos de produtos e serviços agropecuários
Cooperativa	• Apoiar cooperativas no processo de formação e/ou consolidação
Social	• Apoiar empreendimentos de natureza social
Rural	• Apoiar empreendimentos localizados em áreas rurais
Virtual	• Apoiar empreendimentos através de serviços de acessoria mas sem infraestrutura

Figura 70- Tipos de Incubadoras
Fonte: Varejão 2013

6.2.5 Centro DIA intergeracional e Universidade Sênior

Portugal tem registado, nos últimos 20 anos, um envelhecimento progressivo da população. Entre 1991 e 2011, Portugal passou de um índice de envelhecimento de 70% para 125%, uma tendência também prosseguida no contexto dos países da União Europeia, ainda que com menor expressão. Este envelhecimento verifica-se, de forma generalizada, em todo o território nacional continental, embora de forma mais expressiva nas regiões do Centro e do Alentejo.

O aumento da esperança média de vida tem-se refletido no aumento do índice de longevidade nas últimas décadas. E as famílias clássicas constituídas por um só elemento idoso (+ 65 anos), na sua grande maioria mulheres, aumentaram nas últimas décadas (uma taxa de variação de 30,8% entre 2001 e 2011), representando, em 2011, cerca de 10% face ao total de famílias clássicas e 46,9% face às famílias clássicas unipessoais.

No que respeita à qualidade de vida das pessoas idosas, assinalam-se um conjunto de dificuldades associadas à realização das atividades da vida diária, sendo a locomoção e a visão as mais expressivas.

Entre 1996 e 2013, as respostas sociais dirigidas à população idosa tem evoluído de forma positiva, em virtude quer do aumento do número de respostas e de lugares disponíveis, quer do nível de cobertura. Contudo, o crescimento da taxa de cobertura efetiva tem sido lento, atendendo às tendências demográficas e de envelhecimento verificadas.

As respostas sociais abrangem o envelhecimento ativo dirige-se à população sénior mais capacitada, através de diversos programas, de âmbito nacional (e.g. Universidades Seniores) e local, como sejam a prestação de voluntariado em locais de proximidade e ações que emergem da sociedade civil.³⁴

Segundo Ferreira (2011) Apud Sequeira (2014) “A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) define o envelhecimento ativo como “ a capacidade de as pessoas que **avançam em idade levarem uma vida produtiva na sociedade e na economia**, realçando a necessidade de o indivíduo prosseguir ativamente no mercado profissional, desde que as condições deste acompanhem o seu processo de envelhecimento.

As relações intergeracionais implicam o convívio e o relacionamento entre várias gerações, podem ser relações familiares que envolvem mais que uma geração, e relações de trabalho ou de amigos que podem ter idades diferentes, mas normalmente quando se refere as relações intergeracionais pensa-se de imediato nas relações entre jovens e idosos.

Para o idoso é importante o contacto social com outras gerações e manter-se envolvido na sociedade e sentir-se valorizado.

Os programas que promovem as relações intergeracionais são importantes para todas as faixas etárias envolvidas, e possuem objetivos comuns para os idosos e os mais jovens, minimizam as perdas do processo de envelhecimento, promove a inclusão e valorização pessoal, a partilha de conhecimentos, habilidades e valores humanos, despertar na criança um novo olhar sobre os mais velhos, manter vivos na memória dos mais novos jogos e brincadeiras tradicionais e promover a aquisição de conhecimento através de educação informal.



Figura 71- Diretrizes projetuais para o Centro intergeracional
Fonte: A autora

Neste contexto os centros intergeracionais pretende dar resposta social que se destina a Indivíduos de ambos os sexos e com idades dos 2 a maiores de 65 anos, com uma variedade de atividades planeadas, como música, dança, arte, almoço, contação de histórias ou apenas uma visita.

34 Habitat III - Relatório Nacional Portugal acedido: http://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/pt_unabitatii_nationalreport_2016_08_04_pt.pdf

A realização de atividades intergeracionais gera benefícios a todos os envolvidos podendo ser divididas:

Para as crianças;

- Aprender sobre o processo normal de envelhecimento
- Aceitar pessoas com deficiência
- Estar envolvido com pessoas separadas por duas ou três gerações
- Fazer parte de uma família alargada
- Ajudá-los a reduzir o medo de idosos
- Receber e dar atenção e amor incondicional e ilimitado

Para os idosos;

- Melhorar no estado de espírito e humor
- Contribuir para melhoria da qualidade de vida dos idosos e das famílias;
- Prevenir situações de dependência e promover a autonomia;
- Fomentar relações interpessoais ao nível dos Idosos e destes com os outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- Promover a continuidade ou o restabelecimento das relações familiares e de vizinhança;

Para a comunidade;

- Laços e amizades mais estreitos na comunidade;
- Promove parcerias entre diferentes grupos / organizações;
- Quebra estereótipos e barreiras que existem entre gerações;
- Tradições aprimoradas e cultura das comunidades;
- Amplia a rede profissional e aprimora as oportunidades de carreira;
- Amplia a compreensão da comunidade sobre outras faixas etárias;



Figura 72-Atividades intergeracionais

Fonte: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/criancas-sao-estimuladas-adquirir-habilidades-convivio-idosos/>

O Centro Dia é um equipamento que é para dar resposta social com a oferta de um conjunto de serviços e atividades que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

O Centro de Dia enquanto resposta social desenvolve-se em equipamento que funciona durante o dia, e presta um conjunto de serviços que vão desde a satisfação das 23 necessidades básicas, ao apoio psicossocial, à animação sociocultural **e a outras atividades que tem como intuito a fomentação das relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com os outros grupos etários**, no sentido de contrariar o isolamento.

A criação do Centro de Dia deve ter como premissas a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, que estas se possam manter nos próprios domicílios, e principalmente evitar o isolamento do idoso.

A implantação do Centro Intergeracional DIA no projeto do **CMASCP** tem como objetivo de promover a inclusão do idoso na vida social de forma ativa e participativa de forma alargada além do seu convívio familiar, a convivência entre os idosos e funcionários, entre os idosos e as crianças, entre os idosos e a comunidade envolvente, de modo a promover cada vez mais intergeracionais que são tão benéficas para todos.



Figura 73- Plantas de estudo preliminar Centro DIA Intergeracional
Fonte: Elaboração da autora

6.2.6 Creche e Escola do Jardim de Infância

A creche é um equipamento que surge para dar resposta social às famílias que, pela sua estrutura familiar, e condições de trabalho estão impedidas de acompanhar as crianças, com idade inferior a 3 anos (idade de pré-escolar), durante grande parte do dia, com os seguintes objetivos ³⁵:

- a. Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;
- b. Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança;
- c. Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança;
- d. Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- e. Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva;
- f. Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade”

E portanto este equipamento servirá como suporte a estas família com um espaço programado para que a criança seja acolhida, amada e respeitada na sua originalidade e ajudada a crescer harmoniosamente.

As atividades desenvolvidas na creche são direcionadas a garantir, essencialmente, que as experiências e rotinas diárias da criança assegurem a satisfação das suas necessidades, sendo os principais objetivos a ser cumprido por este equipamento:

- Promover necessidades físicas (alimentar, dormir, movimento, descanso);
- Estimular as relações afetivas (proximidade física, ser abraçado, ligações afetivas);
- Promover a segurança (clareza, referências e limites, confiança)
- Favorecer o reconhecimento e afirmação (sentir-se aceite e apreciado, ser escutado, respeitado, ser parte de um grupo, sentimento de pertença);
- **Estimular a socialização e a educação para os valores (perceção de sentido, sentir-se bem consigo próprio, ligação com os outros e com o mundo);**

O Jardim de Infância irá dar continuidade a um ciclo educativo e que segundo os objetivos e finalidades e objetivos de acordo com a Lei-quadro da Educação Pré-escolar (Lei nº 5/97), é descrito:

“A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita

³⁵ Portaria n.º 262/2011, de 31 de Agosto, onde se delineiam os atuais objetivos para a creche.

cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.”

Neste sentido pode se evidenciar os principais objetivos a ser cumprido por este equipamento no ciclo da educação infantil:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democráticas numa perspectiva de educação para a cidadania;
- **Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos**, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso de aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade;
- **Promover atividades intergeracionais com objetivos de respeito ao idoso.**

A proposta da instalação de uma creche no CMASVC além de atender a demandas sociais da freguesia ao nível de apoio social pretende-se que o projeto pedagógico seja integrado a intergeracionalidade em estreita parceria com o centro DIA do idoso e com a Universidade Sênior, para além de atender a questão social seja um instrumento de fortalecimento da como uma nova centralidade na Charneca da Caparica.

A proposta de projeto é nível de estudo preliminar e teve como base para dimensionamento o documento da Segurança Social – Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais – Creche³⁶, o estudo apresentado tem capacidade para 33 crianças e mais e 60 crianças para o Jardim de infância

³⁶ http://www.seg-social.pt/documents/10152/13337/rtes_creche

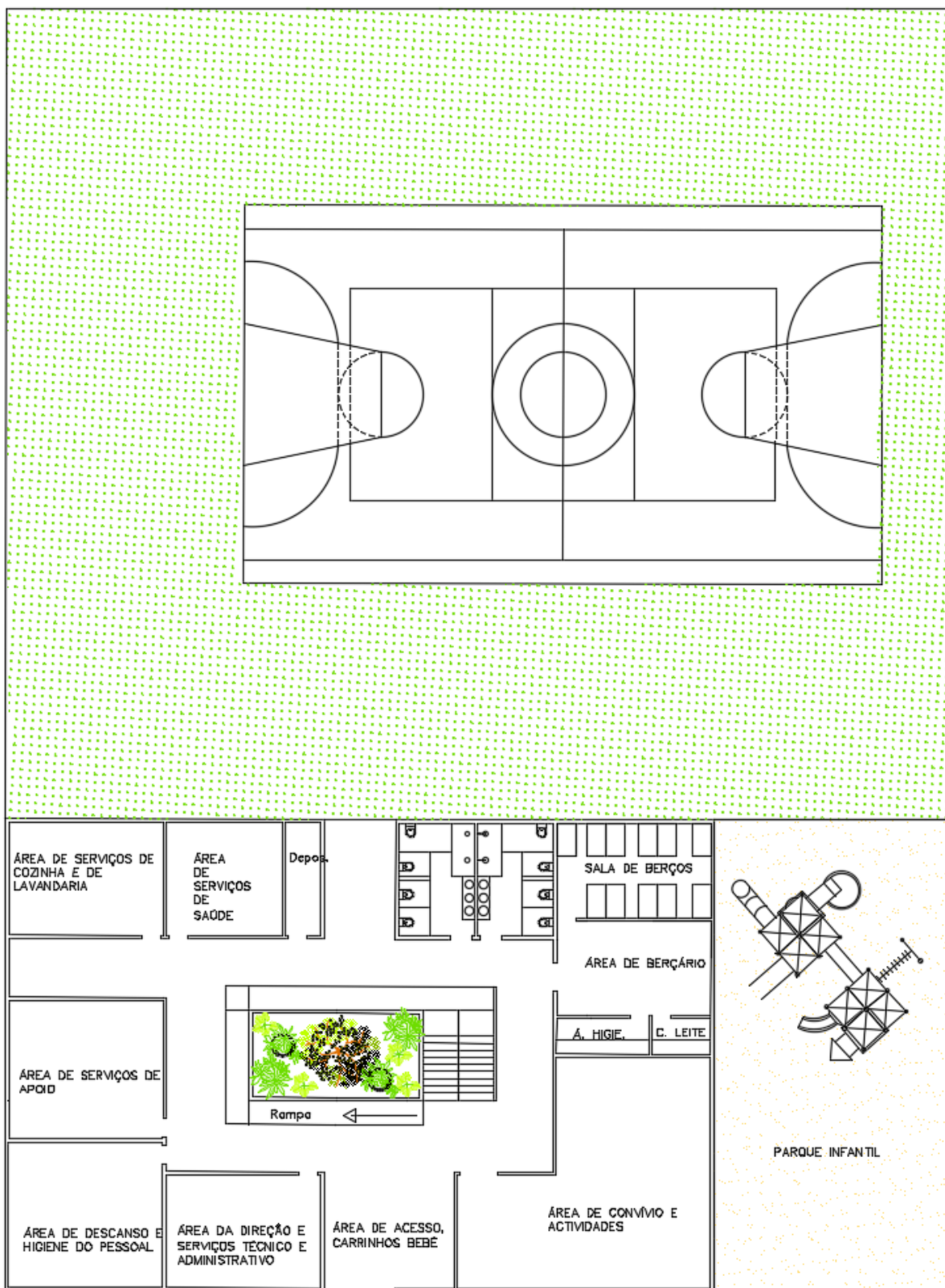


Figura 74- Planta de estudo preliminar creche (piso 0)
Fonte: elaboração da autora

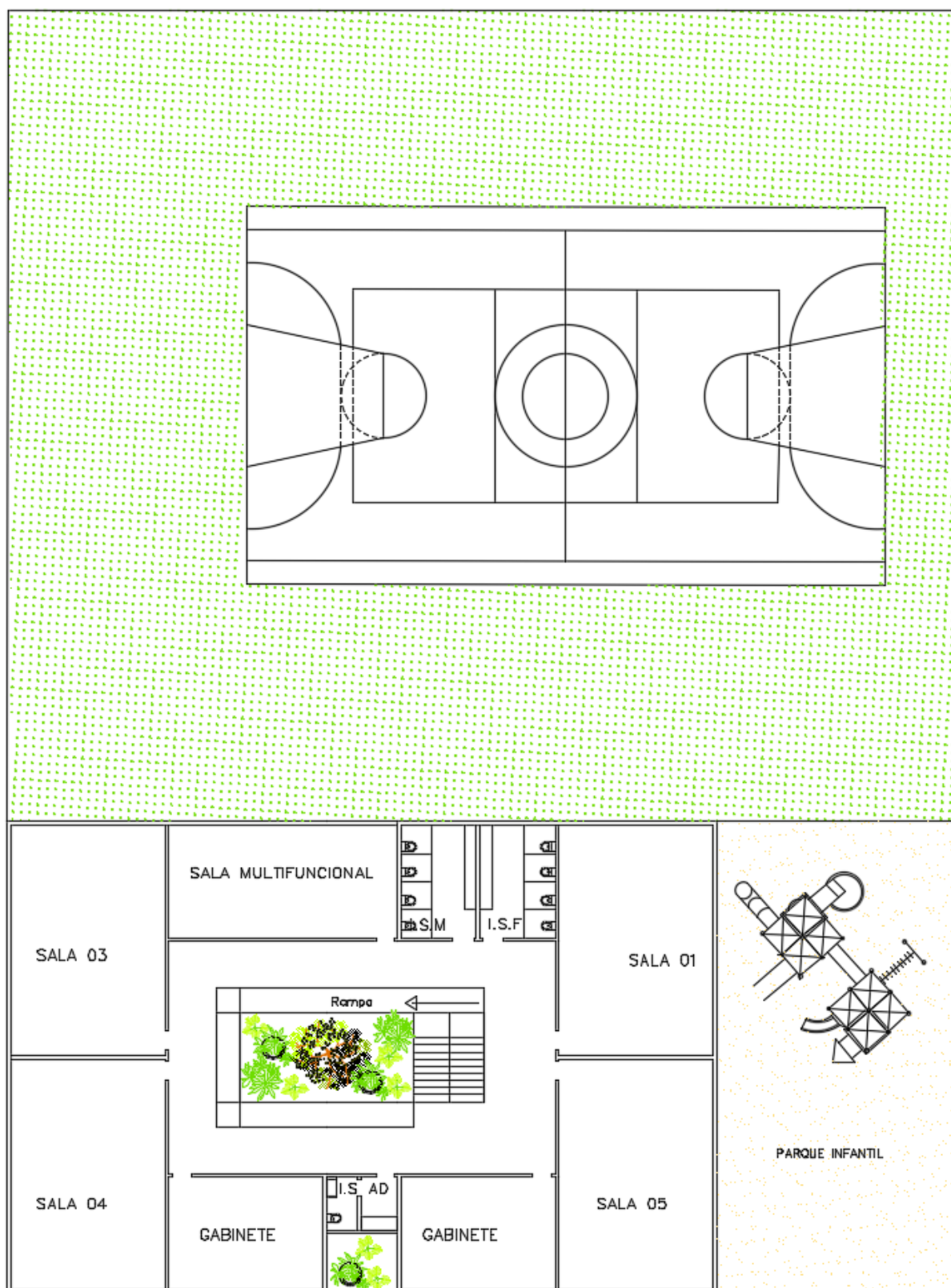


Figura 75- Plantas de estudo preliminar e Escola Jardim de Infância (piso 1)
 Fonte: elaboração da autora

6.3 Proposta de Projeto Zona Sul – Parque Urbano Vale Cavala

O direito a uma cidade equitativa para todos é urgente, e as cidades contemporâneas que cresceram desordenadamente margem do planejamento são carentes de espaços multifuncionais que atendam as necessidades dos cidadãos.

É neste cenário que a busca por soluções que promovam uma cidade mais sustentável, equitativa e que estejam diretamente relacionadas com a conservação de ecossistemas e a valorização dos recursos naturais em projetos de planejamento urbano.

Um parque é um local onde ocorre interação encontros e trocas, onde as pessoas e lugares se cruzam e sobretudo se conectam. Para a criação do PUV, é imprescindível promover a conexão entre os edifícios, remos atando o território permitindo novos fluxos, conexão entre as pessoas e a relação com a natureza para conscientização ambiental.

O que se propõe na proposta do Parque Urbano Vale Cavala é um ordenamento de base ecológica, que serve como base para a implantação dos edifícios de acordo com as condicionantes do terreno e preservação de ecossistemas naturais.

Os espaços verdes urbanos são parte integrante da cidade, e é fundamental para a aplicação de projetos urbanísticos de parques, entender as interações, múltiplas funções e os benefícios que ocorrem e provém da implantação e localização e relação com os espaços edificados.

Os espaços verdes geram benefícios de importantes componentes, ambientais, econômicos e sociais que são pilares determinantes para o desenvolvimento urbano sustentável em meio urbano.

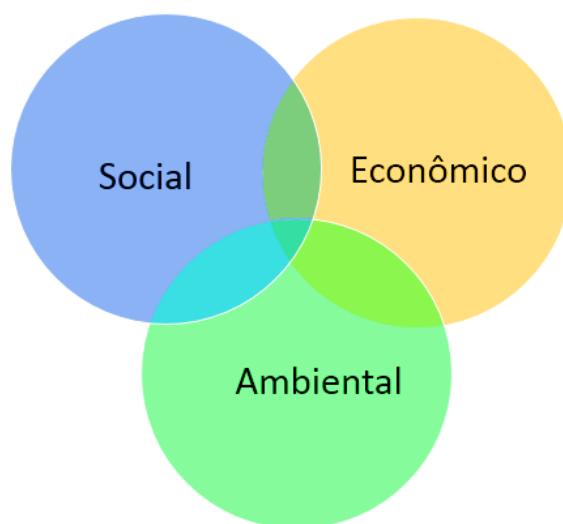


Figura 76- Funções dos espaços verdes e pilares para o desenvolvimento sustentável
Fonte: A autora

Jane Jacobs apud Gil (2019) enuncia alguns objetivos para a construção de espaços públicos de qualidade:

1. A vivência;
2. A identidade e o controle;
3. O acesso a oportunidades, imaginação e distração;
4. A autenticidade e significado;
5. A vida pública e comunitária;
6. A autoconfiança urbana;
7. O bom ambiente para todos.

Além disso é importante referir que os parques urbanos se tiverem uma gestão eficiente podem melhorar amplamente a qualidade de vida das populações além de promover uma abordagem que combina a melhoria da biodiversidade e a adaptação às alterações climáticas dentro de um ambiente urbano.

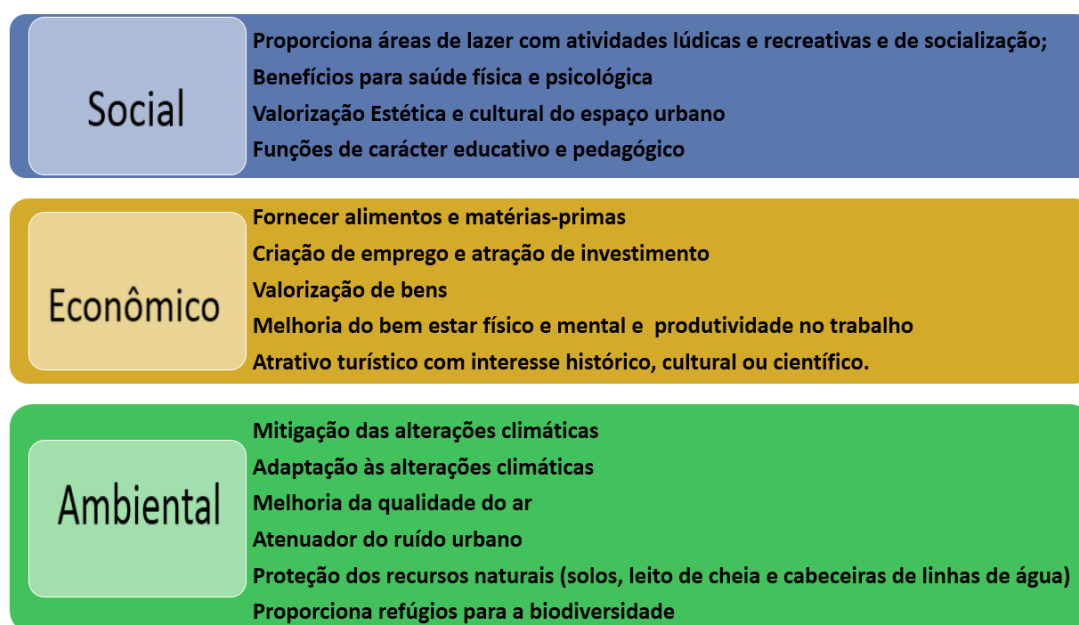


Figura 77-Síntese de funções desempenhadas pelos espaços verdes urbanos
Fonte: Sá (2013) adaptado pela autora

É importante referir que para o parque urbano tenha uma vivência dos múltiplos espaços é necessário dar prioridade aos acessos pedonais e as várias formas de circulação pedonal tendo em conta que para se circular a pé, é preciso espaço e liberdade para se conseguir percorrer determinado caminho de forma confortável.

Deve se promover percursos pedonais no espaço urbano levando se em conta as principais características:

- Confortável e seguro para todos os pedestres que o utilizam, desde crianças, idosos, deficientes;
- Uso inclusivo para acomodar todos os tipos de funções (desde um simples encontro até à realização de atividades) e todas as pessoas (no que respeita a idades, raças);

- Visualmente simples e organizado com simplicidade e clareza da pavimentação, mobiliário urbano, iluminação, elementos artísticos ou paisagísticos, aparência cuidada.



Figura 78- Implantação da proposta para zona sul
Fonte: A autora



Figura 79- Imagens da área prevista para a implantação do parque urbano Vale Cavala
Fonte: A autora, setembro/2019

6.3.1 Túnel de passagem travessia pedonal e ciclável

Ao se tratar de projetos que tenham como base a sustentabilidade ao invés de priorizar o transporte automotivo, a fluidez motorizada em detrimento da segurança no trânsito, as pessoas são a componente fundamental e por isso os novos projetos devem ser pensados tendo em consideração à acessibilidade³⁷ (a pé, por bicicleta e outros veículos não poluentes) e à segurança no trânsito.

O principal foco dos projetos sustentáveis é planejar a cidade para as pessoas, com foco na mobilidade e na qualidade de vida.

Os túneis de passagem tem o objetivo de fomentar a ligação e atravessamentos entre dois lugares e a articulação pedonal, com segurança rodoviária em travessias, além disso podem potencializar diferentes tipos de usos; cotidiano e eventual.

Para que estas passagens pedonais exerçam sua função com qualidade e que não se tornem lugares obsoletos este tipo de infraestrutura deve proporcionar segurança e conforto.

São pontos fundamentais a se levar em consideração a elaboração de uma passagem pedonal subterrânea:

- 1- Conforto visual: não deve haver pontos cegos na travessia, deste modo é mais indicado o traçado reto.
- 2- Deve ser suficientemente larga para o acesso pedonal ou por modo ciclável.
- 3- A iluminação Natural e artificial são importantes para proporcionar maior sensação de segurança.
- 4- Deverá ter pé direito suficiente para não causar sensação de enclausuramento.
- 5- Deverá ter aspecto interno agradável, de modo a se tornar convidativa a travessia.



Figura 80 - Exemplo de passagem pedonal subterrânea

Fonte: <https://concursosdeprojeto.org/2012/04/22/passagens-sob-o-eixao-brasilia-2o-lugar/>

³⁷ “Acessibilidade – Facilidade com que podemos circular numa área e aceder a determinado lugar ou equipamento. Incluindo os idosos, os deficientes, aqueles com carrinhos de bebé ou que transportam bagagens, pressupõe uma adequação específica aos diferentes utilizadores e conectividade intensa com os demais elementos pertencentes ao mesmo sistema, considerando as variáveis: tempo, custo, modo de transporte e conforto. A acessibilidade é geralmente medida pelo tempo necessário para uma determinada deslocação.” (Brandão 2002)

6.3.2 Parque infantil Vale Cavala

A brincadeira na vida da criança, constitui-se em seu modo fundamental de interagir com o mundo e com as pessoas que a cercam. É através do brincar que ela explora, satisfaz suas curiosidades, soluciona problemas e constrói o seu conhecimento acerca do meio em que vive.

Os espaços destinados às crianças devem ser estimulantes para todos os sentidos e imaginação, e apresentar possibilidades diferentes de interação que contribua com o desenvolvimento das habilidades e estimular sua criatividade.

O parque infantil público é um equipamento urbano que tem o objetivo de promover atividades de recreação direcionadas ao público infantil.

Para que um parque infantil exerça seu papel principal na vida de uma criança, o projeto deve atender as necessidades de recreação, estimulação e desafios, e ser capaz de atrair o público infantil para sua utilização.

Levando-se em consideração a influência na sociedade que este equipamento possui, é de fundamental importância que sua proposta, apresente soluções complexas, lúdicas e estimulantes para o local e para a comunidade envolvente levando em consideração as características físicas da área que ele será inserido, a faixa etária a que se propõe, e necessidades da comunidade usuário.

A inserção do parque infantil em contato com a natureza, com a proposta da exploração de diferentes materiais, cores, texturas e relevos, e a possibilidade de criar atributos que promovam sonoridade e movimento de criar múltiplos espaços que evoquem o aconchego, a aventura ou a interação, são recursos que podem ser utilizados para conceber espaços melhores. Deste modo, promover atividades, de uma forma mais abrangente, que atuem nos estímulos cognitivos, sensoriais e emocionais, proporcionando um ambiente com alto poder de interação.

As atividades lúdicas desempenham importante papel e funções para o desenvolvimento infantil em vários aspectos:

- Uma preparação para a vida adulta sendo cada atividade lúdica um aprendizado para a vida adulta;
- As funções das atividades lúdicas são de relaxamento, canalização da agressividade, e de projeção dos conflitos internos;
- Possibilidade de equilíbrio entre o mundo interno e externo;
- Um meio de socialização e um de seus papéis seria facilitar sua integração no meio;

Parece haver uma tendência de "Parque de destino" em ascensão, liderada por várias prefeituras da Nova Zelândia que buscam fornecer às comunidades locais uma gama mais ampla de equipamentos de recreação, além de uma variedade de comodidades que faz com que as pessoas passem boa parte de um dia inteiro no recinto, como caminhos para deficientes e banheiros.

A principal característica destacada deste modelo de parque atribuídas à visão de uma “cidade ativa”, incentivando os jovens membros da comunidade a se tornarem ativos, enérgicos e a se envolverem nas comunidades locais.



Figura 81- Exemplos de parque de Destino - Nova Zelândia
Fonte : <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Playgrounds%20of%20the%20Future%20-%20Hamilton%20s%20Playground%20Plan.en.pt.pdf>



Figura 82- Parque Infantil Margaret Mahy – Nova Zelândia
Fonte imagem 1: <https://www.aa.co.nz/travel/on-the-road/five-great-days-out-with-kids-in-christchurch/>
Fonte imagem 2: <https://nzila.co.nz/showcase/margaret-mahy-family-playground>



Figura 83 - Parque infantil Margaret Mahy - Nova Zelândia
Fonte: <https://creospace.co.nz/the-rise-of-the-destination-playground/>



Figura 84 - Implantação do parque infantil Vale Cavala
Fonte: A autora

A implantação do parque infantil Vale Cavala, tem reflexo na comunidade usuária por que poderá proporcionar benefícios sociais e uma melhor qualidade de vida.

- Um maior envolvimento e entusiasmo da comunidade
- A conveniência de incentivar os visitantes a permanecerem mais tempo no local;
- As instalações são projetadas para todas as idades e habilidades; incluindo áreas de sombra;
- Ele usa a paisagem para adicionar uma singularidade integrando as condicionantes ambientais, na implantação dos equipamentos;
- Servirá de um ponto de atratividade como um lugar agradável para brincar e relaxar.

A execução do projeto do parque deverá contemplar além da integração das condicionantes ecológicas a criação de espaços de jogo inteligentes e sustentáveis é proposto que sua construção utilize materiais diversificados dando preferência a componentes naturais com produtos que sejam de matéria-prima reciclada e que possuam longevidade, quanto mais o produto durar, melhor será para o meio ambiente.

As superfícies pavimentadas deverão receber materiais permeáveis tanto quanto possível e a inclinação deve ser adaptada a topografia do terreno, de modo que se permita a capacidade de absorção e drenagem do solo.



Figura 85 - Piso de Borracha de pneu reciclado

Fonte: <https://www.pisoleve.com.br/piso-de-borracha/piso-para-playground/>

6.3.3 Circuito de arvorismo Vale Cavala

Para entendermos o que é arvorismo é preciso conhecer o significado do nome em inglês desta atividade. Na língua inglesa, o arvorismo é chamado de canopy, que traduzido ao pé da letra, quer dizer cobertura/toldo. E aí está a essência da atividade de arvorismo: percorrer um caminho no toldo da floresta, ou seja, uma plataforma suspensa na altura das copas das árvores.

O arvorismo pode ter uma função tanto contemplativa como esportiva. Na sua modalidade contemplativa, plataformas são instaladas nas copas das árvores para que se possa observar plantas e animais. As plataformas são utilizadas também em atividades científicas, por facilitar a pesquisa de certos ecossistemas. Na sua modalidade esportiva, e claro, a que mais nos interessa, o arvorismo é montado com obstáculos e para vencê-los o “arborista” precisa utilizar conceitos básicos de escalada, rapel, highline e vencer o medo da altura, se for o caso.

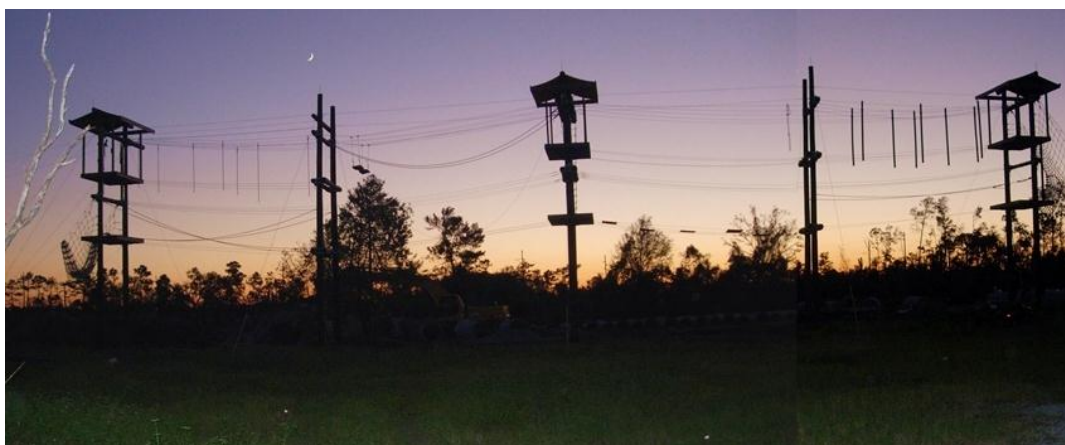


Figura 86- Imagem de percurso de arvorismo

Fonte: <https://desviantes.com.br/blog/post/o-que-e-arvorismo-equilibrio-e-concentracao/>

O arvorismo como atividade de aventura é algo relativamente recente. Foi no ano de 1997, especificamente na França e na Nova Zelândia, dois países referência em esportes de aventura, que o arvorismo virou parte da indústria do turismo de aventura. No Brasil, a atividade chegou em 2001 e as primeiras plataformas de arvorismo foram instaladas em cidades de forte potencial de ecoturismo, como Brotas, Analândia e Dourados.³⁸

Para a instalação deste tipo de atividade a área deve passar por um estudo de impacto ambiental caso a área enquadre-se em área de preservação ambiental (REN), de modo a ter como base a viabilidade ou não do projeto de acordo com os impactos que a atividade possa gerar.



Figura 87- Exemplos de percursos de arvorismo
Fonte: <https://planetacrianca.com/#prettyPhoto/gallery/19/>

O percurso deve ser adaptado a implantação natural das árvores de modo a minimizar esses impactos, com a instalação de pontes moveis e pode ser dividido em vários níveis de dificuldades.

Para a segurança dos participantes é obrigatório que os mesmos utilizem equipamentos de segurança adequados que são conectados a cabos de aço acima da cabeça, e recebe o nome de linha de vida, de modo a prevenir acidentes se houver uma queda o participante fica pendurado impossibilitando uma queda.

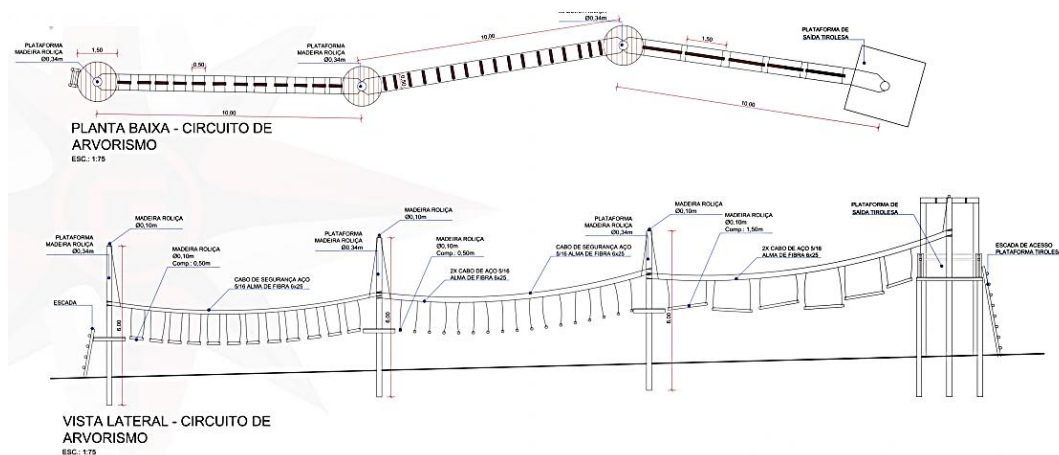


Figura 88- Modelo esquemático de circuito de arvorismo
Fonte: <http://www.guiavertical.com.br/servicos/16/arvorismo.html>

³⁸ <https://desviantes.com.br/blog/post/o-que-e-arvorismo-equilibrio-e-concentracao/>

Esse sistema possui elos de ligação que impossibilita o participante desconectar acidentalmente, somente é possível desconectar no final do percurso ou através de um monitor, o sistema torna possível a fácil operação com maior segurança a todos.



Figura 89- Área indicada para a instalação do circuito de arborismo
Fonte : A autora setembro/2019

6.3.4 Teatro de arena ou anfiteatro

Etimologicamente, a palavra latina amphitheatrum não será mais do que um teatro duplo, em que as bancadas dos espectadores estão, portanto, colocadas de modo a ter uma visão privilegiada do palco.

Os anfiteatros podem ser ovais ou circulares rodeadas de degraus a céu aberto. Na Roma Antiga foram adaptados dos teatros gregos para servirem aos combates de gladiadores, e o mais conhecido e maior deles é o Coliseu de Roma.

O Teatro de Arena ou anfiteatro tem, como característica, o palco central, envolvido pela plateia com formas variadas: circular, semicircular, triangular, quadrado, oval, etc.

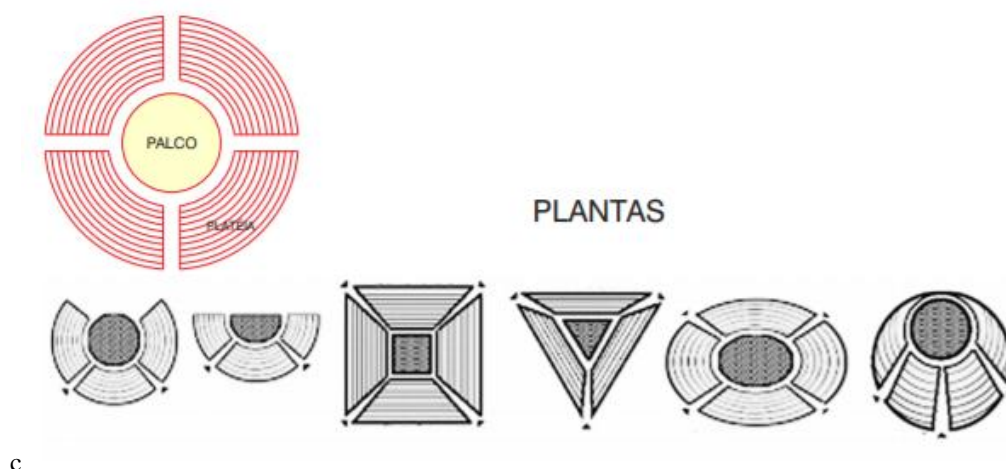


Figura 90 - Formas projetuais de anfiteatro

Fonte: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0154/00_aup0154_bases/Apostila_de_Teatro.pdf

Atualmente os anfiteatros são uma opção de promover espetáculos ao ar livre, normalmente em parques e áreas arborizadas, ou jardins, com a particularidade de ser um espaço para espetáculos sazonais, principalmente durante a primavera e o verão, e se integrado em um parque acumula outras funções podendo se tornar em um espaço para uma pausa de leitura ou um descanso temporário.

Pode-se destacar que os eventos realizados ao ar livre em anfiteatros tem as funções de:

- a) Estimular a comunidade pela experimentação e inovação das atividades artísticas e culturais;
- b) A diversidade de apresentações neste formato fomenta o gosto pela fruição artística e cultural, nos mais variados domínios;
- c) Promover a atividade artística, cultural e recreativa como instrumento de desenvolvimento e de inclusão e coesão sociais;
- d) Oferta de diversidade de locais de apresentações culturais;
- e) Servir de apoio para eventos da vertente educativa e associativa às atividades artísticas e culturais, estimulando a ligação ao meio escolar e deste à comunidade;
- f) Fomentar condições de acesso ao conhecimento e à cultura em geral;
- g) Fortalecer a preservação e divulgação da cultura popular.



Figura 91- Exemplos de anfiteatros

Fonte imagem A: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g676780-d7816380-i272828860-Parque_da_Devesa-Vila_Nova_de_Famalicao_Braga_District_Northern_Portugal.html

Fonte imagem B: <https://inhabitat.com/james-corner-field-operations-wins-major-competition-to-design-a-new-national-park-in-san-francisco/presidio-parklands-by-field-operations-1/>



Figura 92 - Imagens da área proposta para a localização do anfiteatro

Fonte: A autora setembro/2019

6.3.5 Viveiro de Plantas Nativas da Arriba Fóssil e Centro de Educação Ambiental

A Educação Ambiental constitui uma forma abrangente de educação dos cidadãos, através de um processo que procura despertar para a importância da mudança de comportamentos e atitudes sobre a problemática ambiental.

O projeto de um Centro de Educação Ambiental - CEA tem a dimensão de se tornar uma referência para a população do Concelho, principalmente para a comunidade escolar, como base para fomentar e dotar os cidadãos de conhecimentos e meios que lhes permitam lidar com os desafios de um desenvolvimento sustentável.

Os principais objetivos do CEA são:

- Permitir o acesso à informação;
- Incentivar a participação ativa da comunidade local;
- Promover projetos escolares;
- Fomentar a cooperação e participação de entidades públicas e privadas.

Este equipamento deverá ser apoio para o desenvolvimento de programas, e atividades dirigidas à população em geral, e mais especificamente à população escolar.

As atividades podem ser agrupadas da seguinte forma:

- Sessões Diárias;
- Ações de Sensibilização;
- Ações de formação/ workshops
- Visitas de Estudo;
- Ateliês;
- Datas Comemorativas;
- Concursos;

CAPITULO VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho final de mestrado teve como área de estudo o Vale Cavala na Freguesia da Charneca da Caparica, Almada, a área possui uma localização estratégica no concelho e na freguesia e por isso a CMA demonstrou que existe algum interesse em intervir na área, e propôs como tema de estudo e proposta de projeto no âmbito do mestrado MUSOT.

O resultado final do estudo é uma proposta de intervenção para a área que promova a compatibilização entre a proteção e valorização dos recursos naturais existentes, e a implantação de um equipamento multifuncional que irá suprir carências da comunidade e gerar um maior desenvolvimento das atividades humanas em presença, vindo a se tornar uma nova centralidade no concelho de Almada.

Para a elaboração da proposta de projeto foi necessário estudar a evolução urbanística de Almada, em que condições se deu a configuração desta área, quais IGT e como estes influenciaram positiva e negativamente nesta configuração atual, o que permitiu que se fizesse um balanço das fraquezas e potencialidades desta área, e poder traçar o perfil iria direcionar a proposta de intervenção.

A freguesia da Charneca da Caparica, possui um território com loteamentos dispersos, pouco infraestruturados e com uma malha urbana desconectada, além disso a carência de alguns equipamentos culturais e de lazer.

Após este diagnóstico da situação atual da área de estudo, a análise e reflexão dos problemas urbanísticos, concluiu-se que se não houver nenhuma intervenção por parte da autarquia na área de estudo “ainda” preservada, estará passível de intervenções por particulares a margem da legislação, ocasionando uma grande perda de oportunidade em preservar ecossistemas importantes para a estrutura ecológica do município, e promover uma proposta de ordenamento deste território que possa dar uma nova perspetiva de e evolução, desenvolvimento e maior qualidade de vida para o entorno circundante.

O resultado final do estudo apresenta uma proposta de projeto que tem como base as condicionantes locais e naturais, componentes essenciais a serem valorizadas na proposta, potencializando os serviços dos ecossistemas de modo que estes sejam elementos da recuperação deste território.

Levando em consideração estes aspetos a proposta de projeto é assentada conforme a estratégia de ordenamento de base ecológica, com respeito a estrutura ecológica (EE) da área de intervenção, as características biofísicas para a manutenção e recuperação dos ecossistemas locais, associado a instalação de um equipamento multifuncional de apoio social e cultural que integrados irão promover a melhoria da qualidade de vida da população.

A área total delimitada para o estudo apresenta características biofísicas diferentes e portanto foi subdividida para que cada tipo de implantação seja coerente com a condição do terreno atual.

A área que atualmente abriga as instalações do Real clube Vale Cavala é proposta a instalação do equipamento multifuncional de apoio social e cultural devido ser uma área que preserva poucas características naturais e devido a sua proximidade a centralidade linear EN- 377, no entorno desta

área está uma grande área verde natural e que se pretende a instalação do parque urbano Vale Cavala, e o loteamento Quinta da Brieira que pela sua configuração espacial ao longo do tempo teve seu espaço público deteriorado, inseguro se tornando obsoleto e portanto é passível de intervenção ao nível de Acupuntura Urbana, em que a requalificação do espaço público foi fulcral para as propostas de intervenção, e cujas propostas apresentadas permitem que este espaço volte a ter uma nova perspetiva de vivência e seja promotor da qualidade de vida desta população e da envolvente.

A vitalidade de uma área ao longo dos anos depende da multifuncionalidade exercida por estes espaços, tendo em conta este pressuposto a implantação do parque urbano Vale Cavala é desenvolvida para a valorização e preservação da área que possui valores ecológicos preservados, com vista, por um lado a garantir a integridade ecológica e salvaguardar a capacidade de biomassa, podendo constituir-se em uma reserva com grande potencial a influenciar o microclima da cidade e a reduzir os níveis de poluição e por outro a aumentar as possibilidades de recreio, lazer e atividades culturais da zona envolvente.

A componente ambiental direciona a proposta de implantação do projeto condicionando a localização dos edifícios que compõe o equipamento multifuncional, mas é importante referir que a componente social tem igual peso na proposta, na busca de proporcionar uma maior equidade social, na busca de suprir carências educativas, sociais e culturais dos residentes da freguesia.

O Parque Urbano Vale Cavala possui várias atividades de cultura e lazer e a implantação do centro de estudos ambientais em uma zona de RAN, pretende promover através da componente educativa, o desenvolvimento de atividades extracurriculares e de programas de educação ambiental, para a identificação e estudo de plantas nativas da Arriba Fóssil e conscientização das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável.

Os desafios desta proposta de projeto com vista a qualificação deste território, e a criação de uma nova centralidade passa por diferentes estratégias que deve possuir entre outras condicionantes um carácter integrador, e neste sentido foi importante pensar na acessibilidade de forma suave como um elemento facilitador para o uso entre os diversos espaços e equipamentos propostos, através dos percursos ciclável e pedonal.

Além disso no desenvolvimento da proposta foi imprescindível promover a inclusão social, de modo que o projeto do equipamento proposto agrega a adaptabilidade e multifuncionalidade, associado a um espaço verde preservado que agrega funções de lazer, cultura e promoção da sustentabilidade.

A agenda mundial para o desenvolvimento sustentável e direcionada através dos ODS que é o resultado de um pacto mundial com objetivos e metas que se inter-relacionam diversificadamente, mas é importante referir que para sua efetiva implementação há que se desenvolver esforços coletivos e atores públicos privados e da sociedade civil.

A busca pelo desenvolvimento sustentável é um processo de transformação mundial do modo de pensar as cidades, os hábitos de consumo, e de como viver nas cidades, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas durante o presente, para o tempo vindouro, e o que será das futuras gerações.

Desta forma, é possível considerar que o desenvolvimento de uma cidade de forma sustentável, dá-se através de planejamento e atitudes tanto da Administração Pública Municipal como das iniciativas privadas em focar a orientação de suas gestões para fomentar ações e projetos com foco no Desenvolvimento Sustentável, olhando para o território como uma oportunidade de promover o equilíbrio econômico com a proteção ambiental, e proporcionar maior equidade e qualidade de vida aos habitantes.

O direito de usufruir os espaços das cidades é de todos, e portanto cabe a todos utilizar da melhor forma esses locais. Por mais que os proprietários possuam direito sobre suas propriedades, os cuidados devem ser permanentes, e estes devem intervir atendendo a legislação, e o poder público tem o direito e o dever de fiscalizar e intervir em áreas de importante valor ambiental evitando a degradação do espaço e na busca de dar um uso ambiental ou social aos mesmos.

Por fim é importante referir que, embora se tenha apresentado uma proposta de intervenção para a área de estudo, com o resultado de uma implantação de projeto, este estudo poderá evoluir para uma análise mais aprofundada e conseqüentemente um plano pormenor para a área, e além disso devido as potencialidades e carências locais, hipóteses e propostas podem ser encontradas através de futuros estudos, uma vez que o território é uma fonte inesgotável de oportunidades.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Câmara Municipal de; 2006; “Almada Nascente”; Almada; Câmara Municipal
https://www.aml.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/wt1wwpgf_aml_sus_pt_site/componenText/SUS57FCBBEE58CA4/EATLAS_AML_SOCIOECONOMIA_FORMATADO.PDF

ALVES, José E. D. (2015). Os 70 Anos da ONU e a agenda Global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. Revista Brasileira de Estudos de População, Vol. 32 nº 3, ISSN: 160102-3098
Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982015000300587

AMADO, Miguel P. (2007). Planeamento Urbano Sustentável – Processo Operativo. Revista Lusófona de Arquitetura e Educação, nº 2, 35-44. ISSN: 1646-6756. Disponível no RCAAP: <http://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:recil.grupolusofona.pt:10437/389> ou através do URI: <http://hdl.handle.net/10437/389>

AMADO, Miguel P.(2002). O Processo do Planeamento Sustentável, Tese de Doutoramento. Lisboa; disponível através da URL : <https://run.unl.pt/handle/10362/8161>

BABO, Maria Augusta, (1998) ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE COMO ESPAÇO INDESCRITÍVEL, Lisboa, Revista da faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Edições Colibri Nº 11, pag. 287 á 298

BAÊTA, Adelaide. M. (2006). Empreendedorismo nas incubadoras: Reflexões sobre as tendências atuais. Rio de Janeiro: Vozes.

BALULA, L. (2011) Planeamento urbano, espaço público e criatividade. Estudos de caso: Lisboa, Barcelona, São Paulo. Cadernos Metrópole, Acedido: <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/5983-14576-1-SM.pdf>.

BARREIRA, Irllys Alencar F. – (2003) A CIDADE NO FLUXO DO TEMPO: INVENÇÃO DO PASSADO E DO PATRIMÔNIO, Porto Alegre – Brasil . Acedido : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222003000100011&script=sci_abstract&lng=pt

BATISTA, Carla Sofia Farinha. – (2017) Áreas Urbanas de Génese Ilegal (In)sustentáveis em Áreas Protegidas - Um caso na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia- Universidade Nova de Lisboa.

BERGSTEIN Lais G. e **D'AQUINO** Lúcia S. (2016). Desenvolvimento Sustentável e Equidade Intergeracional: Legado as Futuras Gerações, Belo Horizonte, Anais do 14º Congresso Brasileiro de Direito Internacional Volume VI. Acedido 09/09/2018: https://www.academia.edu/28265774/Desenvolvimento_Sustent%C3%A1vel_e_Equidade_Intergeracional_legacy_%C3%A0s_futuras_gera%C3%A7%C3%B5es

BRANDÃO, Pedro – O Chão da Cidade – Guia de avaliação do design de espaço de espaço público. Lisboa: Centro Português de Design, Abril de 2002

CARVALHO, Ana Carolina Campos Paiva de, A CIDADE CONTEMPORÂNEA: DA DESCONSTRUÇÃO GEOGRÁFICA A UMA CARTOGRAFIA AFETIVA, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, 2014, Dissertação de Mestrado

CARREIRA, Inês Roque, O Valor do Tempo em Propostas de Loteamento e Pedidos de Edificação, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2013, Dissertação de Mestrado. Acedido: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146034768/THESIS%20FINAL.pdf>

CARVALHO, Paulo. (2008). Cidades e valorização paisagística de frentes aquáticas. Biblos. Vol. VI (2ª série), ISSN 327-338.

COSTA, Daniela Maria Conceição, (2015). Lisboa Cidade Criativa, Preparação de uma candidatura à Rede de Cidades Criativas da UNESCO (Dissertação de Mestrado): Instituto Politécnico de Lisboa, Acedido: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5700/1/Trabalho%20final_integral.pdf

COSTA, P., **SEIXAS**, J., **OLIVEIRA**, A.R. (2009) Das cidades Criativas à Criatividade Urbana? Espaço, Criatividade e Governança na Cidade Contemporânea, Actas do 15º Congresso da PPDR - Associação Portuguesa do Desenvolvimento Regional, Cabo Verde, pp 2715-2746.

DGOTDU (Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2008) – Proposta de projeto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial. Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, pp. 60; 62-63; 65;67.

DGOTDU (Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2016) – Habitat III - Relatório Nacional Portugal, Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa, ISBN: 978-989-8785-07-7.

DGOTDU (Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2011) Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP), Lisboa, ISBN:978-9728569

ESTÊVÃO, Ana Luísa Gonçalves Brandão Todd - CIDADE, UM DRAMA NO TEMPO: UMA REFLEXÃO ORGANIZADA, SOBRE FACTORES TEMPORAIS NO DESENHO DA CIDADE- Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa 2008 –Dissertação de Mestrado. Acedido: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137865676/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

FERREIRA PIMENTA, M., & **NARDELLI**, A. (2016). Desenvolvimento sustentável: os avanços na discussão sobre os temas ambientais lançados pela conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, Rio+20 e os desafios para os próximos 20 anos. *Perspectiva*, 33(3), 1257-1277.doi: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n3p1257>

FERREIRA, Tiago Luís do Vale (2013) . Cidades Criativas Projectar em áreas abandonadas ou deprimidas para uma revitalização social, cultural e económica. O caso da Cova do Vapor a Cacilhas (Dissertação de mestrado). UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA Lisboa, Portugal. Disponível no Repositório da UTL através do URI: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11819/3/relatorio_final_2013.pdf

FERREIRA, J. C.; **SILVA**, C.; **Tenedório**, J. A.; Pontes, S.; **ENCARNAÇÃO**, S e **Marques**, L. (2004) Coastal Greenways: Interdisciplinarity and Integration Challenges for the Management of Developed Coastal Areas. Journal of Coastal Research, SI 39, Itajaí, SC – Brasil, ISSN 0749-0208. Acedido: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper267.pdf>

GIL Gustavo L. e **GOMES**, Viviane P. (2011). RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SEU CARÁTER INTERGERACIONAL, Communitas Revista de Direito, Uberlândia-MG, Brasil Vol. 3, nº 5, ISSN 2179-5231. Acedido: https://www.academia.edu/35458397/RESPONSABILIDADE_AMBIENTAL_E_SEU_CAR%C3%81TER_INTERGERACIONAL

GIL, Brigitte Eunice Duarte. (2009). MOBILIDADE PEDONAL NO ESPAÇO PÚBLICO: Caso de Estudo e Aplicação ao Projeto em Sete Rios, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico de Lisboa, Lisboa. Acedido: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395138351059/dissertacao_brigitte_gil.pdf

GONÇALVES, J., Alves, C., Nunes da Silva, F. (2010) “Do ilegal ao formal: percursos para a reconversão urbana das Áreas Urbanas de Génese Ilegal em Lisboa” (em coautoria) in Bogus, L. et al. (Org.), Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal–Brasil, S. Paulo: EDUC, pp.161-192 (ISBN: 978-852-8300-88-8) acedido: https://www.academia.edu/8683298/Do_ilegal_ao_formal_percursos_para_a_reconvers%C3%A3o_urbana_das_%C3%81reas_Urbanas_de_G%C3%A9nese_Ilegal_em_Lisboa

GONÇALVES, Nuno Filipe Hilário, (2010). Espaços Verdes no Planeamento Urbano Sustentável. (Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Disponível no Repositório da UNL através do URI: <http://hdl.handle.net/10362/3982>.

LANDRY, Charles. (2013) Origens e Futuros da Cidade Criativa. São Paulo: SESI-SP Editora.

LIMA, Tiago Miguel Pinto de (2013). Planos de Bairro – Experiências Europeias e Potenciais Lições para o Contexto Português (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Disponível no Repositório da UNL através do URI: <https://run.unl.pt/handle/10362/11062>

MADUREIRA, Helena & Andresen, **TERESA & MONTEIRO**, Ana. (2011). Green structure and planning evolution in Porto. Urban Forestry & Urban Greening - URBAN FOR URBAN GREEN. 10. 141-149. 10.1016/j.ufug.2010.12.004.

MALTY, Simone Rose (2017). À Margem – Contributos para uma solução de intervenção no Cais do Ginjal, Almada – Portugal. Dissertação de mestrado. FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa acedido Repositório da UNL através do URI: <https://run.unl.pt/handle/10362/37775>

MARTINS, Tânia Sofia Ferreira (2019). Inovação Social: uma ferramenta para a criação de valor, Porto – Portugal. Dissertação de mestrado. IPP – Escola Superior de Gestão e Tecnologia do Porto. Acedido: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/13814/1/DM_TaniaMartins_MGO3S_2019.pdf

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes (2007) – Requalificação Urbana – Alguns conceitos básicos. CEFA (Centro Editorial da Faculdade de Arquitetura) + CIAUD (Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design), pp. 117- 118; 124. Consultado a 21 de Setembro de 2010, em <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802>.

MONTIBELLER FILHO, G. (1993). Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável; conceitos e princípios. *Textos de Economia*, 4(1), 131-142. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645/6263>

ONU, (2016) Próximas Etapas para um Futuro europeu sustentável – Ação europeias para a sustentabilidade. Acedido: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52016DC0739&from=pt>

PAIS, Carina Alexandra Capela. (2017). A Colmatação Estruturante – Conceito Instrumental para o Ordenamento da Cidade, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Técnico de Lisboa, Lisboa. Acedido : <http://www.ordenaracidade.pt/trabalhos/tese-a-colmatacao-estruturante/>

PIAVANI, Aldo, (1994) MUDANÇA OU TRANSFORMAÇÃO NA CIDADE: UMA ABORDAGEM PRELIMINAR, Geosul, Artigo acessado: file:///C:/Users/Cristiana/Downloads/12884-39775-1-PB%20(1).pdf

RAMÔA, Carlos Eduardo, **FLORES**, Luiz (2018) ESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: um fator estratégico às organizações em uma cronologia dos fatos relevantes e o Objetivo 14 como orientação ao setor de cruzeiros marítimos. Acedido: https://www.researchgate.net/publication/329936401_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_um_fator_estrategico_as_organizacoes_em_uma_cronologia_dos_fatos_relevantes_e_o_Objetivo_14_como_orientacao_ao_setor_de_cruzeiros_maritimos <https://www.eumed.net/revista/25cruz> 09/09/2019

SÁ, Joana Feio F. de (2013) – Espaços verdes em meio urbano: uma abordagem metodológica com base em serviços de ecossistema, Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território Técnico Lisboa. Acedido: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146020451/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20OUT%202013%20JOANA%20DE%20S%C3%81.pdf>

SANTOS, Joana Pereira (2016) - O contributo das infraestruturas verdes na adaptação às alterações climáticas Avaliação do risco de inundação na sub-bacia da Regateira, concelho de Almada, Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, perfil de Engenharia de Sistemas Ambientais, FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Acedido: <https://run.unl.pt/handle/10362/28052>

SANTOS, Álvaro (2018) - Reabilitação Urbana e a Sustentabilidade das , Vida Económica Editorial S/A, Porto-Portugal.

SANTOS, Milton – (2002) O TEMPO NAS CIDADES , São Paulo , Revista Ciência e Cultura vol. 54 nº 2 .

SILVA, Ana Marina Ribeiro. (2011), REQUALIFICAÇÃO URBANA O exemplo da intervenção Polis em Leiria , Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra , disponível através da URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/19941>

SILVEIRA, José Henrique Porto. (2017), Sustentabilidade e Responsabilidade Social, Vol. 7, Belo Horizonte- MG, Brasil, disponível através da URL: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4138427/mod_resource/content/1/CAP%2015%20-%20Livro%20Poisson%20Sustentabilidade%20vol7.pdf

UE, (2011) Convenção sobre a Diversidade Biológica, ISBN 978-92-79-20756-3. Acedido: https://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/biodiversity_2020/2020%20Biodiversity%20Factsheet_PT.pdf

SOUZA, Susana Brito Duarte. (2015), Aproveitamento da água da Chuva para fins não potáveis em zonas urbanas: estudo exploratório no Polo II da Universidade de Coimbra. , Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra, disponível através da URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/38648/1/Aproveitamento%20da%20agua%20da%20chuva%20para%20fins%20nao%20potaveis%20em%20zonas%20urbanas%20estudo%20exploratorio%20no%20Polo%20II%20da%20Universidade%20de%20Coimbra.pdf>

UE, (2011) Convenção sobre a Diversidade Biológica, ISBN 978-92-79-20756-3. Acedido: https://ec.europa.eu/environment/pubs/pdf/factsheets/biodiversity_2020/2020%20Biodiversity%20Factsheet_PT.pdf

VAREJÃO, Hugo , (2013). Um Novo Modelo de Incubação: A Importância da Cooperação Universidade - Incubadora Caso da IEBT (Dissertação de Mestrado): Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Acedido: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/68902/2/26904.pdf>